

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

MONICA BARBOSA SILVA KOSCIURESKI

**O USO DO "SIC" NO DISCURSO POLÍTICO:
MARCAS DE DERRISÃO E SLOGANIZAÇÃO**

Cuiabá-MT

2005

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

MONICA BARBOSA SILVA KOSCIURESKI

**O USO DO "SIC" NO DICURSO POLÍTICO:
MARCAS DE DERRISÃO E SLOGANIZAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos de Linguagem.

Área de concentração: Estudos Lingüísticos

Orientador: Prof. Dr. Roberto Leiser Baronas

Cuiabá-MT

2005

K86u Kosciureski, Monica Barbosa Silva.

O Uso do “Sic” no discurso político: marcas de derrisão e Sloganização. / Monica Barbosa Silva Kosciureski. – Cuiabá: a autora, 2005. 118 p.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Leiser Baronas.

Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso. Instituto de Linguagens. Campus Cuiabá.

1.Lingüística. 2. Análise do Discurso. 3. Discurso político. 4. Mídia Impressa. 5. Derrisão. 6. Sic.

I. Título.

CDU 81'42

DEDICATÓRIA

À Alice e ao Jair, por me possibilitarem a vida.

Ao Erevelton, por torná-la ainda mais interessante.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Roberto Leiser Baronas, pela amizade e orientação intelectual;

Ao corpo docente do Mestrado em Estudos de Linguagem;

À Coordenação e à equipe técnico-administrativa do MeEL;

A Deus, por razões que só o “olhar” da fé evidencia.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é apontar como a mídia impressa brasileira, sob a ideologia da neutralidade e da objetividade, ao tornar público determinados acontecimentos políticos, apresentado-os como fatos verídicos, emprega a palavra "sic" como um recurso lingüístico-discursivo para sutilmente descaracterizar o discurso político, atribuindo-lhe um caráter derrisório. Como *corpus* de análise elegemos textos dos jornais *Folha de S. Paulo* e *A Gazeta*, de Cuiabá, veiculados no período que corresponde à posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (janeiro de 2003) até abril de 2005. O *corpus* foi analisado a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso derivada de Michel Pêcheux, acrescidos de discussões sobre os conceitos de heterogeneidade enunciativa, de J. Authier-Revuz, de derrisão, de Simone Bonnafoous, do uso do "sic", de Alice Krieg e do conceito de poder, de Michel Foucault.

Palavras-chave:

o uso do "sic"; discurso político, mídia, derrisão, poder

ABSTRACT

The objective of this research is to show how the Brazilian printed media, under the ideology of the neutrality and the objectivity, when it becomes public some political events, presenting them as truthful facts, it uses the word "sic" as a subtle linguistic-discursive resource to deprive of characteristics the political discourse, attributing a derisory character to it. We choose, as analysis's *corpus*, texts of periodicals from *Folha de S. Paulo* and *A Gazeta*, from Cuiabá, propagated in the period that corresponds to the ownership of president Luiz Inácio Lula da Silva (January of 2003) until April of 2005. The *corpus* was analyzed according to the theoretical-methodological presuppositions of the Analysis of the Discourse derived from Michel Pêcheux, it increased of discussions about the concepts of enunciative heterogeneity, from J. Authier-Revuz, of derision, from Simone Bonnafous, of the use of "sic", from Alice Krieg and the concept of power, from Michel Foucault.

Key-words:

the use of "sic"; political discourse, media, derision, power

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 ANÁLISE DO DISCURSO E DERRISÃO: NOVA POSSIBILIDADE DE ESTUDO DO DISCURSO POLÍTICO.....	12
1.1 Breves apontamentos sobre a Análise do Discurso.....	12
1.2 Contribuições recíprocas entre Heterogeneidade Enunciativa e Análise do Discurso.....	23
1.3 O conceito de derrisão: um espaço para a Heterogeneidade Enunciativa.....	28
2 A ESPETACULARIZAÇÃO DO DISCURSO POLÍTICO VEICULADO PELA MÍDIA IMPRESSA.....	40
2.1 O discurso político na pós-modernidade.....	40
2.2 O uso do “sic” no discurso político: marcas de derrisão e sloganização.....	42
2.3 Os diversos valores imputáveis ao “sic”: uma tipologia da descaracterização derrisória.....	53
2.3.1 Descaracterização derrisória mostrada/não-comentada pelo uso de uma variante não-padrão da língua nos seus mais diversos níveis.....	55
2.3.2 Descaracterização derrisória mostrada/não-comentada pelo uso inadequado dos vocábulos da língua portuguesa.....	63
2.3.3 Descaracterização derrisória mostrada e comentada.....	67
3 BREVES REFLEXÕES SOBRE LINGUAGEM E PODER: MODESTAS CONTRIBUIÇÕES PARA A LEITURA NA ESCOLA.....	74
3.1 Linguagem e Poder: uma relação constitutiva.....	74
3.2 A língua sob o jugo do poder.....	80
3.3 O texto e as estratégias do dizer: contribuições para o trabalho com textos em sala de aula.....	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	94
ANEXOS.....	100

INTRODUÇÃO

Os processos discursivos, que permeiam a construção e a circulação dos sentidos na sociedade, estão materializados por toda parte, intra e interdiscursivamente, em textos que nos rodeiam, nos enredam e nos constituem. Para estudar e compreender os sentidos e seus efeitos, é necessário observar como são constituídos os processos discursivos que circulam atualmente em nossa sociedade e como eles envolvem os sujeitos com os textos e, ambos, com a História.

Do mirante da Análise do Discurso, escolhemos o discurso político veiculado pela mídia impressa como um ponto possível para a observação e estudo dos limites e possibilidades dos sentidos. Tal escolha se deve ao fato de acreditarmos que a mídia produz, em determinados objetos discursivos, a descaracterização derrisória do *outro* ¹ como um dos efeitos de sentidos possíveis.

A descaracterização de um oponente por meio da zombaria é uma técnica de oratória conhecida desde a época clássica e que é, ainda hoje, bastante utilizada no discurso político. Atualmente, os discursos políticos têm sido veiculados pela mídia como entretenimento, ou seja, como um recurso que pode fazer rir, que impressiona pelo modo excêntrico com que os políticos são ressignificados. A vida privada dos políticos, seu modo de vestir, sua preferência gastronômica, seu modo de falar, são apresentados pela mídia como um “reality show” em que todos os que estão de “fora” querem dar “aquela espiadinha”.² Principalmente em campanhas eleitorais, detalhes da vida particular dos políticos acabam se tornando relevantes em detrimento daquilo que seria

¹ Não se trata de um “outro” psicanalítico, mas de um “outro” discursivo.

² Expressão empregada por Pedro Bial, apresentador do programa *Big Brother Brasil*.

essencial para a política do país, como o debate de idéias e as propostas apresentadas pelos candidatos.

O modo como os políticos empregam a língua materna, por exemplo, é um dos alvos de *espetacularização*³ visados pela mídia. As variações lingüísticas empregadas pelos políticos são ressignificadas como erros gramaticais, como falta de conhecimento da norma culta da língua, deslizando como falta de competência político-administrativa. Essa *espetacularização* veiculada pela mídia produz, como um de seus efeitos de sentidos, a desqualificação e a banalização do discurso político.

Desse modo, elegemos como objeto de nossa pesquisa o uso da palavra “sic” como marca de descaracterização derrisória e *sloganização*⁴, que configura o discurso político, veiculado pela mídia impressa brasileira, como uma espécie de enunciação pejorativa.

Acreditamos que o “sic” sustenta implicitamente valores lingüístico-discursivos que estão muito além do valor lingüístico que podemos encontrar nos dicionários que o apresentam como um advérbio que significa “*assim* [Palavra que, entre parênteses ou colchetes, se intercala numa citação ou se pospõe a esta para indicar que o texto original está reproduzido exatamente, por errado ou estranho que possa parecer.]”.⁵ Como marca derrisória, notamos que o “sic” é um recurso lingüístico bastante empregado nos textos veiculados pela mídia impressa, aparece freqüentemente nos discursos políticos, mas ainda não tem sido, na sociedade brasileira, estudado pela teoria da Análise do Discurso como um elemento de derrisão.

A idéia deste trabalho surgiu de um projeto maior, ainda em desenvolvimento, intitulado “Derrisão em textos imagéticos e verbais: uma leitura discursiva da mídia

³ Tomamos essa expressão de empréstimo de Jean-Jacques Courtine que analisa o discurso político produzido nos EUA, nos anos 90, e o compara a um espetáculo televisivo.

⁴ Essa expressão foi criada pelos estudiosos do discurso político francês do Laboratório Saint-Cloud.

⁵ Significado apresentado pelo dicionário *eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*.

impressa brasileira”.⁶ Como parte desse projeto maior, propomos uma pesquisa sobre os textos verbais cujo objetivo é analisar como o discurso impresso midiático, sob a ideologia da neutralidade, da imparcialidade e da objetividade, ao tornar públicos determinados acontecimentos políticos, apresentando-os como fatos verídicos, lança mão de recursos lingüístico-discursivos, como o “sic”, por exemplo, para sutilmente descaracterizar o discurso político, configurando seu enunciador como não digno de usar a palavra e, conseqüentemente, como não competente o suficiente para ocupar uma função pública. Para tanto, elegemos como viés teórico os pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso de orientação francesa, acrescidos de discussões sobre os conceitos de heterogeneidade enunciativa, de J. Authier-Revuz, de derrisão, de Simone Bonnafous, do uso do “sic”, de Alice Krieg e do conceito de poder, de Michel Foucault.

Sabemos que há vários trabalhos acadêmicos sobre a análise discursiva do discurso político. Michel Pêcheux, sendo pioneiro no assunto, em 1969, já propunha uma análise dos discursos políticos afastada da subjetividade, como nos mostra sua obra “Análise Automática do Discurso”. No entanto, são relativamente poucas as pesquisas que estudam o discurso político visto pelo ângulo da derrisão. Temos, na França, entre outros autores, Simone Bonnafous⁷ que analisa a derrisão presente nos discursos de J. M. Le Pen (candidato de extrema direita), veiculados pela imprensa e pela televisão, durante a campanha presidencial francesa de 2002. No Brasil, porém, o conceito de derrisão, aplicado à Análise do Discurso, é praticamente desconhecido, estudado até o presente momento por BARONAS, (2004)⁸, que aplica este conceito na análise de textos imagéticos. Daí a necessidade de descrever, explicar e evidenciar a noção de derrisão em outros discursos políticos, além daqueles veiculados por imagens.

⁶ Projeto desenvolvido pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), coordenado pelo Prof. Dr. Roberto Leiser Baronas.

⁷ Professora da Universidade Paris XII, Vale do Marne. Diretora do Centro de Estudos de Discursos, Imagens, Textos e Comunicações (CEDITEC, E. A. 3119).

⁸ Artigo: Notas sobre o gênero discursivo fotografia, publicado na Revista *Polifonia*, nº 8, pela Universidade Federal de Mato Grosso, em dezembro de 2004.

Nossa pesquisa consiste, portanto, em um trabalho descritivo-interpretativo, cujo *corpus* é composto de uma seleção de textos impressos veiculados pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *A Gazeta*⁹, no período correspondente à posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2003, até abril de 2005, em que aparecem discursos políticos marcados pelo “sic”. Para tanto, organizamos essa investigação em três capítulos.

O primeiro capítulo realiza uma breve apresentação sobre a constituição das bases teóricas da Análise do Discurso; sobre a noção de heterogeneidade enunciativa e suas contribuições para a AD¹⁰; sobre o conceito de derrisão como um espaço da heterogeneidade enunciativa. O segundo capítulo consiste da análise do *corpus* e da tipologia dos diferentes modos de descaracterização derrisória mostrada pelo “sic”. E por fim, partindo de reflexões sobre a relação entre linguagem e poder, o terceiro capítulo aborda algumas contribuições desta pesquisa para o trabalho com a leitura no ensino fundamental e médio.

Acreditamos que esse trabalho possa contribuir, ainda que modestamente, para uma melhor compreensão da natureza, do papel e das funções da mídia na composição sócio-política tanto do discurso político quanto do português brasileiro.

⁹ Jornal de grande circulação no estado de Mato Grosso.

¹⁰ Refere-se à teoria da Análise do Discurso de orientação francesa.

CAPÍTULO 1

ANÁLISE DO DISCURSO E DERRISÃO: NOVA POSSIBILIDADE DE ESTUDO DO DISCURSO POLÍTICO

[...] todo enunciado é intrinsecamente susceptível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro [...]

M. Pêcheux

Este capítulo se constitui de um conjunto de notas sobre as noções teóricas da Análise do Discurso, sobre as noções de heterogeneidade enunciativa e sobre o conceito de derrisão com o objetivo de explicar como a articulação entre essas noções e conceitos pode contribuir para uma nova possibilidade de leitura do discurso político veiculado pela mídia impressa.

1.1 BREVES APONTAMENTOS SOBRE A ANÁLISE DO DISCURSO

Presente no contexto francês desde 1969, a Análise do Discurso é, ainda hoje, objeto de estudo e, ao mesmo tempo, referencial teórico para os historiadores do discurso, contribuindo para a compreensão de muitos objetos de pesquisa, nas mais diversas áreas do conhecimento que exija uma abordagem da articulação entre o lingüístico e seu exterior¹, este entendido como constitutivo.

Tendo em vista que as flutuações teóricas são prescritas pela História, não nos surpreende que o sintagma Análise do Discurso, hoje, no Brasil, possa ser entendido em

¹ Para a Análise de Discurso a linguagem possui uma relação com a exterioridade, esta entendida não como algo fora da linguagem (situação ou o contexto), mas como condições de produção do discurso que irrompem na materialidade lingüística como um "já dito" que condiciona o que ainda vai ser dito.

diferentes vieses². Seguindo as orientações da Análise do Discurso francesa, derivada de Michel Pêcheux, esse modo de olhar a linguagem, trazido para o Brasil nos anos 80 por Orlandi, se estabeleceu aqui, quando na França já tinha atravessado várias fases, que ficaram conhecidas como as “três épocas da Análise do Discurso”, e superado vários conceitos iniciais. É por isso que entre outras razões os trabalhos filiados a essa disciplina ora se aproximam ora se distanciam dos trabalhos propostos pelo grupo de M. Pêcheux.

Atualmente, podemos falar em uma análise do discurso franco-brasileira, cujo desenvolvimento e divulgação se deve a pesquisadores como Eni Orlandi, Sírío Possenti, Beth Brait, Maria do Rosário Gregolin entre outros pesquisadores que ainda se debruçam sobre o trabalho de investigação da Análise do Discurso que vem sendo realizada no Brasil.

Tendo em vista que há vários trabalhos de grande relevância dedicados à (re)leitura das obras de Michel Pêcheux e seu grupo, e tantos outros dedicados à pesquisa da Análise do Discurso brasileira, não faremos, aqui, discussões teóricas exaustivas sobre os conceitos dessa disciplina que serão melhor apresentados no segundo capítulo, junto à análise do *corpus*. O objetivo deste primeiro capítulo é apresentar, muito brevemente, como o objeto da Análise do Discurso se constituiu ao longo desses anos; apontar as bases teóricas sob as quais se sustentam os conceitos dessa disciplina para, em seguida, refletirmos sobre o conceito de derrisão.

Começemos, então, por lembrar que o objeto da Análise do Discurso é o discurso analisado em seu aspecto lingüístico e histórico. Nascida da necessidade de superar o quadro teórico de uma lingüística imanente e frasal que não dava conta do

² O sintagma Análise do Discurso remete, primeiramente, ao título do livro de Michel Pêcheux, *Análise Automática do Discurso (AAD)*, publicado em 1969. Essa obra, como aquelas que a seguiram, constitui um questionamento das intuições da leitura empírica cujo trabalho crítico proposto se apóia, por sua vez, nos procedimentos automatizados da informática e sobre uma teoria global da interpretação, articulando lingüística, psicanálise e materialismo histórico. A partir dos anos 80, Courtine, Marandin e Authier-Revuz, seguidos de outros, exploraram sistematicamente a imbricação entre uma formação discursiva e seu exterior. A nova AD alterna momentos de análise lingüística sintática (analisador Deredec em Plante, 1981) e momentos de análises seqüenciais abrangendo o estudo da construção de objetos discursivos, reservando um lugar importante para a heterogeneidade enunciativa.

texto em toda sua complexidade, a Análise do Discurso volta-se ao exterior lingüístico. É função dessa disciplina explicar como o texto diz o que diz, por que o texto diz o que diz, e compreender as regras que presidem à constituição do sentido num determinado momento sócio-histórico, de uma determinada sociedade.

A história da Análise do Discurso surge como consequência da relação que se estabeleceu, no final dos anos 1960, entre a Lingüística e outras disciplinas interessadas na análise de um objeto além da frase e da língua fechada em si mesma. O discurso, então, será pensado de duas maneiras diferentes, hoje conhecidas como tendência americana e tendência européia da Análise do Discurso. Segundo Eni Orlandi (1986:16), a primeira entende a teoria do discurso como a extensão da lingüística em que o texto é visto de forma redutora, não se preocupando com as formas de atribuição dos sentidos, mas com as formas de organização dos elementos que o constituem. Por esta tendência, a frase e o texto são vistos como elementos isomórficos, diferenciando-se apenas em graus de complexidade. Já a segunda tendência, a européia, aponta a relação necessária entre o dizer e as condições de produção desse dizer, em que a exterioridade se coloca como marca fundamental.

Com o intuito de melhor compreender o objeto e os conceitos da Análise do Discurso européia, derivada de M. Pêcheux, faremos uma breve rememoração dos projetos, estudos e contribuições do autor e seu grupo de trabalho, desenvolvidos desde o fim dos anos de 1960 até 1983, que deram origem e legitimaram a Análise do Discurso na França. Para tanto, tomamos como referencial o trabalho de Denise Maldidier³ que, pertencendo ao grupo de pesquisa de Pêcheux, fala de descobertas, problemáticas e retificações que não foram apenas estudadas, mas vivenciadas ao lado dele. Relatando a importância do lugar ocupado por Pêcheux na história da Análise do

³ MALDIDIER, D. *A inquietação do discurso – (Re) Ler Michel Pêcheux hoje*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

Discurso, a autora procura evidenciar cada fio e cada nó que ajudaram a tecer essa disciplina, melhor dizendo, essa transdisciplina.⁴

Segundo D. Maldidier, a história da Análise do Discurso na França pode ser lida por meio de uma dupla fundação atribuída a Jean Dubois e a Michel Pêcheux. O primeiro, lexicólogo famoso, lingüista ligado à universidade, criador da revista *Langages*, escreveu um texto considerado como o “manifesto” da Análise do Discurso⁵. O segundo, filósofo ligado a Althusser, estava preocupado, inicialmente, em discutir a epistemologia das ciências, publicou o livro *Analyse Automatique du Discours*⁶ que, convocando uma teoria lingüística, uma teoria da história e uma teoria do sujeito, inaugura uma abordagem transdisciplinar com base em um método formal (informatizado). Embora os dois fundadores tivessem o Marxismo e a Lingüística como panos de fundo para suas proposições, cada um deles tinha objetivos diferentes quanto ao sistema de análise. Dubois, partindo dos trabalhos de Benveniste e Jakobson, apresentava o conceito de sujeito por uma via idealista e sem problematização. Pêcheux, adotando a base marxista, pela releitura de Althusser, propunha uma teoria do discurso, afastada da subjetividade. São estas diferenças que, no nosso entendimento, poderiam justificar, entre outras razões, as diferentes tendências que a Análise do Discurso tem hoje.

Diante da complexidade do objeto discurso, Pêcheux apresenta o quadro epistemológico da Análise do Discurso como um campo de articulação de três áreas do conhecimento sendo elas:

1. o materialismo histórico como teoria das formações sociais e de suas transformações, aí compreendendo a teoria das ideologias;
 2. a lingüística como teoria, ao mesmo tempo, dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação;
 3. a teoria do discurso como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.
- Convém explicitar ainda que estas três regiões são, de certo modo, atravessadas e

⁴ A Análise de Discurso pode ser considerada uma transdisciplina pois propõe a articulação de diferentes áreas do conhecimento. Pêcheux apresenta o quadro epistemológico da AD como um campo de articulação entre o materialismo histórico, a lingüística e a teoria do discurso, todas atravessadas pela teoria psicanalítica do sujeito.

⁵ Publicação do artigo “Lexicologia e análise de enunciado”, traduzido em Orlandi, E. (org). Gestos de Leitura. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

⁶ *Analyse automatique du discours*, Paris, Dunod, 1969.

articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica). (PÊCHEUX & FUNCHS, 1997b:163)⁷

Nomes como Althusser, Foucault e Bakhtin são referências para a compreensão dessa articulação teórica. Althusser com sua releitura das teses marxistas; Foucault com a noção de formação discursiva, da qual derivam vários outros conceitos (interdiscurso; memória discursiva; práticas discursivas, etc.) e Bakhtin com o fundamento dialógico da linguagem, que leva a AD a tratar da heterogeneidade constitutiva do discurso, são alicerces sobre os quais M. Pêcheux constrói a teoria da Análise do Discurso que, desde o princípio, já na obra de 1969 era atravessada por formulações psicanalíticas, resultantes das releituras das teses de Freud, feitas por Lacan, sobre o inconsciente como sendo estruturado pela linguagem.

O entrelaçamento dessas teorias exigiu muitas pesquisas, reflexões, construções e desconstruções sobre as idéias e conceitos iniciais apresentados por Pêcheux. Por isso D. Maldidier divide o percurso histórico da AD em três etapas: I. O tempo das grandes construções (1969-1975); II. Tentativas (1976-1979) e III. A desconstrução domesticada (1980-1983).

A primeira etapa se constitui de publicações relevantes para a compreensão da relação entre o discurso e a ideologia que Pêcheux buscava desvelar, partindo da idéia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua. Isso porque para Pêcheux não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia, ou seja, o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e só assim é que a língua faz sentido.

Surgindo como um dispositivo de leitura do discurso político, *Análise Automática do Discurso* (AAD-69) é um livro em que se ligam os fios de um objeto radicalmente

⁷ Texto: A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas (1975). In: GADET, F. e HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Unicamp, 1997b, p. 163.

novo: o discurso. Para Pêcheux (1997a)⁸, o discurso: “não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B mas, de modo mais geral, **de um efeito de sentidos entre os pontos A e B.**” [grifo nosso].

Para Pêcheux era impossível analisar um texto como uma unidade que remete a um sujeito ou instituição. Era necessário referi-lo a um conjunto de outros discursos possíveis, a partir de um estado definido de condições de produção.

Assim, inspirado no artigo do lingüista americano Zellig Harris, que figurava em *Langages*, nº 13 (1969)⁹, o dispositivo para a análise do discurso, imaginado por Pêcheux, era o primeiro modelo de máquina de ler que arrancaria a leitura da subjetividade. Composto de duas fases, uma manual (registro da superfície discursiva) e outra automática (informatizada) tratava-se de uma análise lingüística de seqüências do *corpus* que consistia em desfazer os encaixes da sintaxe, reduzindo-os a enunciados elementares de um número fixo¹⁰ de lugares.

Por esse dispositivo de análise, selecionavam-se, *a priori*, alguns termos-pivôs, (palavras-chave), supostamente representativos de uma mesma posição ideológica, a partir dos quais se constituía um *corpus*, fixando as condições de produção. Em seguida, intervinha um certo número de manipulações, destinadas a reduzir a diversidade sintática (redução da passiva à ativa, decomposição em duas frases de uma frase que contém dois grupos coordenados, etc.). Procedia-se, geralmente, de maneira comparativa: por exemplo, estudando as “mesmas” palavras em formações discursivas concorrentes. Desse modo, nos mais diferentes discursos tinha-se a presença do “mesmo”.

A ADD-69 propunha, então, entender a repetição dos termos nos discursos com o auxílio de softwares. A partir do auxílio da informática, era feita a análise sócio-

⁸ Texto: Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F. e HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do Discurso*. Campinas: Unicamp, 1997a, p. 82.

⁹ Texto: Discourse Analysis. *Language*, nº 28, 1952, p. 1-30. Trad. Francesa de Françoise Dubois-Charlier em *Langages*, nº 13, 1969, p. 8-44.

¹⁰ Referindo-se ao *corpus* a ser analisado.

histórica desses termos. Tal método fundava-se sobre o postulado de que “o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe em si mesmo [...], mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo social histórico em que as palavras, expressões, proposições são produzidas [...]” (PÊCHEUX, 1997d:160). O melhor software adaptado para esse objetivo foi o DEREDEC, elaborado por Pierre Plante, em 1981.

Duas publicações na revista *Langages* também trouxeram contribuições importantes para esta etapa. Pela primeira publicação, em 1971, no artigo de *Langages* 24, Pêcheux, em conjunto com Claudine Haroche e Paul Henry, entra definitivamente para o campo da lingüística com o texto *A Semântica e o corte Saussuriano: língua, linguagem e discurso*¹¹. O fundamento do discurso, nesse texto, também se dá ao lado do materialismo histórico e da teoria das ideologias.

Segundo as teses marxistas, o modo de produção da vida material determina o modo da vida social, política e intelectual de uma sociedade. A economia determina em última instância a formação social. Nessa concepção materialista da História, o que é determinante, enfim, na História é a produção e a reprodução da vida material. Althusser entende ideologia como essa maneira pela qual os homens vivem as relações com suas condições materiais de existência. É partindo dessas idéias althusserianas que Pêcheux elabora o conceito de condições de produção do discurso. Como melhor nos explica Eni Orlandi (2003:16), levando em conta o homem na sua história, os processos e as condições de produção da linguagem se constituem na relação estabelecida pela língua, com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer.

A segunda publicação importante para esta primeira etapa da Análise do Discurso foi o artigo escrito por Pêcheux e Fuchs, intitulado “Atualizações e perspectivas

¹¹ Texto: « La semantique et la courpure saussuriene: langue, langage, discours ».

a propósito da análise automática do discurso”¹² em *Langages* 37 (1975). Embora apareça publicado um mês antes de *Semântica e Discurso*,¹³ foi composto bem antes deste último e é considerado um texto de transição. Nele Pêcheux exprime a relação da teoria com seu modelo de análise e é nele que define o campo teórico, articulando o materialismo histórico, a lingüística, a teoria do discurso e a teoria da subjetividade (referência à psicanálise). Articulando sujeito e sentido, esse artigo inaugura a problemática da ilusão da subjetividade e a “teoria dos dois esquecimentos”.

Para Pêcheux, o sujeito e o sentido não estão determinados, mas são constituídos no discurso, descartando a concepção idealista da noção de subjetividade como fonte e origem do sentido. Para ele outras teorias da enunciação, como a de Benveniste, por exemplo, acobertavam um sujeito ideológico, que seria o responsável pela construção dos sentidos.

Podemos, então, de agora em diante, afirmar que uma teoria materialista dos processos discursivos não pode, para se constituir, contentar-se em reproduzir, como um de seus objetos teóricos, o “sujeito” ideológico como “sempre-já” dado [...] essa teoria não pode, se deseja começar a realizar suas pretensões, dispensar uma teoria (não-subjetivista) da subjetividade. [...] sejamos precisos: o que o idealismo impossibilita compreender é, antes de tudo, a *prática política* e, igualmente, a *prática de produção dos conhecimentos* (assim como, por outro lado, a *prática pedagógica*), ou seja, precisamente, as diferentes formas sob as quais a “necessidade cega” (Engels) se torna *necessidade pensada e modelada como necessidade*. (PÊCHEUX, 1997d:131) [grifo do autor]

Esse efeito sujeito, que provoca ilusão da subjetividade, será batizado ironicamente por Pêcheux como “efeito Münchhausen”, em memória ao imortal Barão¹⁴ que se levantava no ar, puxando-se a si mesmo pelos cabelos.

Essa ilusão da subjetividade encontra seu lugar na teoria dos esquecimentos 1 (um) e 2 (dois). Por meio do esquecimento número 1, o indivíduo “esquece”, ou

¹² Texto: « Mises au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours », traduzido em GADET, F. e HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Unicamp, 1997b.

¹³ *Les Vérités de la Palice*, de M. Pêcheux. Paris : Maspero, 1975. Cf. Edição em português: *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni P.Orlandi, 3 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997d.

¹⁴ Personagem do livro *Histórias e aventuras do Barão de Münchhausen*, pertencente à cultura germânica.

melhor, ignora o fato de que ele não é fonte dos sentidos e que estes se formam em um processo que lhe foge ao controle. Por meio do esquecimento número 2, também acreditando ser a fonte original dos sentidos, o sujeito assume um lugar na enunciação, onde passa a planejar e ajustar seu enunciado, acreditando colocar fronteiras entre o dito e o não-dito.

O último livro dessa etapa, *Les Vérités de la Palice (Semântica e Discurso*, em Português), publicado em 1975 é, segundo D. Maltidier, um livro de cruzamento de todos os caminhos de Pêcheux. Estabelece um novo olhar sobre a semântica que passa a ser vista como um ponto nodal. Pêcheux passa do lógico-lingüístico para a teoria do discurso. À transparência imaginária, Pêcheux opõe o que ele chama de “caráter material do sentido”. Já é possível perceber, nessa etapa, a exploração da noção de pré-construído, de formação discursiva e dos conceitos de interdiscurso e intradiscurso. Essas noções na verdade estão interligadas. O termo pré-construído, sugerido por Paul Henry, refere-se ao já-dito ou, como comenta Pêcheux (1997d:99), “o que remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é ‘construído’ pelo enunciado”.

Entendendo que o sentido de uma palavra, expressão ou proposição não existe em si mesmo, mas que é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual a palavra, expressão ou proposição é produzida, isto é reproduzida, Pêcheux toma emprestado de Michel Foucault o termo “formação discursiva” para conceituar aquilo que pode e/ou deve ser dito a partir de uma posição ideológica ocupada pelo sujeito, articulada em forma de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, etc.

E ainda sobre a idéia de que o caráter material do sentido consiste na sua dependência constitutiva do “todo complexo das formações ideológicas”, Pêcheux introduz mais dois conceitos fundamentais para a Análise do Discurso: o interdiscurso e o

intradiscurso. Conceitos esses que dão um efeito de fim ao “tempo das grandes construções”.

O interdiscurso pode ser entendido como um espaço discursivo e ideológico no qual se desdobram outros discursos historicamente já constituídos, em relações de dominação, subordinação e contradição. O intradiscurso, porém, é o lugar em que a forma-sujeito tende a ignorar o interdiscurso e a construir o discurso em sua materialidade lingüística, na ilusão de que é totalmente consciente de suas escolhas. Deixemos o próprio Pêcheux falar a respeito:

[...] o *intradiscurso* enquanto *discurso-transverso* atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo *interdiscurso* enquanto *pré-construído*, que fornece, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como “sujeito falante”, com a formação discursiva que o assujeita. Nesse sentido, pode-se bem dizer que o intradiscurso, enquanto “fio do discurso” do sujeito, é, a rigor, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma “interioridade” inteiramente determinada como tal “do exterior”. [...] Diremos que a forma-sujeito (pela qual o “sujeito do discurso” se identifica com a formação discursiva que o constitui) tende a absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso, isto é, *ela simula o interdiscurso no intradiscurso*, de modo que o interdiscurso *aparece* como o puro “já dito” do intra-discurso, no qual ele se articula por “co-referência”. (PÊCHEUX, 1997d: 167)

A segunda fase da Análise do Discurso caracteriza-se pela expansão dos objetos discursivos a serem analisados. O seminário “Recherche sur la Théorie des Idéologies”¹⁵, conhecido como HPP¹⁶ e o CERM (Centre des Études et de la Recherche Marxiste)¹⁷ eram dois “lugares de fala” associados à história de Pêcheux. É o momento de percepção de que a interpelação ideológica também falha. A teoria aparece aí diretamente governada pela política. Os dois textos de Pêcheux *Remontemos de Foucault a Spinoza* (1977)¹⁸ e *Só há causa do que falha* (1978)¹⁹, em uma espécie de complementaridade, exibem um

¹⁵ Pesquisas sobre a teoria das ideologias

¹⁶ Conhecido por HPP por ter sido organizado por P. HENRY, M. PÊCHEUX e M. PLON

¹⁷ Centro de estudos e pesquisas marxistas

¹⁸ “Remontons de Foucault à Spinoza”, título da comunicação apresentada por Pêcheux no simpósio do México – “O Discurso político: teoria e análises”.

¹⁹ Texto em inglês “The French Political Winter: beginning of a rectification”, anexado à tradução inglesa de *Les Vérités de la Palice*. Trad. para o português em *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997d, p. 293.

ponto quase obsessivo sobre a questão das ideologias dominadas, das resistências. O primeiro texto entra no jogo da polêmica entre as tendências da análise do discurso e reflete sobre a questão de que tanto a formação ideológica quanto a discursiva não são idênticas a si mesmas e, por isso, não podem mais ser pensadas como um bloco homogêneo. O segundo texto é mais pessoal e apresenta-se como uma retificação em que Pêcheux repensa a ideologia como um ritual passivo de falhas.

Na terceira etapa, enfatizamos a importância dos dois colóquios (*Materialidade Discursiva*, 1979/1980 e *Materialidades Discursivas II*, 1982) e do projeto RCP (Recherche Coopérative du Programme)²⁰ para o processo de desconstrução-construção da análise de discurso. O primeiro colóquio é o ponto de partida para a reflexão da questão das materialidades discursivas colocada em um espaço de confronto entre as disciplinas relacionadas com o discurso. O segundo colóquio trazia questões sobre o “ordinário do sentido”. Há o acolhimento de referências pouco familiares como, por exemplo, o livro de Michel de Certeau, *A invenção do cotidiano*. A análise do discurso estava pondo-se à prova: saía de seu fechamento e confrontava-se com outras disciplinas. D. Maldidier menciona ainda que o projeto da RCP era, na época, o principal objeto das reflexões de M. Pêcheux e de seu grupo. Os textos dessa época são marcados pelo modo coletivo de pensar e escrever. Autores como Jean-Marie Marandin, fazendo emergir a questão da discursividade, Jacqueline Authier, abordando a questão do sentido e da enunciação pela via do discurso relatado, trazendo a problemática da heterogeneidade do discurso e Jean Jacques Courtine, trazendo a noção de memória discursiva, muito contribuíram para que os conceitos das duas primeiras análises de discurso fossem revisitados e para que da desconstrução surgissem construções novas.

A autora Maria do Rosário Gregolin (2003a)²¹ afirma que apesar das ressalvas de Pêcheux e seu grupo às teorias e ideologias referentes à obra de M. Foucault (que criticava o marxismo althusseriano) e à obra de Bakhtin (que, afastando-se de

²⁰ Pesquisa Cooperativa do Programa

²¹ Texto: *Análise do Discurso: Lugar de enfrentamentos teóricos*. In: FERNANDES, C. A. e SANTOS, J. B. C. *Teorias Lingüísticas: problemáticas contemporâneas*. Uberlândia-MG: Edufu, 2003a.

Saussure, parte do princípio de que a língua é fruto da manifestação individual de cada falante, valorizando, assim, a fala) as propostas desse dois autores é incorporada pelo grupo de Pêcheux, por volta dos anos 1980. Essa incorporação se dará por meio dos trabalhos de J.J Courtine, para quem as idéias de Foucault continuam sendo fundamentais para a AD a ser realizada atualmente, e por meio dos trabalho de J. Authier-Revuz que, convicta das propostas bakhtinianas e da psicanálise, trará para a AD a noção de heterogeneidade do discurso apontando uma via para análise das relações entre o fio do discurso (intradiscurso) e o interdiscurso, na análise das não-coincidências do dizer.

Como era desejo de Pêcheux (1997c:278)²², a análise do discurso não deve ser uma prótese da leitura, mas uma provocação à leitura. E como provocação à leitura, deve problematizar as maneiras de ler, levando o sujeito falante ou leitor a questionar a univocidade lógica nos enunciados não logicamente estabilizados. É, portanto, papel do analista do discurso expor ao “olhar” leitor a opacidade dos diferentes textos que nos rodeiam, capacitando-nos a manter uma relação menos ingênua com a linguagem.

1.2 CONTRIBUIÇÕES RECÍPROCAS ENTRE HETEROGENEIDADE ENUNCIATIVA E ANÁLISE DO DISCURSO

De acordo com os pressupostos teóricos da Análise do Discurso de orientação francesa, a noção de subjetividade não está mais centrada no *EGO*, como propunham algumas teorias subjetivistas da linguagem, mas na relação entre o EU e o TU, que diferentemente do que pensara Benveniste, incorpora o outro como constitutivo do sujeito. Desse modo, não temos mais um sujeito único, central, como origem e fonte de sentido, pois entendemos que na fala desse sujeito outras vozes também falam. Disso decorre também uma concepção da linguagem que não está mais assentada na

²² Texto: Apresentação da Análise Automática do Discurso (1982). In: GADET, F. e KAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Unicamp, 3ª ed., 1997c.

noção de homogeneidade. A linguagem passa a ser entendida como o lugar onde o sujeito negocia a produção discursiva com o outro.

Apoiada no conceito de dialogismo de Bakhtin, que toma o discurso como um produto do “já dito”, e na psicanálise de Freud e sua releitura feita por Lacan, que aborda o sujeito como um efeito da linguagem, J. Authier-Revuz estabelece o conceito de heterogeneidade(s) enunciativa(s). Embora o objeto da autora não seja o discurso e sim o sujeito e a enunciação, o trabalho de J. Authier-Revuz traz contribuições importantes para a Análise do Discurso, pois está situado na região que Pêcheux chama de *esquecimentos*, mais especificamente na região do *esquecimento número dois*.

Começamos retomando a noção de heterogeneidade constitutiva. Para a autora:

Sempre sob as palavras, “outras palavras” são ditas: é a estrutura material da língua que permite que, na linearidade de uma cadeia, se faça escutar a polifonia não intencional de todo discurso, através da qual a análise pode tentar recuperar os indícios da “pontuação do inconsciente”. (AUTHIER-REVUZ, 1990: 29)

Nesta afirmação de que, constitutivamente, no sujeito e no seu discurso está o *Outro*, é que Authier-Revuz entende a heterogeneidade como constitutiva da linguagem. A heterogeneidade, sendo constitutiva de todo discurso, pode manifestar-se na superfície discursiva por meio da materialidade lingüística do texto. Essas manifestações podem ser mostradas e marcadas explicitamente por meio do discurso direto, do discurso indireto, das aspas, do itálico, mas podem manifestar-se também de modo não-marcado, implícito por meio da ironia, do discurso indireto livre entre outros. A manifestação da heterogeneidade constitutiva é o que Authier-Revuz chama de heterogeneidade mostrada.

O sujeito, acreditando que é a fonte dos sentidos (esquecimento nº 1) e que toda a produção do seu discurso é sempre consciente (esquecimento nº 2), tem, então, a necessidade de marcar-se na enunciação e assim o faz por meio da heterogeneidade

mostrada que manifesta, sob a forma de denegação, um desconhecimento protetor da heterogeneidade constitutiva. Isso porque, para o sujeito “assujeitado”, proposto pela Análise do Discurso, o papel indispensável do EU é aquele que se ocupa em construir a imagem do sujeito autônomo, anulando em seu desconhecimento, o descentramento real do sujeito.

O sujeito muitas vezes não se dá conta de que sua fala é um recorte das representações de um tempo e um espaço sócio-históricos e, por isso, acometido pelo esquecimento nº 1, esse sujeito desconhece a presença de outros discursos, historicamente já constituídos, que emergem em sua fala pelo interdiscurso. Acometido, ainda, pelo esquecimento nº 2 tal sujeito acredita que seu discurso possa ser situado apenas em relação ao destinatário, para quem planeja e ajusta a sua fala, inscrita no/pelo intradiscurso. Dessa forma, podemos dizer que a heterogeneidade constitutiva do interdiscurso é sinalizada e camuflada, ao mesmo tempo, pela heterogeneidade mostrada, inscrita no intradiscurso.

Conforme afirma a autora, a heterogeneidade mostrada são formas lingüísticas de representação de diferentes modos de negociação do sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva:

As formas marcadas da heterogeneidade mostrada representam uma negociação com as forças centrífugas, de desagregação, da heterogeneidade constitutiva: elas constroem no desconhecimento desta, uma representação da enunciação, que, por ser ilusória, é uma proteção necessária para que um discurso possa ser mantido. (AUTHIER-REVUZ, 1990:33).

As formas marcadas da heterogeneidade mostrada são recursos lingüístico-discursivos que reconhecem o lugar da heterogeneidade no discurso, mas que procura negar sua onipresença ou, como afirma Authier-Revuz, em conflito solidário com a heterogeneidade constitutiva, as formas marcadas da heterogeneidade mostrada são em relação àquelas “ao mesmo tempo um sintoma e uma defesa”. Ou seja, na ilusão do centro, por um processo de denegação, o sujeito falante localiza e delimita o lugar do

outro, e, ao pontuar seu discurso, circunscreve o “um”, mas desconhece o “não-um”, como menciona Authier-Revuz (1998:25) ao referir-se aos sentidos do discurso.

Esse “dizer” da heterogeneidade mostrada que não é óbvio, porque denega a heterogeneidade constitutiva, Authier-Revuz chama de espaço de *não-coincidências do dizer*. Ou seja, trata-se de um espaço em que o dizer se representa localmente confrontado,

Essas palavras **porosas**, carregadas de discursos que elas têm incorporados e pelos quais elas restituem, no coração do sentido do discurso se fazendo, a carga nutriente e destituente, essas palavras **embutidas**, que se cindem, se transmutam em outras palavras caleidoscópicas nas quais o sentido, multiplicado em suas facetas imprevisíveis, afasta-se, ao mesmo tempo, e pode, na vertigem, perder-se, essas palavras **que faltam**, faltam para dizer, faltam por dizer – defeituosas ou ausentes – aquilo mesmo que lhes permite nomear, essas palavras **que separam** aquilo mesmo entre o que elas estabelecem o elo de comunicação, é no real das não-coincidências fundamentais, irreduzíveis, permanentes, com que elas afetam o dizer, que se produz o sentido. (AUTHIER-REVUZ, 1998:26) [grifos do autor]

Os discursos apresentam diversas formas de negociação, manifestando o tipo de imagem que eles produzem, em si mesmos, de posições enunciativas próprias a sujeitos particulares, a tipos de discursos, a gêneros. Essas imagens manifestas nos discursos, dadas pelos enunciadores do encontro que eles fazem – localmente - em seu dizer, se desdobram em quatro tipo de não-coincidências:

a) **não-co incidência interlocutiva**: aquela que marca a relação de dois sujeitos radicalmente “não-simetrizáveis”, ou seja, as modalizações indicam uma distância entre os co-enunciadores. É colocada com apoio em uma concepção pós-freudiana do sujeito, não coincidente consigo mesmo pelo inconsciente. Instaura-se como o espaço onde se inscrevem as estratégias interativas, os cálculos, os cálculos dos cálculos dos outros que, por mais sofisticados que sejam sempre irão remeter a uma relação dual. A comunicação concebida como a produção de “um” dos enunciadores passa a ser entendida como o imaginário de uma co-enunciação marcada pelo “não-um”. Exprime-se através de fórmulas

como desculpe a expressão, se se pode dizer, se você preferir, entende o que eu quero dizer?, como você mesmo diz... Podem ser observadas em diálogos, texto polêmico, gênero de divulgação científica;

b) **a não-coincidência do discurso consigo mesmo:** quando um enunciador alude a um outro discurso dentro de seu próprio discurso. É colocada como referência ao dialogismo bakhtiniano e à teorização do interdiscurso, que em análise do discurso, nos termos pechatianos remete o “eu falo” aqui e agora ao “já-dito em outro lugar, antes e independentemente”. Encontram-se múltiplas marcas de referência a uma outra fonte enunciativa, por exemplo: *como diz X, para usar as palavras de X, para falar como os esnobes, o assim chamado..., o que se costuma chamar...* . Por esta operação o enunciador assinala entre as suas palavras a presença de palavras estrangeiras marcadas como pertencentes a um outro discurso e, desse modo, desenha em si mesmo o traçado de uma fronteira interior/exterior. Essas posições enunciativas “extremas” são encontradas freqüentemente em discursos com imagem monológica, como os discursos midiáticos, os discursos políticos, que negam em si a exterioridade discursiva.

c) **a não-coincidência entre as palavras e as coisas:** é colocada como constitutiva, na dupla perspectiva, de um lado das singularidades do real a nomear e de outro lado da ordem simbólica, isto é, refere-se à falta (constitutiva do sujeito como falho) de captura do objeto pela “letra” que desemboca na “perda” inerente à linguagem. Melhor dizendo, trata-se de indicar que as palavras empregadas não correspondem exatamente à realidade que deveriam designar. Aparecem como expressões do tipo: *o que é preciso chamar X, poderíamos dizer, como dizer?, ia dizer X, já que é necessário nomear..., X, no sentido estrito* . É comum neste espaço aparecerem alguns fenômenos como a metáfora, o eufemismo, o neologismo, a hipérbole, auxiliares modais, entre outros.

d) a **não-coincidência das palavras consigo mesmas**: acontece quando o enunciador se confronta com o fato de que o sentido das palavras é ambíguo. Trata-se do encontro dos enunciadores com o equívoco que joga em suas palavras manifestado pela tentativa de fixação de um sentido (*X, no sentido de p; X não no sentido de q*), pelo dizer alterado pelo encontro do sentido a mais, o “não-um” (*seria preciso dizer X; X se ousou dizer...*), pelo sentido estendido no “não-um” (*em todos os sentidos da palavra; X também no sentido de que...*) e pelo dizer reassegurado pelo “não-um” (*X, literalmente falando; X para falar de uma palavra ambígua*). Este espaço de não-coincidências coloca-se contra as abordagens monossemitizantes que reduzem o equívoco do dizer a fenômenos lúdicos ou acidentais, na perspectiva da recepção.

Por meio da articulação teórica da lingüística, da psicanálise e da análise do discurso, Authier-Revuz desenvolveu a noção de heterogeneidade enunciativa e possibilitou a caracterização de diferentes fatos de linguagem. O uso do “sic”, por exemplo, será apresentado, na análise de nosso *corpus* como uma possibilidade de não-coincidência do discurso consigo mesmo. Isso porque o “sic” funciona como uma marca que delimita as fronteiras entre o discurso do enunciador citante e do enunciador citado.

Toda essa retomada da noção de heterogeneidade constitutiva se deve ao fato de que, para desenvolvermos nossa pesquisa sob as lentes da Análise do Discurso, é necessário compreender a heterogeneidade como sendo constitutiva da linguagem, compreender que as não-coincidências do dizer são provas disso e que a descaracterização derrisória que a mídia opera nos discursos políticos ao veiculá-los, assinalando-os com o “sic”, é um dos espaços dessas heterogeneidades.

1.3 O CONCEITO DE DERRISÃO: UM ESPAÇO PARA A HETEROGENEIDADE DISCURSIVA

Falar sobre derrisão atualmente implica lembrar que a descaracterização de oponentes é, desde a antiguidade clássica, uma prática bastante comum, sobretudo nos meios políticos. Inicialmente empregada nas formulações da psicanálise, sob o impulso dos trabalhos de Freud, a noção de derrisão tornou-se na França, desde as últimas décadas, objeto de estudo de lingüistas que têm organizado, de modo sistemático, pesquisas e publicações referentes a esse assunto.

Sustentando uma dimensão de contestação às ordens estabelecidas ou aos princípios largamente aceitos pela sociedade, a derrisão é freqüentemente empregada como um recurso lingüístico-discursivo, nos mais diversos meios sociais de comunicação como uma estratégia de descaracterização de algo ou alguém por meio de uma zombaria arrogante que, por estar associada ao humor, fica livre de punições.

Segundo Arnaud Mercier (2001:9), nas expressões populares, o riso nunca tem conotação pejorativa e até o “morrer de rir” torna-se uma morte invejável. Se em conformidade com o autor, entendemos o riso como uma espécie de vingança ou vitória social, já que “quem ri por último, ri melhor”, a derrisão assume a função de mostrar que algo ou alguém não é levado a sério. Muitas vezes sua função é ainda mais cruel: é desprezar, tornar ridículo seu objeto de manipulação, é sublinhar-lhe a insignificância.

Alfred Sauvy, na sua obra *Humor e política* (1979)²³, pretendia que questões como estas fossem suscetíveis de construir uma subdisciplina. Para ele todo ramo das ciências sociais poderia estudar o humor como uma “arma potente” para quem sabe empregá-lo. O que acontece, na verdade, é que muitas vezes fazemos uso da derrisão e não nos damos conta disso. Muitas vezes estamos diante de uma situação derrisória e por não estarmos cientes disso, tomamos partido de tal situação sem levarmos em conta suas possibilidades de sentidos.

²³ SAUVY, Alfred. *Humour e politique*. Paris: Calmann-Levy, 1979.

Na língua portuguesa, a palavra derrisão é ainda pouco conhecida tanto no senso comum como no acadêmico e, quando empregada, geralmente com o significado de dicionários mais comuns, assume de modo simplista o mesmo sentido atribuído a palavras como sátira, escárnio, ironia. Desse modo, acreditamos que se faz necessário, também aqui, no Brasil, um estudo sobre o conceito de derrisão, um rastreamento sobre suas incidências e uma tipologia referente aos efeitos de sentidos que a derrisão produz nos/pelos discursos que circulam atualmente em nossa sociedade.

Tomaremos como base para o estudo desse conceito o trabalho²⁴ desenvolvido por Simone Bonnafoous que analisa, sob o ponto de vista da derrisão, o discurso de Jean-Marie Le Pen, líder do movimento de extrema-direita da França. Le Pen, apresentando-se como marginalizado da política e vítima de um amplo complô midiático, soube fazer uso dessa situação conflituosa para escolher, como arma, a descaracterização de seus oponentes por meio da derrisão. A autora define o termo derrisão como a associação do humor e da agressividade que se distingue da pura injúria, assinalada dentre outros modos pela presença de zombarias, gracejos, jogos de palavras irônicos, uso do sic, entre outros elementos comuns no discurso político francês, bem como os demais discursos políticos.

Em seu trabalho, Simone Bonnafoous analisa três casos do uso da derrisão em J.M. Le Pen, sendo eles: a) a ridicularização dos jornalistas no momento de interação; b) os jogos de palavras e as brincadeiras mais ou menos injuriosas contra adversários ausentes; c) a ironia às teses e termos próprios dos adversários. Em sua análise, Bonnafoous aponta que todos os casos analisados têm em comum o fato de jogarem com o implícito e de criarem, independente da vontade do parceiro da interação, a cumplicidade com os alvos do discurso polêmico. Segundo a autora, as caricaturas dos adversários, as antífrases, o uso de oxímoros, as metáforas animalizantes, presentes no discurso de Le Pen, constituem um dialogismo polêmico em que a fala e o pensamento

²⁴ BONNAFOOUS, Simone. Sobre o bom uso da Derrisão em J.M. Le Pen. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (org.). *Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.

do *outro* são subvertidos. Para exemplicar um pouco mais o uso da derrisão nos discursos políticos, podemos aproximar essas características de Le Pen ao comportamento do político brasileiro, ex-prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, que na campanha municipal de 2004, por exemplo, usou como artimanhas o fato de não responder ao que lhe perguntavam, de falar, falar, falar, sem dar brechas ao interlocutor, de sempre escapar e enveredar por outro assunto, empregando palavras nem sempre compromissadas umas com os sentidos das outras, construindo um muro verbal de contenção do adversário.

Em sua pesquisa, Simone Bonnafous faz questão de deixar bem claro três pontos: Le Pen não detém o monopólio dos casos de derrisão descritos no texto e cita que os estudos de Alice Krieg revelam o uso exaustivo do “sic” pela imprensa de extrema-direita, como um elemento derrisório; uma mesma postura ideológica não produz, necessariamente, os mesmos efeitos e cita Bruno Maigret e seu partido (M.N.R.)²⁵, cujas teses são semelhantes às de Le Pen, no entanto, o primeiro nunca se singularizou pelo uso inadequado da linguagem; o estilo lepenista busca adequar-se à mídia dominante, ou seja, à televisão que valoriza as performances excêntricas, misturando derrisão e agressão para a satisfação de seus telespectadores.

Simone Bonnafous analisou, pois, o discurso de um político que faz uso dos meios midiáticos para descaracterizar os adversários por meio da derrisão. O que pretendemos, a partir de agora, é mostrar uma outra situação de descaracterização em que o político é vítima da mídia. Para tanto, aprofundaremos o conceito de derrisão da autora e, por meio de uma análise discursiva, mostraremos, no segundo capítulo, como a mídia impressa brasileira, sob a ideologia da neutralidade, da imparcialidade e da objetividade, ao tornar públicos determinados acontecimentos políticos, apresentando-os como fatos verídicos, lança mão de recursos lingüístico-discursivos, para, sutilmente, descaracterizar o discurso político, configurando seu enunciador como não-digno de usar a palavra.

²⁵ Partido nascido da cisão da Frente Nacional.

O conceito de derrisão no Brasil, como já dissemos anteriormente, ainda não é muito claro e por isso notamos que, ao resgatarmos o conceito de Bonnafous de que a derrisão é “[...] associação do humor e da agressividade que a caracteriza e distingue da pura injúria”, se faz necessário uma reflexão mais ampla sobre o conceito para não o confundirmos com as definições de sátira e ironia. Embora sejam semelhantes em suas definições, os termos sátira, ironia e derrisão se distinguem pela função que assumem enquanto linguagem e pelo efeito de sentido produzido.

Não trataremos aqui, é claro, de um estudo específico sobre a sátira e a ironia. Apenas abordaremos seus aspectos mais relevantes para que possamos distingui-los da derrisão. Para tanto tomamos como referencial as definições apresentadas por dois dicionários: *Houaiss*, de língua portuguesa e *Le Petit Robert*, de língua francesa. As informações obtidas por meio desses dicionário são coerentes e complementares entre si como podemos notar nas definições abaixo.

De acordo com a versão eletrônica de Houaiss temos:

SÁTIRA	Acepções * substantivo feminino ; * na literatura latina, composição poética jocosa ou indignada contra as instituições, os costumes e as idéias contemporâneas; composição poética que ataca de forma incisiva ou ridiculariza os vícios e as imperfeições ; discurso ou escrito picante, maledicente ou de crítica rigorosa ; ironia, mofa, zombaria; censura espirituosa ; ger. em prosa, que se caracteriza pela diversidade dos assuntos abordados e pela forma atraente de expor as idéias [Criada por Menipo, foi introduzida em Roma por Varrão (116 a.C.-27 a.C.).]. Obs.: cf. <i>menipeu</i> Etimologia lat. <i>Sátira</i>, mistura de prosa e verso; forma tardia do lat. <i>Satura</i>, sátira, mistura; ver <i>satir</i>-; f.hist. 1720 <i>satira</i>, 1720 <i>satyra</i> Sinônimos ver sinonímia de <i>zombaria</i>
--------	--

IRONIA	Acepções * substantivo feminino;* figura por meio da qual se diz o contrário do que se quer dar a entender; literatura esta figura, que se caracteriza pelo emprego inteligente de contrastes, us. literariamente para criar ou ressaltar certos efeitos humorísticos; uso de palavra, expressão ou acepção de caráter sarcástico; zombaria; contraste ou incongruência entre o resultado real de uma seqüência de acontecimentos e o que seria o resultado normal ou esperado [Era o procedimento característico de Sócrates, registrado nos <i>Diálogos</i>, de Platão.] i. socrática. Etimologia gr. <i>eiróneia</i>, ação de interrogar fingindo ignorância; ver <i>iron-</i>; f.hist. sXV <i>yronia</i>, 1540 <i>ironia</i> Sinônimos ver sinonímia de <i>zombaria</i>
DERRISÃO	Acepções * substantivo feminino * riso zombeteiro, comportamento, dito ou gesto que denotam desprezo por outrem, ger. de forma irônica e sarcástica Etimologia fr. <i>dérision</i> (1262) <i>dérision</i> 'escárnio, zombaria', emprt. do lat.imp. <i>derisio,ónis</i> 'id.', formado do supn. <i>derisum</i> do v. <i>deridére</i>,rir, escarnecer, zombar; var. <i>derisão</i>, por infl. do padrão fr. e lat.; ver <i>rid-</i> Sinônimos ver sinonímia de <i>zombaria</i>

No dicionário francês, *Le Petit Robert*, publicado em 1986 encontramos as seguintes informações:

SÁTIRA ²⁶	n.f. (h. 1355; 1560; var. <i>satyre</i> até ao XIIe; lat. <i>satira</i>, "mistura"). 1º Hist. Lit. Obra livre da literatura latina onde os tipos, as formas, censuravam os costumes públicos. Poema onde o autor ataca os defeitos de seus contemporâneos. <i>Sátiras de Juvénalm, de Boileau</i>. – A Sátira: é gênero literário. 2º Mod. (XVIIe). Discurso escrito que ataca algo ou alguém pela zombaria. <i>Um sátira violenta, divertida, cheia de humor</i>. Crítica zombeteira. Fazer da sátira de um meio. <i>"A sátira divertida dos acontecimentos do ano"</i> (LÉUTAUD). ANT. Apologia, elogio.
-----------------------------	---

²⁶ Versão Original: **SATIRE**: *n.f.* (h. 1355;1560; var. *satyre* jusqu'au XVII; lat. *satira*, proprem. " macédoine, mélange"). **1º Hist.** Litt. Ouvrage libre de la littérature latine ou les genres, les formes, les mètres étaient meles, et qui censurait les moeurs publiques. Poème (em vers) ou l'auteur attaque les vices, les ridicules de ses contemporains. *Satires de Juvenal, de Boileau*. – La Satire: ce genre lilittéraire. **2º Mod.** (XVII). Écrit, discours qui s'attaque à qqch., à qqn, em s'em moquant. Une satire violente, amusante, pleine d'humour. Satire contre qqn. V. Épigramme, pamphlet. – Critique mouquese. **ANT.** Apologie, école.

IRONIA ²⁷	n.f. (1552; <i>yronie</i>, 1361; lat. <i>ironia</i>, da GR. <i>eirôneia</i> "ação de interrogar fingindo a ignorância", à maneira de Sócrates [ironia socrática]). 1º Maneira de rir dizendo o contrário que quer-se fazer entender. Humor, galhofa, troça. Uma ponta de ironia. Ironia amarga, corrosiva. V. Derrisão, sarcasmo. Saber manipular a ironia. L ' ironia de Voltaire. Figura de retórica aparentada à antífrase.*. 2º Disposição trocista, zombeteira. "<i>Um brilho de ironia no olhar, um nuance de ironia na voz.</i>" . 3º Fig. Ironia do destino. "<i>Esta amarga ironia da desgraça</i>" (STAËL). ANT. Seriedade.
DERRISÃO ²⁸	n.f. (XIIIe; parte inferior lat. <i>derisio</i>, <i>deridere</i> "zombar de"). 1º Despeitos que leva ao riso. Ver desdém, ironia, despeito, galhofa, riso, sarcasmo. "<i>O tom dominante da instituição era derrisão de toda sensibilidade e a exaltação das mais rudes virtudes</i>" (LARBAUD). "<i>Pelos intelectuais, não tenho desprezo e derrisão</i>" (DUHAM). Tornar algo em derrisão: rir de maneira que despreza. 2º Coisa insignificante. Dez francos! É uma derrisão. ANT. Consideração, estima, respeito.

Como é possível observar, sátira, ironia e derrisão têm seus alicerces construídos sobre as bases do humor, que pode ser entendido como uma disposição de espírito ou como a capacidade de perceber, apreciar ou expressar o que é cômico ou divertido. É importante esclarecer que humor e comicidade têm características diferentes. A comicidade é aquilo que provoca o riso; faz rir porque é engraçado ou ridículo. O humor não é exatamente aquilo que provoca o riso, mas condição para que o riso seja percebido, apreciado ou expresso. No humor nós temos assuntos de grande seriedade tratados de modo cômico e também temos esse cômico tratado com aparência de seriedade. O humorista zomba do mundo e de si mesmo. Essa zombaria associada ao

²⁷ Versão original : **IRONIE**: n.f. (1552;yronie, 1361; lat. ironia, du gr. eirôneia "action d'interroger em feignant l'ignorance", à la manière de Socrate [ironie socratique]). **1º** Manière de se moquer (de qqn ou de qqch.) em disant le contraire de ce qu'on veut faire entendre. V. Humour, persiflage, raillerie. Ironie fine, légère. Une pointe d'ironie. Ironie amère, mordante. V. Dérision, sarcasme. Savoir manier l'ironie. L'ironie de Voltaire. Figure de rhétorique apparentée à l'antiphrase*. **2º** Disposition railleuse, moqueuse, correspondant à cette manière de s'exprimer. Les Français "chez qui le plaisir de montrer de l'ironie étouffe le bonheur d'avoir de l'enthousiasme" (Stendhal). Une lueur d'ironie dans le regard, une nuance d'ironie dans le ton. V. Moqueuse. **3º Fig.** Ironie du sort: intention de moquerie méchante qu'on prête au sort. "Cette amère ironie du malheur" (Staël). **ANT.** Sérieux

²⁸ Versão original : **DÉRISION**: n.f. (XIII; bas lat. derisio, de deridere "se moquer de"). **1º** Mépris qui incite à rire, à se moquer de (qqn, qqch.). V. Dédain, ironie, mépris, persiflage, raillerie, risée, sarcasme. Dire qqch. Par dérision. Rire, gestes de dérision. "Le ton dominant de l'institution était la dérision de toute sensiblerie et l'exaltation des plus rudes vertus" (Larbaud). " Pour les intellectuels, je n'ai que mépris et dérion" (Duham.). **Tourner em dérision**: se moquer d'une manière meprisante de. **2º** Chose insignifiante, dérisoire. Dix francs! C'est une dérision. **ANT.** Considération, déférence, estime, respect.

humor é quase sempre entendida como uma zombaria benevolente em que o sentimento do risível se dá em um pano de fundo de simpatia, com atividades atenuadas pela sedução, pela predominância do altruísmo.

Vale notar que o humor nem sempre é crítico. Como afirma Sírío Possenti:

O que caracteriza o humor é muito provavelmente o fato de que ele permite dizer alguma coisa mais ou menos proibida, mas não necessariamente crítica, no sentido corrente, isto é, revolucionária, contrária aos costumes arraigados e prejudiciais. O humor pode ser extremamente reacionário, quando é uma forma de manifestação de um discurso veiculador de preconceitos, caso em que acaba sendo contrário a costumes que são, de alguma forma, bons ou, pelo menos, razoáveis, civilizados [...] (POSSENTI, 1998: 49)

Desse modo, é preciso entender que muitas situações por estarem associadas ao humor são consideradas inocentes e ficam livres de punição. Ao observarmos as definições de sátira, de ironia e de derrisão apresentadas pelos dicionários anteriormente citados, passamos a considerar que apesar de muitas características semelhantes, cada figura veicula o humor de modo diferente. A sátira, por exemplo, visa a ridicularizar ou a zombar dos vícios e das pessoas, escolhendo a dedo os indivíduos a serem zombados. Trata-se da zombaria ultrajante, dura, em que o sentimento do risível situa-se num pano de fundo de antipatia. Mostra, em geral, um desprezo por aquilo que satiriza e objetiva despertar o riso sem preocupar-se em atenuar ou disfarçar a crítica. São características da sátira a avidez, a agressividade, as tendências egoísticas e misantropas.

Ao contrário da sátira, a derrisão faz uma crítica sem a intenção de assumir-se enquanto crítica. Tanto uma quanto a outra desqualificam e descaracterizam as pessoas e /ou seus vícios por meio da agressividade e do ridículo, mas a derrisão diferentemente da sátira, evita a todo custo evidenciar seu desprezo por aquilo que

descaracteriza. Enquanto a sátira não se preocupa em disfarçar a crítica, a derrisão faz uso de diversos recursos verbais e não-verbais para embalsamar essa crítica. Esses recursos que podem ser lingüísticos ou imagéticos são construídos como que envoltos por uma “bolha discursiva”, que os protege das punições e os livra de prestar satisfações às vítimas da descaracterização derrisória.

Quanto à ironia, temos um modo de exprimir-se que consiste em dizer o contrário daquilo que se está pensando ou sentido. Essa estratégia funciona como um meio de denegar acusações já que torna possível esconder os sentidos veiculados na própria materialidade do que foi dito. A derrisão também usa estratégias para não assumir o que foi enunciado, só que, diferentemente da ironia, ela tem como técnica dizer o que quer dizer, porém utilizando-se de meios para ressaltar alguns sentidos em detrimento de outros que passam a ser encobertos pelo efeito derrisório.

Na sua função de denúncia, a sátira e a ironia objetivam desnudar aspectos sociais e estéticos encobertos pelos discursos mais sérios. A sátira assume a denúncia. A ironia não confirma nem assume a denúncia já que ela foi feita pela representação do contrário. O que a derrisão faz, porém, não se reduz apenas a uma denúncia, mas em uma descaracterização do outro, subtraindo-lhe a legitimidade de seu papel por meio do ridículo. Essa descaracterização na derrisão não acontece como na sátira, pelo escárnio, nem como na ironia, pela representação do contrário, mas pelo emprego de proezas verbais e verbo-visuais que manipulam sentidos e os veiculam de modo subvertido.

Fundada na interdiscursividade, a derrisão assim como a sátira e a ironia necessita de algumas condições para se realizar, tais como: a) a recuperação do já dito por um receptor que conhece esse sistema de referência; b) a compreensão e a interpretação desse sistema num outro contexto, num outro discurso. Pode revelar-se em espaços institucionalizados para o humor como os chistes, as anedotas ou em outros espaços como um jornal sério e exige a atenção e a participação do enunciatário.

Com base nas informações sobre a etimologia, apresentadas pelos dicionários, verifica-se que a noção de derrisão aparece antes das outras duas noções. Isso não significa que ela seja um tipo de descaracterização mais ampla e que a sátira e a ironia constituíram elementos mais específicos dessa noção maior de descaracterização. A derrisão, assim como as duas outras noções, também possui sua especificidade. O que ocorre, porém, é que a utilização de proezas verbo-visuais como meio de subversão dos sentidos é mais sutil na derrisão do que na sátira e na ironia. Podemos compreender, então, que a derrisão como um modo de descaracterização do *outro* pela associação da agressividade e do humor não se traduz apenas em um meio de desvelar fatos, mas se constitui, sobretudo, em um meio de torná-los insignificantes, desprezíveis, a fim de que os envolvidos tenham suas proposições desacreditadas.

Como moralmente a vida em sociedade impõe um recuo à violência, a agressividade é freqüentemente bloqueada pelo temor às conseqüência impostas à violação da moral e dos bons costumes. A derrisão funciona, então, como uma válvula de escape da agressividade, como um recurso que permite contornar a censura, possibilitando o triunfo da diversão, apelando para um prazer de transgressão tolerável, que se evidencia pelo riso, pelo desprezo zombeteiro e, como conseqüência disso, Arnaud Mercier (2001:11) afirma: "Não é por azar que os poderosos tornam-se assuntos privilegiados da derrisão"²⁹.

Os efeitos produzidos pela derrisão como a zombaria, a ridicularização, o riso, por exemplo, necessitam de um saber consensual a respeito daquilo que descaracterizam e, por isso, são, inevitavelmente, compartilhados por um grupo social. A derrisão é um convite a compartilhar um prazer comum e conta, portanto, com a convivência do *outro*. Esta possibilidade de troca de um prazer e /ou um saber consensual desativa a carga negativa da derrisão que passa a ser entendida como uma "violência" politicamente correta.

²⁹ Versão original : " Ce n'est pas par hasard que les puissants deviennent des sujets privilégiés de dérision".

Todas essas especificidades da derrisão podem ser melhor compreendidas quando observamos sob as lentes da análise do discurso os diferentes poderes e autoridades que manipulam a derrisão bem como os que são vítimas dela. Para ilustrar as colocações anteriores, apresentamos o “sic” como exemplo da derrisão aceita como uma violência politicamente correta.

Expressão de origem latina que significa “assim”, o “sic” apareceu na língua francesa por volta de 1842. Na função de advérbio, ele é posposto a uma citação ou nela é intercalado, entre parênteses ou colchetes, para destacar que o texto original é do jeito que está sendo indicado, por mais errado ou estranho que pareça. A princípio, a função do “sic” é sinalizar algo estranho no discurso impresso, no entanto, esse apontamento do “algo estranho” pode atribuir diversos sentidos ao discurso por ele marcado.

Alice Krieg,³⁰ no artigo intitulado “Férias argumentativas: o uso do “sic” na imprensa de extrema-direita contemporânea”³¹, ao notar e analisar o excessivo emprego do “sic” nos discursos desse tipo de imprensa, afirma que o “sic” funciona como uma marca do implícito e constitui uma espécie de espaço contravertido que abre um lugar pronto para acolher uma tese que, estando implícita, atribui ao leitor a função de reconstituir-lhe o sentido.

De acordo com autora, entendemos que a palavra “sic”, por si só, fora do discurso é apenas um modo de enunciação e não assume nenhuma posição política ou ideológica. Por natureza é uma marca cujo valor é claramente metadiscursivo, aparecendo no discurso para comentar o próprio discurso. Contudo, em conformidade com Pêcheux (1982), quanto ao fato de que não existe discurso sem sujeito e não existe sujeito sem ideologia, acreditamos que, aparecendo nos mais diversos discursos como um espaço vago que precisa ser preenchido por sentidos que serão atribuídos pelo

³⁰ Doutora em ciências da linguagem da Universidade Paris XII Val-de-Marne. Membro do Centro de Estudos de Discursos, Imagens, Textos e Comunicações (CEDITEC).

³¹ “Vacance argumentative: l’usage de “sic” dans la presse d’extrême-droite contemporaine”. In: BONNAFOUS, S. : FIALA, P. (Dir). Argumentations d’extrême-droite. Les langages du politique. **Mots**, p. 11-34, mars 1999.

leitor, o “sic” funciona como uma marca da heterogeneidade discursiva que veicula como um dos seus efeitos possíveis a descaracterização derrisória do outro.

Como vimos em Authier-Revuz (1982), a manifestação da heterogeneidade constitutiva é o que Authier-Revuz chama de heterogeneidade mostrada. O “sic” constitui um apontamento da voz do *outro* no discurso político, podendo, assim, ser entendido como um elemento que evidencia, que mostra a heterogeneidade enunciativa. Essa marca da voz do *outro*, sob o discurso político marcado pelo “sic”, dá à enunciação um tom pejorativo. Tendo a função de sinalizar algo estranho no discurso, ele nos remete à idéia de erro, de falta de conhecimento por parte do orador citado.

Alice Krieg, citando Authier-Revuz, informa em seu trabalho (1999:16) que o “sic” assume dois empregos: um em que acompanha o discurso direto e outro em que acompanha o discurso indireto, o que para nós torna-se redundante, pois a construção desses dois tipos de discurso já evidenciam o distanciamento entre o discurso citado e o discurso citante. O “sic” passa a ser, então, mais uma marca que indica que o que foi dito pertence ao discurso do *outro*. Tanto em um emprego como em outro, o “sic” assume a função de modalizador autonímico e se estabelece como um comentário, uma tomada de posição do enunciador citante sobre o discurso do enunciador citado e que, sob o nosso ponto de vista soa, muitas vezes, como um comentário arrogante, já que este distanciamento está aparente pelas características inerentes ao discurso direto e indireto, o que nos possibilita entender o uso do “sic” não como um comentário inocente do erro do outro, mas como uma marca de descaracterização derrisória desse *outro*.

Mostraremos nos capítulos subseqüentes como a mídia impressa brasileira manipula a derrisão nos discursos políticos que veicula contribuindo assim para a desqualificação e a banalização do agente político brasileiro.

CAPÍTULO 2

A ESPETACULARIZAÇÃO DO DISCURSO POLÍTICO VEICULADO PELA MÍDIA IMPRESSA

O engraçado nasce da troca e o riso é a sanção de uma mútua compreensão. Mais ainda, a derrisão é convite a compartilhar um prazer comum, aquele zombar de um terceiro, que terá sido reduzido, caricaturado.

Arnaud Mercier

No primeiro capítulo do trabalho, apresentamos noções e conceitos sobre Análise de Discurso e derrisão que, empregados de modo articulado, tornam possível um novo olhar sobre o uso do “sic” no discurso político.

A construção desse novo olhar é o assunto principal do presente capítulo. Com vistas a apontar o uso do “sic” como um recurso derrisório, explorado pelo discurso político veiculado pela mídia impressa brasileira, apresentaremos as análises que foram feitas do *corpus* cujos textos encontram-se anexados ao final do trabalho.

2.1 O DISCURSO POLÍTICO NA PÓS-MODERNIDADE

Antes de darmos início às análises, queremos expor, ainda que brevemente, algumas características do discurso político na sociedade atual.

Frente à “política de aparência”, geradora de emoções, presente em nossos dias, em substituição à “política das idéias”, em vigor até meados dos anos de 1950,

Jean-Jacques Courtine (2003)¹ refere-se à política da pós-modernidade como um tipo de encenação para ser apresentada diante de um público, o que lhe permite compará-la ao espetáculo.

Utilizando-se de formas expressivas mais modernas, como as formas breves, vivas e claras, na sua retórica “aparentemente” mais despida, veiculada por recursos audiovisuais, a política na pós-modernidade objetiva seduzir o grande público que passa, a partir de então, a assistir aos discursos políticos como espectadores passivos, que assistem a um espetáculo.

Essa espetacularização da política, responsável pela crise do discurso político nas sociedades ocidentais, se deve, segundo J. J. Courtine (2003), “à televisão e seus efeitos perversos” que pela imagem corrompe as palavras, deforma o debate de idéias e torna a democracia doente em sua comunicação.² Na França, por exemplo, o sentimento de incredulidade quanto ao discurso político vem acompanhado por recordes de abstenção eleitoral e a ascensão de forças políticas que estabeleceram os pilares da exploração eleitoral sobre as bases da difamação dos discursos e instituições públicas.

Com o surgimento das tecnologias de comunicação de massa, a situação clássica do discurso político que encontrava-se no ajuntamento popular – onde o orador mesmo distante, nem sempre visível, era ouvido pelas pessoas – desapareceu dando lugar a um novo tipo de orador que, fazendo uso do corpo e da linguagem gestual, necessita não apenas ser ouvido, mas visto pelo telespectador que agora o examina de perto, em sua casa, pela televisão.

Além do reinado das formas breves e da valorização da imagem, há ainda um outro aspecto condicionador da política como espetáculo que consiste na exibição da

¹ «Les glissements du spectacle politique ». **Esprit**, Paris, n. 164, 1990. Trad. : Roberto Leiser Baronas e Fábio Trad. : Roberto Leiser Baronas e Fábio César Montanheiro em GREGOLIN, M. R. (org). *Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003, p. 21-33.

² Como exemplo, podemos citar os escândalos de corrupção envolvendo os políticos brasileiros como o deputado Roberto Jefferson que, incriminado pela CPI dos Correios (julho de 2005), fez uso de performances teatrais para denunciar os corruptos envolvidos no escândalo do “Mensalão”, tirando de foco seu envolvimento no escândalo das Estatais dos Correios.

vida privada dos agentes políticos que têm seu modo de vestir, sua preferência gastronômica, seu modo de falar apresentados pela mídia, como um “Big Brother”, em que o privado se torna público. E é, principalmente, em campanhas eleitorais que os detalhes da vida particular dos políticos acabam se tornando relevantes em detrimento daquilo que seria essencial para a política do país, como o debate de idéias e as propostas apresentadas pelos candidatos. Referindo-se a esse olhar que se dirige ao político, Courtine afirma:

E nisso surge uma das críticas essenciais formuladas contra a política televisiva: a coisa pública não seria ali mais do que uma simples aparência, puro espetáculo, vã comédia com inserções publicitárias às quais ela acaba se assemelhando. E os políticos, oscilariam, a partir daí, entre heróis de novela e mercadorias à venda, teriam um papel incerto. Em suma, seria o fim do político. (COURTINE, 2003:30)

Queremos, no entanto, trazer à memória que, além da televisão, outros meios de comunicação de massa - como é o caso dos jornais e revistas, entre outros - por intermédio de recursos lingüístico-discursivos como a derrisão, por exemplo, também contribuem para a *espetacularização* e a banalização do discurso político. Trataremos, portanto, a partir de agora de evidenciar como o uso do “sic” dos discursos políticos veiculados pela mídia impressa se constitui em um elemento de derrisão, contribuindo dessa forma para a política do espetáculo.

2.2 O USO DO “SIC” NO DISCURSO POLÍTICO: MARCAS DE DERRISÃO E SLOGANIZAÇÃO

Diferentemente de Alice Krieg, que observou o uso excessivo do “sic” na imprensa de extrema direita francesa para desqualificar os agentes políticos de extrema-esquerda, nós elegemos o “sic” como nosso objeto de estudo porque notamos (não é de hoje) que o uso da língua portuguesa tem sido fator de severa vigilância por parte de instituições que se apresentam como “guardiãs” da língua, dos costumes e da cultura do povo brasileiro. Como consequência desse controle sobre o uso da língua, podemos

observar que o emprego do “sic” se dá freqüentemente nos meios impressos de comunicação, assegurando-lhes dessa forma, a imagem de detentores do saber lingüístico legítimo.

O modo como os políticos empregam a língua materna em seus discursos vem sendo um alvo de *espetacularização* bastante visado pela mídia brasileira. As variações lingüísticas, empregadas pelos políticos, são ressignificadas como erros gramaticais, como falta de conhecimento da norma culta da língua, deslizando para o sentido de falta de competência político-administrativa, uma vez que temos cristalizado no imaginário social que aquele que não faz uso da norma padrão da língua é porque provavelmente não a conhece e o desconhecimento do uso “correto” da língua implica incompetência de natureza diversa, inclusive política.

Essa *espetacularização* veiculada pela mídia resulta na desqualificação do discurso político que passa a ser (re)configurado como uma espécie de enunciação pejorativa, já que é apresentado como um discurso passível de erros.

Segundo Alice Krieg (1999), o “sic” possui duas funções: uma técnica e outra polissêmica. A função técnica do “sic” é de esclarecer que a citação é tal qual se apresenta na materialidade do enunciado citado, por mais estranha ou errada que pareça. Já a função polissêmica propõe que o sentido do “sic” não esteja determinado, mas que deva ser reconstituído pelo leitor mediante uma investigação das condições de produção, bem como das formações discursivas do discurso marcado. Nosso trabalho consiste, portanto, em uma análise discursiva do uso do “sic” que nos permite apontar a derrisão e a *sloganização* do discurso político como um dos possíveis efeitos de sentido produzidos por ele.

Para dar maior objetividade à pesquisa, optamos pela análise de dois jornais, sendo um de grande circulação nacional, conseqüentemente veiculando maior quantidade e diversidade de informações, e outro de circulação regional, limitando suas informações a momentos sócio-históricos específicos da região. Tomamos, portanto,

como *corpus* textos dos jornais *Folha de S. Paulo* e *A Gazeta*, de Cuiabá (MT), veiculados pela internet, em que o "sic" aparece assinalando a fala de diversos políticos brasileiros, no período correspondente à posse do presidente Lula, em janeiro de 2003 até abril de 2005.

Durante este período foram recolhidos 36 textos, sendo 23 do jornal *Folha de S. Paulo* e 13 do jornal *A Gazeta*. Nos dois jornais, o "sic" está presente nos diferentes cadernos, assinalando o discurso de artistas, jogadores de futebol e do próprio leitor. Por meio de observação realizada sobre os 36 textos recolhidos no período de janeiro de 2003 a abril de 2005, encontramos discursos políticos marcados pelo "sic" nos cadernos "Brasil" (quatorze vezes), "Cotidiano" (cinco vezes) e "Dinheiro" (três vezes), do jornal *Folha de S. Paulo* e nos cadernos "Opinião" (cinco vezes) e "Política" (oito vezes), do jornal *A Gazeta*. Desses 36 textos recolhidos no período mencionado, selecionamos para a composição do *corpus* de análise 13 textos, anexados no final do trabalho.

Observando os textos selecionados, notamos que eles se constituem pelo discurso relatado, ou seja, se constituem pela presença de uma enunciação sobre outra enunciação, configurando desse modo um espaço de heterogeneidade que evidencia, a princípio, pelo menos duas vozes: a voz do jornalista (orador citante) e a voz do político (orador citado). A voz do jornalista, atendendo às normas dos manuais de redação do jornalismo, aparece na terceira pessoa do singular, objetivando apresentar a notícia de forma neutra e imparcial, o que na verdade, já sabemos ser impossível a qualquer gênero textual, pois a escolha da informação a ser transmitida e dos modalizadores presentes nos textos já evidenciam certos posicionamentos de seus enunciadores. Quanto à voz do agente político, esta aparece, em grande parte dos textos analisados, marcada pelo discurso direto - entre aspas ou raramente após o travessão - e marcada, também, pelo discurso indireto. Em alguns textos podemos encontrar a voz do agente político marcada pelos dois tipos de discurso, o direto e o indireto. Vejamos alguns exemplos:

Exemplo A

Metade do crescimento será puxado pelo mercado interno, diz Furlan³

O crescimento da economia brasileira neste ano não será puxado somente pelas exportações, mas também terá uma forte participação do mercado interno, segundo o ministro Luiz Fernando Furlan (Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior).

Furlan reafirmou sua projeção de que expansão será de 4% neste ano, acima da estimativa traçada pelo Banco Central (3,5%). "Vamos crescer 4%. Me cobrem **(sic)**⁴ se isso não acontecer. Tem gente que não acredita", disse Furlan durante palestra em São Paulo. (*Folha Online* - Dinheiro, 1 de junho de 2004-11h50)

Exemplo B

Fabris afirma que as sessões são perda de tempo⁵

O deputado Gilmar Fabris (PFL) disse ontem, em discurso, que a participação nas sessões da Casa é a "maior perda de tempo" para os parlamentares. "Os que ficam aqui não se reelegem".

De acordo com o pefelista, muitos parlamentares freqüentam as sessões para "conversar fiado" e os pronunciamentos feitos da tribuna não têm importância para a sociedade. "Prefiro visitar municípios. Pra **(sic)** ficar aqui escutando conversa fiada, porque aqui tem conversa fiada... Se pegar todos os pronunciamentos dos deputados, tem coisa aqui que não leva a lugar nenhum". Fabris disse ainda que poderia até listar quem fica à toa no Legislativo. "Se me apertar, eu falo até quem fica o dia inteiro de conversa fiada". (*Gazeta Digital*, 24 de Março de 2005)

Observemos que os dois textos evidenciam a todo momento o distanciamento entre as vozes do enunciador citante e do enunciador citado pelos dois tipos de discurso – direto e indireto – sobre um mesmo enunciado. No primeiro texto, segundo parágrafo, o jornalista informa pelo discurso indireto que segundo o ministro Furlan, a projeção de expansão do crescimento da economia seria de 4% em 2004. Ainda no segundo parágrafo o mesmo discurso do ministro é apresentado pelo discurso direto, entre aspas. É interessante notarmos que não basta modalizar o discurso citado por meio do discurso indireto para garantir o afastamento dos vozes; não basta mais comentar os

³ Cf. Anexo A

⁴ O destaque em negrito dado ao "sic" citado aqui e nos demais fragmentos do *corpus*, apresentados no decorrer da pesquisa, é grifo nosso, a fim de facilitar a visualização.

⁵ Cf. Anexo B

atos: é necessário, ainda, tentar reproduzir por meio da citação direta, o discurso político tal qual fora proferido.

Podemos observar que o segundo texto faz uso dos mesmos recursos para mostrar na materialidade lingüística a presença da heterogeneidade, porém reforça ainda mais o distanciamento entre os enunciadores acrescentando **aspas** no **discurso indireto** para marcar a expressão exata empregada pelo político Gilmar Fabris que afirma que as sessões são perda de tempo. No primeiro parágrafo, o jornalista retoma o discurso do político e, mesmo no discurso indireto, faz uso das aspas: "O deputado Gilmar Fabris (PFL) disse ontem, em discurso, que a participação nas sessões da Casa é a '**maior perda de tempo**' para os parlamentares." [grifo nosso]. No segundo parágrafo, utiliza a mesma estratégia para informar sobre "a conversa fiada".

Maingueneau (2004:152), referindo-se aos textos de comunicação afirma que mídia, ao fazer uso do discurso relatado, procura atuar em duas frentes ao mesmo tempo: manter certa distância em relação aos indivíduos de quem falam para produzir a ilusão da objetividade e também "colar-se" à linguagem dos indivíduos citados, para restituir-lhes o ponto de vista.

O que queremos ressaltar é que, além dos recursos empregados pelo discurso relatado, que parecem cumprir muito bem a função de marcar a heterogeneidade enunciativa, e conseqüentemente delimitar os espaços das diversas vozes do discurso, a mídia lança mão de um outro recurso lingüístico para marcar o discurso do *outro*: o "sic" que, discursivamente, se apresenta como uma forma de um "EU" que se manifesta no discurso do *outro* emitindo, sobre esse discurso, um juízo de valor implícito, velado. Esse juízo de valor implícito no "sic" recai sobre o modo como o político faz uso da língua portuguesa em seus discursos.

Nos textos anteriores, a marca do "sic" se dá pelo uso de variantes não-padrão da língua: o uso da próclise no início de frase "Me cobrem (sic) ..." , que pela gramática

normativa é considerada erro de colocação pronominal (exemplo A), e a contração da preposição “para” em “pra” (exemplo B).

Convém observar que a mídia não leva em consideração que os discursos políticos se manifestam pelo estilo não monitorado da oralidade, espaço em que a língua é empregada automaticamente, de modo menos formal. Em nosso *corpus*, por exemplo, o discurso político aparece transcrito e o “sic”, assinala um desvio da norma padrão da língua que se manifesta pela oralidade e não pela escrita do agente político. Como, porém, está presente no imaginário social o discurso de que aquele que não sabe falar, não sabe escrever e conseqüentemente não tem competência para assumir cargos públicos, os discursos políticos marcados pelo “sic” sugerem a desqualificação do agente político.

Notamos, desse modo, que o “sic” não é inocente. Além de marcar, em sua função técnica, a heterogeneidade mostrada, ele revela discursivamente, na sua função polissêmica, que o “dizer” dessa heterogeneidade não é óbvio. Melhor dizendo, o “sic” revela, por meio do implícito, que o discurso midiático faz alusão ao discurso político, porém determinando em si mesmo uma fronteira discursiva, cujos efeitos de sentidos serão produzidos de acordo com a formação discursiva desses enunciadores.

De acordo com Authier-Revuz (1998), os discursos apresentam formas de negociação, de posições enunciativas próprias a sujeitos particulares que se manifestam no discurso pelo encontro que os enunciadores fazem de seus dizeres e que resultam nas não-coincidências do dizer. Observamos que a fronteira discursiva estabelecida entre o discurso citante e o discurso citado está presente em todos os textos de nosso *corpus* de análise e podemos entendê-la como uma conseqüência do que a autora vai denominar as não-coincidências do dizer. Mais especificamente falando, as não-coincidências do discurso consigo mesmo.

O “sic” funcionará, então, como uma fronteira entre o discurso da mídia, que sob a ideologia da objetividade se apresenta como um discurso sério, autêntico, com a

função informar e alertar a sociedade sobre todos os acontecimentos sócio-políticos do dia-a-dia, inclusive sobre o modo como os políticos fazem uso da língua portuguesa, e entre o discurso do agente político, que atendendo às características da política na pós-modernidade, procura, como vimos em Courtine (2003), estar o mais próximo possível do eleitor, usando para isso uma linguagem mais clara, mais direta e até mesmo mais informal.

Os textos já mencionados são exemplos disso. Temos um discurso midiático acrescentando um “sic” no discurso dos políticos para apontar que eles, ao se pronunciarem, cometeram alguns desvios na norma padrão da língua. Desvios esses que para a mídia parecem estranhos ou errados, mas para os estudiosos de sociolinguística são variações da língua, que não comprometem em nada a clareza do discurso e que sem a marca do “sic” talvez nem fossem notadas já que são variações incorporadas naturalmente pela oralidade do senso comum e dos meios acadêmicos.

Para compreendermos porque o “sic” nos remete à idéia de erro, desqualificando o discurso político e funcionando como um elemento de derrisão, é necessário verificarmos em que formação discursiva ele aparece inserido.

Sabemos que é próprio da mídia exibir sua preocupação com a autenticidade dos acontecimentos que são tornados públicos. Desse modo, entendemos que a mídia sob a ideologia da objetividade, da neutralidade e da imparcialidade vende o *ethos*⁶ de uma competência informativa e combativa contra tudo e todos os que ousam transgredir qualquer regra da moral e dos bons costumes da sociedade. A mídia cria um sistema de vigilância panóptico⁷ em que os cidadãos estão na mira de seu olhar onividente, pronto a registrar e evidenciar qualquer tipo de transgressão cometida pelo indivíduo contra as

⁶ Termo emprestado da retórica antiga (em grego: personagem) que designa a imagem que o locutor constrói de si, em seu discurso, para exercer influência sobre seu alocutário. Conf. Maingueneau (2004).

⁷ Expressão empregada por Foucault (1999:86-87) para se referir a uma forma de poder baseado no sistema de vigilância. *Panopticon* (no original) era um edifício em forma de anel, no meio do qual havia um pátio com uma torre no centro. O anel se dividia em pequenas celas. Na torre central havia um vigilante cujo olhar atravessava todas as celas.

normas legais do país, inclusive as transgressões cometidas contra a chamada norma padrão da língua.

Para garantir o poder de continuar veiculando com credibilidade os acontecimentos sócio-políticos, a mídia, de acordo com suas formações ideológicas, determina em suas formações discursivas que o uso que se pode e que se deve fazer da língua é aquele que está de acordo com a gramática normativa. Produzindo como efeitos de sentidos as idéias de que o uso inadequado da língua deve ser evidenciado, e que o “mau” uso da língua incorre, de algum modo, em uma “má” conduta do usuário.

Em sua formação discursiva, a mídia veicula a idéia de que sendo um meio de comunicação sério tem a autoridade para alertar a sociedade, entre outros fatos, quanto ao uso inadequado que nossos políticos têm feito da língua portuguesa. Uma das maneiras para alertar sobre o “mau” uso da língua é o emprego do “sic”, que passa a ser associado à idéia de erro, de incompetência por parte do proponente do discurso marcado.

Desse modo, é possível perceber que o uso do “sic” no texto não se dá por acaso. Seu emprego equivale a afirmar e/ou comentar que o erro é realmente um erro; é o mesmo que dizer “assim mesmo é que foi dito” ou “assim mesmo é que foi escrito”; é um apontamento direto do erro do outro, embora nada disso seja verbalizado no enunciado. O uso do “sic” sobre o discurso do outro assinala a desqualificação dos propósitos alheios, imprimindo sobre tal discurso um caráter derrisório.

Como vimos em Análise do Discurso, pelo esquecimento nº 1, a mídia acredita ser a origem dos discursos que veicula e não se dá conta que os discursos referentes ao uso da língua já foram ditos em outros momentos, em outros lugares. E pelo esquecimento nº 2 a mídia acredita que o modo como ela constrói a denúncia do uso inadequado da língua, marcando-o com o “sic”, é totalmente consciente, ignorando que todo o seu discurso, parte de uma formação discursiva na qual está inserida. Ou seja,

tudo o que a mídia diz, já foi dito em algum lugar independentemente e é retomado pelo intradiscurso, na materialidade lingüística, como se ela, a mídia, tivesse exclusividade sobre tal discurso.

Talvez por essa ilusão que o “sujeito mídia” tem de estar na origem dos sentidos, de estar a todo momento consciente de seus discursos e, por isso, não querer ser avaliado negativamente pelo mau uso do português, é que o emprego do “sic”, pela mídia, parece arrogante. Um instrumento de desqualificação do discurso do *outro*. Um meio de tornar a proposição alheia insignificante, desprezível, derrisória.

Entendemos, desse modo, que o “sic” constitui uma marca da heterogeneidade mostrada pela mídia, na tentativa de denegar a heterogeneidade constitutiva da linguagem. Como forma mostrada de heterogeneidade, o “sic” apresenta “um” sentido, o do erro ou algo estranho, que na verdade é uma forma de mascarar a heterogeneidade constitutiva que apresenta o “não-um”, ou seja, a multiplicidade dos sentidos produzidos como, por exemplo, a derrisão.

Como vimos em Alice Krieg (1999:19), o “sic”, na diversidade de significações possíveis, opera sempre dubiamente: marca algo estranho no discurso alheio e abre uma brecha, um espaço que confia ao leitor o cuidado de preenchê-lo, segundo as competências lingüísticas e enciclopédicas das quais dispõe. Observemos os textos abaixo:

Exemplo C

Governo troca interlocutor ⁸

A interlocução política entre o Executivo e o Legislativo vai ser atribuição do secretário especial de Ação Política, Louremberg Nunes Rocha, e não mais do chefe da Casa Civil, o estadual afastado Carlos Brito. O anúncio, feito ontem pelo governador Blairo Maggi, segundo ele, tem relação direta com o volume de serviço destinado ao parlamentar.

"Não estamos tendo tempo de uma conversa mais política com os deputados, isso porque o Brito está muito assoberbado administrativamente. Está faltando

⁸ Cf. Anexo H

algum elo de ligação **(sic)**, mais conversa para eles saberem o que está acontecendo no Executivo", disse o governador. (*Gazeta Digital* - Política, 16 de maio de 2003.)

Exemplo D

"Só é pessimista quem quer ser", diz Palocci sobre crescimento ⁹

[...]

Questionado sobre a previsão da Secretaria de Política Econômica de um crescimento de 0,4% para o PIB este ano, Palocci destacou que é importante avaliar os indicadores que formam o PIB e não simplesmente os números.

"Mais dificultoso **(sic)** seria se nós tivéssemos um número melhor e indicadores negativos de investimento, por exemplo. Essa é a questão fundamental. Se nós nos prendemos a números nós deixamos de considerar o fundamental", disse. [...] (*Folha Online*- Dinheiro, 27/11/2003- 18h27)

Nos dois últimos textos o "sic" marca expressões de políticos, como expressões estranhas ou erradas, mas não informa o que há de anormal nem menciona qual seria a expressão mais adequada. O leitor sabe que há algo que não está adequado, mas muitas vezes não sabe identificar o quê. No penúltimo texto, por exemplo, o "sic" recai sobre o uso de um termo inadequado - "elo de ligação" - pois o termo, de acordo com as normas padrão da língua, parece redundante, já que a palavra "elo" pressupõe um elemento de ligação. Essa explicação, porém, não aparece no texto. Não aparece também a sugestão de um termo mais adequado como talvez "elo de comunicação", já que o governador Blairo comenta sobre a necessidade de comunicação entre os poderes Executivo e Legislativo.

No último texto, o mesmo acontece ao marcar com o "sic" a expressão "mais dificultoso", empregada pelo ministro Antonio Palocci. O leitor, por meio de sua memória discursiva, remete o uso do "sic" à idéia de que há algo estranho ou errado na proposição do ministro, sendo necessário, então, tentar descobrir o motivo da marca

⁹ Cf. Anexo I

“sic” sobre a palavra “difícil”, que pode sugerir: a) o uso de um neologismo, já que o comum seria dizer “mais difícil”; b) o uso de um pleonismo, por parecer redundante, uma vez que o advérbio de intensidade “mais” precede a palavra “difícil”.

Desse modo, acreditamos que, ao fazer uso do “sic”, a mídia impressa possibilita quatro situações:

- a) o leitor não entender o motivo do uso do “sic” em determinado discurso político e simplesmente aceitá-lo como a marca de um erro;
- b) o leitor entender o uso do “sic” e concordar com esse uso;
- c) o leitor não entender o uso do “sic” e por isso questionar o seu uso;
- d) o leitor entender o uso do “sic”, mas questionar se ele tem fundamento e se é realmente necessário.

No primeiro caso, o “sic” produz um efeito derrisório no discurso político porque fazendo parte da formação discursiva midiática, veicula a idéia de que a mídia sempre oferece informações pertinentes e imparciais e se há um “sic” marcando o discurso de um político, embora não se compreenda o motivo acredita-se que, sendo marcado pela mídia impressa, é porque o político realmente cometeu algum deslize no uso da língua.

No segundo caso, o leitor conhece a gramática normativa e estando também inserido em uma formação discursiva que determina que a língua não pode e não deve sofrer alterações, torna-se conivente com o uso do “sic” que produz, como efeito de sentido, a desqualificação do político como não-conhecedor das normas da língua padrão.

O terceiro e o quarto casos se referem a leitores que mantêm uma certa relação de desconfiança com a linguagem e procuram estudar o espaço vago do “sic” antes de atribuir-lhes sentidos. Desse modo, podemos considerar que, ao veicular

discursos políticos marcados com o “sic”, a mídia visa a atingir leitores correspondentes às situações “a” e “b”.

Nos dois primeiros casos, o “sic”, sutilmente, torna o discurso político algo insignificante, desprezível, ridicularizado. Trata-se de um tipo de agressão camuflada do discurso do *outro*, matizada por um tom humorístico já que revela que o discurso político, embora devesse ser impecável, para perpetuar a tradição da retórica na política, apresenta-se diversas vezes com erros gramaticais. Esse tom humorístico que se dá pelo fato do erro do *outro* ser evidenciado e compartilhado pelos grupos sociais é que nos permite dizer que o “sic” é um elemento de derrisão, pois ao ridicularizar o político de modo associado ao humor, fica livre de sanções negativas e pode ser entendido como uma agressão politicamente correta.

2.3 OS DIVERSOS VALORES IMPUTÁVEIS AO “SIC”: UMA TIPOLOGIA DA DESCARACTERIZAÇÃO DERRISÓRIA

Em Alice Krieg (1999) observamos que o “sic” se constitui como um lugar do implícito, que precisa ser preenchido, contando com a convivência do leitor que participa com seus conhecimentos lingüísticos e/ou enciclopédicos para atribuir sentidos ao seu emprego. De acordo com os textos analisados pela autora, o “sic” funciona em dois planos: a) plano metadiscursivo, caracterizado pela sinalização (sublinha a palavra do outro como uma palavra estranha); b) plano contravertido, caracterizado pela vaga, pela ausência de um argumento que viria debater a estranheza da seqüência comentada pelo “sic”.

Em relação a outros comentários que designam as palavras dos outros como palavras estranhas, o “sic” é caracterizado por uma forma de covardia argumentativa: é um ato de denúncia que não diz sobre o que recai a acusação e, em caso de denúncia da ‘palavra imperfeita’, mal empregada pelo outro, não se diz qual seria a ‘boa palavra’, o bom

emprego, o termo correto. O “sic” apela, então, para a cumplicidade daquele que diz e daquele que compreende.¹⁰ (KRIEG, 1999:20)

Notamos, porém, que nos discursos políticos brasileiros, presentes em nosso *corpus*, o “sic” nem sempre se apresenta como uma covardia argumentativa, conforme vimos em Krieg, isso porque em alguns casos ele vem acompanhado de comentários feitos pelo enunciador citante que evidencia o erro e justifica o uso do “sic”.

Partindo da observação de que o discurso político veiculado pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *A Gazeta* ora apresentam o “sic” como uma covardia argumentativa ora o apresentam como uma justificativa para a emissão de comentários sobre o discurso do *outro*, entendemos que o uso do “sic”, estudado pelo viés da derrisão, possibilita dois tipos de descaracterização:

1. Descaracterização derrisória mostrada e não-comentada que se manifesta:
 - a. pelo uso de uma variante não-padrão da língua nos seus mais diversos níveis;
 - b. pelo uso inadequado de vocábulos da língua portuguesa;
2. Descaracterização derrisória mostrada e comentada em que podem aparecer também alguns dos usos do grupo anterior, mas explicitando um juízo de valor sobre o discurso marcado.

A diferença entre os grupos é que, no primeiro caso, a descaracterização derrisória do “sic” se dá, como aponta Alice Krieg, por meio do implícito e no segundo grupo a descaracterização se dá de modo mais agressivo que no primeiro caso, pois, além de marcar o discurso do *outro* com o “sic”, o enunciador citante comenta o erro

¹⁰ Versão original : “Par rapport à d’autres commentaires qui désignent les mots des autres comme des mots étranges, le “sic” est caractérisé par une forme de lâcheté argumentative: il est un acte de dénonciation qui ne dit pas sur quoi porte l’accusation, et, en cas de dénonciation du ‘mauvais mot’ de l’autre qui nomme mal, il ne dit pas quel serait le ‘bon mot’ qui nommerait bien. Le “sic” fait alors appel à la connivence de celui qui sait et de celui qui comprend.”

assinalado, modalizando em seu discurso um juízo de valor negativo a respeito do discurso do *outro*.

Passemos agora a uma análise mais apurada do *corpus*, a fim de estabelecermos uma breve tipologia dos casos de descaracterização derrisória marcada pelo "sic".

2.3.1 Descaracterização derrisória mostrada / não-comentada pelo uso de uma variante não-padrão da língua nos seus mais diversos níveis

Para a análise deste primeiro tipo de descaracterização retomaremos os exemplos A e B, apresentados na página 45, denominados de agora em diante texto 1 e texto 2. Na sequência apresentaremos os demais textos.

Texto 1

Metade do crescimento será puxado pelo mercado interno, diz Furlan ¹¹

O crescimento da economia brasileira neste ano não será puxado somente pelas exportações, mas também terá uma forte participação do mercado interno, segundo o ministro Luiz Fernando Furlan (Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior).

Furlan reafirmou sua projeção de que expansão será de 4% neste ano, acima da estimativa traçada pelo Banco Central (3,5%). "Vamos crescer 4%. Me cobrem (**sic**) se isso não acontecer. Tem gente que não acredita", disse Furlan durante palestra em São Paulo. (*Folha Online*- Dinheiro, 1 de junho de 2004 -11h50)

Texto 2

Fabris afirma que as sessões são perda de tempo ¹²

O deputado Gilmar Fabris (PFL) disse ontem, em discurso, que a participação nas sessões da Casa é a "maior perda de tempo" para os parlamentares. "Os que ficam aqui não se reelegem".

De acordo com o pefelista, muitos parlamentares freqüentam as sessões para "conversar fiado" e os pronunciamentos feitos da tribuna não têm importância para

¹¹ Cf. Anexo A

¹² Cf. Anexo B

a sociedade. "Prefiro visitar municípios. Pra **(sic)** ficar aqui escutando conversa fiada, porque aqui tem conversa fiada... Se pegar todos os pronunciamentos dos deputados, tem coisa aqui que não leva a lugar nenhum". Fabris disse ainda que poderia até listar quem fica à toa no Legislativo. "Se me apertar, eu falo até quem fica o dia inteiro de conversa fiada". (*Gazeta Digital*, 24 de Março de 2005)

Texto 3

Fora do núcleo 2 ¹³

(...) Numa reunião, sob a liderança do então prefeito Antônio Fontes, vários políticos, como prefeitos, deputados federais e senadores, discutiam investimentos na bacia hidrográfica do Paraguai. Foi quando, de repente, o então deputado estadual e hoje federal Amador Tut (PL), pediu a palavra. Semi-alfabetizado e tido com político folclórico, Tut falou de tudo um pouco, de forma desconexa e, no fervor do discurso, tascou:

- Autoridades presente **(sic)**, precisamos investir nessa rodovia líquida, que é o Rio Paraguai".

A reunião foi interrompida por vários minutos por causa das gargalhadas. (*Gazeta Digital Opinião – Aparte*, 10 de julho de 2004)

Texto 4

Radicais divulgam vídeo de Lula contra reforma e Sarney¹⁴

Assistir ao vídeo de Lula em 87 é impactante. A transcrição de suas declarações dá uma idéia desse impacto. A seguir, alguns trechos: Sobre a TV Globo: "Nós somos um país aonde **[sic]** a história é contada pela Rede Globo de televisão porque o senhor Roberto Marinho não faz outra coisa a não ser mentir para o povo".

Sobre José Sarney: "A Nova República é pior do que a velha, porque antigamente na Velha República era o militar que vinha na televisão e falava, e hoje o militar não precisa mais falar porque o Sarney fala pelos militares ou os militares falam pelo Sarney. Nós sabemos que antigamente -antigamente, os mais jovens não conhecem-, mas antigamente se dizia que o Adhemar de Barros era ladrão, que o Maluf era ladrão. Pois bem: Adhemar de Barros e Maluf poderiam ser ladrão **[sic]**, mas eles são trombadinhas perto do grande ladrão que é o governante da Nova República, perto dos assaltos que se faz". (*Folha Online-Brasil*, 21/05/2003 - 02h30)

¹³ Cf. Anexo C

¹⁴ Cf. Anexo D

Tomando como referência os estudos sociolingüísticos que têm como tarefa revelar, na medida do possível, a covariação entre os fenômenos lingüísticos e sociais, podemos observar que os textos de 1 a 4 apresentam uma descaracterização derrisória que marca o uso que os políticos fazem de variantes não-padrão da língua. No caso dos textos 1 e 2, como já havíamos mencionado, o "sic" marca respectivamente um caso de colocação pronominal, a próclise, considerada como um erro na norma culta da língua, quando empregada em início de frase, e um caso de preposição contraída também considerado incorreto pela norma padrão.

Embora essas variações já estejam incorporadas pela oralidade, o "sic" que as evidencia "fala" a partir de uma formação discursiva que determina que a língua não pode sofrer alterações, construindo como efeito de sentido o *ethos* de uma marca do erro cometido pelo político, que passa a ser apresentado como aquele que não sabe falar e conseqüentemente não sabe escrever.

No texto 3 temos o discurso político veiculado por um texto de opinião em que, ao narrar fatos ocorridos há 14 anos, o enunciador citante emite seu parecer sobre o modo de pronunciar do deputado federal Amador Tut (PL) que, em uma reunião, ao pedir a palavra, se expressou de modo bastante confuso e com isso a reunião foi interrompida por gargalhadas. Observemos que, nesse texto, o uso do "sic" não só mostra uma falta no discurso político como também justifica a opinião que o enunciador citante tem do político: de que ele é semi-alfabetizado e tido como um político folclórico.

Acreditamos que nesse texto o "sic" assume mais de uma função derrisória. A primeira como função imediata seria a de sublinhar a ausência de "s" como indicador do plural, que deveria marcar todas as palavras do período, o que produz como efeito de sentido a desqualificação do político que se apresenta como alguém que não conhece as normas de concordância mais simples da língua portuguesa, o que, por conseqüência, produz um outro efeito de sentido: o de que o político seja uma pessoa sem

escolaridade suficiente para ocupar o cargo que ocupa. A segunda função, menos aparente, mas também derrisória, é a de comprovar que a opinião do enunciador citante está correta: Amador Tut é realmente semi-alfabetizado.

Embora notemos que o principal motivo da descaracterização do discurso político nesse texto, em especial, não seja o erro gramatical, mas a troca lexical em que Amador Tut realiza hidrovía por rodovia líquida, entendemos que as duas funções do “sic” mencionadas – evidenciar o erro do político e confirmar a proposição do enunciador citante – são formas mostradas de descaracterização derrisória do político, que tem, por meio do humor, o seu discurso ridicularizado.

Com relação ao texto 4, observamos dois casos do uso do “sic”, marcando o discurso do presidente Lula proferido em 1987, divulgado recentemente em vídeo pelos radicais e transcrito pelo jornal *Folha de S. Paulo*, sublinhando-lhe o uso de variantes não-padrão da língua: no primeiro caso o presidente troca *onde* por *aonde* e no segundo caso, não marca o plural da palavra *ladrão* ao se referir a Ademar de Barros e Paulo Maluf.

A formação discursiva na qual a mídia impressa está inserida, diferentemente do que propõem os estudos lingüísticos, não veicula o “sic” como uma marca da variação lingüística, mas produz, como efeito de sentido, um “sic” com valor derrisório, já que objetiva tornar evidente aquilo que denomina erro de regência e concordância verbal cometidos por Lula. Essa afirmação se deve ao fato de a *Folha de S. Paulo* ter empregado o “sic” entre colchetes, [sic], e não entre parênteses, (sic), como é comum. Observando que em alguns casos tal jornal emprega o “sic” entre parêntese e em outros casos o emprega entre colchetes, entramos em contato com seus redatores e solicitamos que nos informassem sobre os critérios do uso do “sic”. Segundo e-mail enviado pelo *ombudsman* da Folha, Marcelo Beraba, a explicação é a seguinte:

O "sic" deve ser usado sempre entre parênteses para indicar que o que está publicado reproduz o que de fato ocorreu ou foi dito, por estranho ou errado que possa ser ou parecer. O uso entre colchetes é considerado erro pela Editoria de Qualidade da Redação. (<ombudsma@uol.com.br>, 07/04/2005)

Acreditamos, desse modo, que este [sic], entre colchetes, que a *Folha de S. Paulo* emprega, tem um caráter ainda mais derrisório que o (sic), entre parênteses, pois não apenas evidencia o algo "estranho no discurso" do *outro*, marcando-lhe com o "sic", mas diferencia e atribui valores para esse "algo estranho", julgando-o, de modo explícito, como um erro, ao marcá-lo com um "sic" diferenciado.

Embora tenhamos observado que a modalização feita pelo jornal sobre o discurso de Lula, qualificando-o como impactante não se refere exatamente ao uso de variantes não-padrão da língua, podemos notar pelo contexto que foram colocados na transcrição apenas os trechos que estão marcados pelo [sic]. O discurso de Lula é constituído de outros trechos que aparecem em outro texto do mesmo jornal, veiculado pela Internet, um minuto depois – às 02h31-, intitulado "Ouça trechos do discurso feito por Lula em 87".¹⁵ Este texto apresenta vários fragmentos do discurso de Lula, não somente aqueles marcados com o [sic]. Apenas a título de curiosidade e para exemplificar o que dissemos no início do capítulo sobre a *espetacularização* da política, vale observar que este texto, não só transcreve o discurso do presidente, mas apresenta também vários links, nos quais o leitor pode "clique" para ouvir o discurso. É a descaracterização do político pelo texto impresso e pelo áudio.

A Descaracterização derrisória mostrada/não-comentada, pelo uso de uma variante não-padrão apresenta-se também em nosso *corpus* de análise pelo uso inadequado de termos da sintaxe.

Entendendo sintaxe como a parte da gramática que estuda as formas de relacionamento entre as palavras ou entre as orações, observamos nos textos abaixo que

¹⁵ Cf. Anexo E

a marca do “sic” recai sobre os termos da sintaxe que segundo a gramática normativa apresentam-se como inadequados .

Texto 5

Festa dos 50 custou R\$ 54 milhões à Petrobras ¹⁶

A Petrobras celebrou o seu cinquentenário à grande. Patrocinou uma festa publicitária de arromba. Incinerou R\$ 54 milhões na divulgação de anúncios. As peças trazem a digital do Planalto.

Lula acendeu as velinhas do bolo. Deu-se em 3 de outubro, data do aniversário da Petrobras. Discursando na sede da empresa, no Rio, disse: “[...] O petróleo, que era um sonho, agora é nosso”. Prosseguiu em outro trecho: “Um sonho nem sempre é uma miragem, especialmente quando é sonhado por milhões de pessoas, onde **[sic]** une a vontade nacional, constrói um projeto, define um rumo”.

Chancelados pela Secom de Luiz Gushiken, os anúncios milionários da Petrobras martelam a tecla do sonho. Um deles menciona o mote oito vezes. Termina assim: “Se os brasileiros foram capazes de fazer uma empresa como essa, a gente é capaz de construir todos os sonhos”. (*Folha Online* - Brasil, 04/01/2004 – 11h05)

De acordo com a gramática normativa, a palavra *onde* é um pronome relativo que deve ser empregado apenas quando substitui antecedentes que indicam espaço físico e desempenham na oração a função sintática de adjunto adverbial. No discurso do presidente a palavra *onde* está marcada com o “sic” diferencial, entre colchetes que, como já dissemos anteriormente, está determinado pela Editoria de Qualidade de redação da *Folha* que a palavra não é apenas estranha, mas está gramaticalmente incorreta. Para a gramática normativa, a palavra marcada pode estar incorreta por dois motivos: 1) a palavra sonho, a que se refere o pronome relativo *onde* não constitui um lugar físico; 2) a palavra *onde* tenta assumir a função de uma conjunção coordenada explicativa, devendo ser substituído por *pois* ou *porque*. Ou seja, de acordo com a gramática normativa o período deveria se apresentar da seguinte forma:

¹⁶ Cf. Anexo F

- a) "Um sonho nem sempre é uma miragem, especialmente quando é sonhado por milhões de pessoas, pois une a vontade nacional, constrói um projeto, define um rumo".

Ou

- b) "Um sonho nem sempre é uma miragem, especialmente quando é sonhado por milhões de pessoas porque une a vontade nacional, constrói um projeto, define um rumo".

Para todos os leitores que se inscrevem na formação discursiva na qual o jornal está inserido, o [sic] apresenta-se como uma prova do domínio do saber lingüístico, por parte do jornal *Folha de S. Paulo*, e uma prova do uso incorreto da língua padrão, por parte do presidente. Além do caráter derrisório veiculado no modo como Lula construiu a sintaxe de seu discurso, observamos que, pelo contexto em que aparece inserido, o caráter derrisório do [sic] se mostra reforçado. Isso porque na materialidade lingüística do texto podemos observar modalizadores que nos permitem afirmar que o enunciador citante se refere ao discurso de Lula de modo a atribuir-lhe um tom pejorativo. Acreditamos que o "sic" seja empregado, neste texto, como mais um dos elementos que contribuem para descaracterização e a banalização do discurso político. Nos trechos que seguem encontramos outros marcadores lingüísticos que, além do "sic", dão ao texto um efeito derrisório:

"[...] os anúncios milionários da Petrobrás **martelam** a tecla do sonho" (4º parágrafo);

"[...] o **timbre** de Lula foi de **acerto de contas**" (6º parágrafo);

" [...] Nele, lê-se um texto que **trombeteia o 'sonho'** da P-52" (7º parágrafo),
[grifos nossos].

Texto 6

PT tentará evitar que campanha atrapalhe Lula ¹⁷

O presidente nacional do PT, José Genoíno, afirmou ontem que o partido pretende conduzir as discussões sobre alianças com legendas aliadas de modo a "não atrapalhar a governabilidade no plano nacional".

Genoíno disse que "onde houver disputa [entre o PT e os aliados], vamos pactuar para que essa disputa não reflita no governo federal e **[sic]** no governo Lula". [...]
(*Folha Brasil*, 19 de abril de 2004)

No que diz respeito ao texto 6 podemos observar que o [sic] mostra e marca o uso inadequado de um termo da sintaxe que compromete a semântica do discurso.

José Genoíno, como presidente nacional do PT, deve saber que governo federal e governo Lula são o mesmo governo. No entanto, por um descuido, ao se pronunciar e utilizar em sua proposição a conjunção aditiva "e", que sugere a noção de soma, de adição, J. Genoíno dá a impressão de que refere-se a dois governos diferentes.

Inserido após a conjunção "e", o "sic" cria uma certa expectativa quanto ao que vem a seguir. A conjunção aditiva deveria somar mais um governo a não ser prejudicado pelas campanhas municipais. No entanto, o sentido da proposição de Genoíno fica comprometido pois as interpretações possíveis pela estrutura sintática do período são:

- a) governo federal é diferente de governo Lula;
- b) governo Lula não é um governo federal.

A heterogeneidade mostrada e marcada pelo [sic] revela-se como uma descaracterização derrisória no nível sintático-semântico, uma vez que o sentido da proposição de J. Genoíno não corresponde ao sentido esperado: *que a disputa não prejudique o governo Lula*.

¹⁷ Cf. Anexo G

Como podemos notar, o papel que coube à mídia impressa foi apontar o erro do ex-presidente nacional do PT. Esse erro sugere que a intenção do PT em não prejudicar o governo Lula cai por terra. Torna-se, assim, possível a leitura de que o próprio equívoco cometido por J. Genoino, com relação, a seu discurso termina refletido na imagem do governo Lula, uma vez que trazemos em nossa memória discursiva a hipótese falaciosa de que alguém que não consegue se expressar verbalmente com clareza, coesão e coerência, é passível de incompetências de qualquer natureza, inclusive de natureza política. Como efeito de sentido do caráter derrisório do “sic”, é possível a leitura de que se o ex-presidente nacional do PT, J. Genoino, não reconhece a relação de igualdade entre governo federal e governo Lula, o que esperar de bom do restante do partido ?

2.3.2 **Descaracterização derrisória mostrada/não-comentada pelo uso inadequado dos vocábulos da língua portuguesa**

Nos excertos dos textos abaixo, encontramos o uso do “sic” marcando termos inadequados empregados pelos políticos e que veiculam a idéia de que os políticos não têm conhecimento suficiente do vocabulário da língua portuguesa e por isso seu discurso se apresenta como uma enunciação pejorativa. Incluímos neste grupo de descaracterização derrisória os exemplos C e D, já apresentados nas páginas 50 e 51, que serão enumerados aqui como texto 7 e 8.

Texto 7

Governo troca interlocutor ¹⁸

A interlocução política entre o Executivo e o Legislativo vai ser atribuição do secretário especial de Ação Política, Louremberg Nunes Rocha, e não mais do chefe da Casa Civil, o estadual afastado Carlos Brito. O anúncio, feito ontem pelo governador Blairo Maggi, segundo ele, tem relação direta com o volume de serviço destinado ao parlamentar.

¹⁸ Cf. Anexo H

"Não estamos tendo tempo de uma conversa mais política com os deputados, isso porque o Brito está muito assoberbado administrativamente. Está faltando algum elo de ligação **(sic)**, mais conversa para eles saberem o que está acontecendo no Executivo", disse o governador. (*Gazeta Digital*- Política, 16 de maio de 2003.)

Como já mencionamos anteriormente, o "sic" marca, como descaracterização derrisória, o uso inadequado da expressão "elo de ligação" que se apresenta como um vício de linguagem denominado pleonismo. Pela norma culta, o pleonismo vicioso, ou seja, a repetição desnecessária de uma expressão ou informação consiste em um dos erros mais comuns que os usuários da língua podem cometer, por descuido ou desconhecimento. O efeito causado pela marca do "sic" parece desviar a atenção do fato ocorrido e chamar a atenção para o modo como o político empregou a língua, dando ao discurso um tom pejorativo que pode ser notado também pela quantidade de vezes em que o enunciador citante modaliza seu discurso em relação ao discurso de Blairo, empregando no texto expressões como "segundo ele"; "segundo Blairo".

Texto 8

"Só é pessimista quem quer ser", diz Palocci sobre crescimento¹⁹

Questionado sobre a previsão da Secretaria de Política Econômica de um crescimento de 0,4% para o PIB este ano, Palocci destacou que é importante avaliar os indicadores que formam o PIB e não simplesmente os números.

"Mais dificultoso **(sic)** seria se nós tivéssemos um número melhor e indicadores negativos de investimento, por exemplo. Essa é a questão fundamental. Se nós nos prendemos a números nós deixamos de considerar o fundamental", disse. [...] (*Folha Online*- Dinheiro, 27 /11/05 – 18h27)

O uso do "sic" neste texto descaracteriza o discurso do ministro Palocci e como uma marca da covardia argumentativa, citada por Alice Krieg, não revela, exatamente, em que consiste o algo estranho por ele marcado. A princípio pode parecer um neologismo, como mencionamos anteriormente, porém a palavra "dificultoso" aparece

¹⁹ Cf. Anexo I

incorporada no dicionário *Houaiss*, da língua portuguesa, como um adjetivo derivado da ação de “dificultar”, de “tornar difícil”. Estando incorporada no dicionário até pode ser considerada um neologismo, mas já cristalizado socialmente. E se já cristalizado não haveria qualquer razão, que não fosse derrisória, para o uso do “sic”. Enquanto leitores, se partimos da mesma formação discursiva do jornal para atribuir sentidos aos textos lidos, nossa memória discursiva indicará que se há um “sic” no texto é porque há algo inadequado. Continuamos, então, buscando justificativas para o uso do “sic” no texto em questão.

Não sendo um neologismo, o uso inadequado da palavra “difícil” pode estar no fato dele aparecer posposto ao advérbio de intensidade “mais”, devendo, então, ser substituído por “difícil” ou aparecer sem o advérbio em que teríamos as seguintes sentenças: “Mais difícil seria se nós tivéssemos um número melhor [...]” ou “Difícil seria se nós tivéssemos um número melhor[...]”

Notamos que em todos os textos analisados até agora, o papel lingüístico do “sic” é o de marcar o erro no discurso do *outro*, sem a preocupação de especificar o tipo de erro.

Texto 9

Marta diz que os hospitais do PSDB são ruins ²⁰

A prefeita de São Paulo, Marta Suplicy (PT), voltou a atacar o PSDB e o governo do Estado, sem citar o nome do governador, ontem à noite: “Eles [PSDB] vão à TV falar mentiras. Desde quando os hospitais do Estado são melhores que os nossos? Não são. Nós temos o que explicar: recebemos os hospitais arrebitados, eles não. Estão há 12 anos na saúde do Estado, não fizeram nada e vêm para a TV se bacanar [**sic**].”

Segundo Marta, o Estado não investiu nos postos de saúde porque sabia que eles seriam municipalizados e entregou tudo em péssimo estado de conservação. [...] (*Folha Brasil*, 03 de setembro de 2004)

²⁰ Cf. Anexo J

O texto 9 é mais um exemplo de texto de nosso *corpus* marcado pela *Folha de S. Paulo* com o “sic” entre colchetes, indicando que o termo assinalado não é apenas estranho, mas é considerado erro pela equipe de redação do jornal. A palavra “bacanar”, marcada com o [sic] é avaliada como incorreta pela norma culta da língua porque não existe no léxico da língua portuguesa. Derivada de “bacana”, a palavra “bacanar” é empregada por Marta Suplicy para definir a atitude dos componentes do PSDB que estariam se apresentando na TV como pessoas de atributos positivos. Ao empregar em seu discurso uma palavra nova derivada de outra, Marta faz uso do neologismo. Embora o processo de formação das novas unidades lexicais da língua seja contínuo, devido à necessidade de nomear novos conceitos e novas realidades, o neologismo nem sempre é bem visto pelas gramáticas. Segundo o Dicionário de Análise do Discurso²¹, é, talvez, nos domínios da atividade científica, técnica e econômica (designação dos atores, processos, máquinas, produtos, conceitos) que a atividade neológica mais se destaca hoje em dia, na medida em que as necessidades da comunicação e do comércio requerem ações de regulação específicas.

Desse modo, é possível entender que o caráter derrisório do “sic” no texto em questão é construído pelo fato de a formação discursiva do jornal determinar que nem todos podem dizer tudo. Como personalidade pública, candidata à prefeitura da cidade mais desenvolvida do país (São Paulo – SP), Marta deveria dar bom exemplo ao fazer uso da língua portuguesa. Por ser um discurso oral, a palavra “bacanar” aparece como uma palavra inventada pela candidata, sugerindo, como efeito de sentido, que Marta possui um vocabulário bastante limitado para seus discursos políticos.

Ao marcar o uso de um neologismo ainda não cristalizado socialmente, o [sic] assume “tom” zombeteiro que ridiculariza o discurso da candidata, tentando subtrair-lhe a legitimidade do seu papel de prefeita.

²¹ Por CHARAUDEAU, Patrick.; MAINGUENEAU, Dominique, 2004, p. 348

Texto 10

Presidente participa de campanha para melhorar auto-estima do brasileiro²²

Lula afirma que Estado não resolve tudo e cobra família

[...]

Lula destacou várias vezes em seu discurso a importância da estrutura familiar na formação do cidadão. "Ontem eu estava assistindo ao filme do Cazuza e estava pensando que não é apenas a questão financeira que leva o jovem a fazer isso ou fazer aquilo", afirmou o presidente. "Eu acho que as coisas estão muito mais ligadas à família, ao meio ambiente **(sic)** onde a pessoa vive. A família é a célula principal." [...] (*Folha Brasil*, 20 de julho de 2004)

No texto em questão notamos que o "sic" não acompanha uma falha de ortografia, mas evidencia os sentidos que a palavra empregada pode causar ao texto. A expressão "meio ambiente" aparece nos dicionários como o conjunto de fatores físicos, biológicos e químicos que cercam os seres vivos, influenciando-os e sendo influenciado por eles. No dicionário *Houaiss*, aparece relacionado à ecologia o que possibilita julgar que a expressão empregada pelo presidente esteja inadequada, já que em seu texto ele se refere a valores mais sociais do que biofísicos. Desse modo, podemos entender que o jornal *Folha de S. Paulo* julgou o termo estranho e por isso marcou-o com "sic", veiculando, como um dos possíveis efeitos de sentido, a idéia de que o presidente não domina a língua culta.

2.3.3 Descaracterização derrisória mostrada e comentada

Embora menos freqüente no discurso midiático impresso, o "sic" pode aparecer comentado. Em alguns casos o enunciador citante comenta o uso do "sic" acrescido ao discurso do *outro*, possibilitando ao leitor a oportunidade de compreender aquilo que está sendo julgado como estranho ou errado na proposição do enunciador citado. Notemos que o comentário explícito do uso do "sic" funciona como um reforço à descaracterização derrisória feita ao modo como o político faz uso da língua. Isso

²² Cf. Anexo L

porque sem o comentário, o “sic” marca o erro, mas não evidencia o tipo de erro e nem emite parecer sobre a gravidade da falta cometida contra a norma culta.

O “sic” comentado possibilita à mídia impressa partilhar **explicitamente** com os leitores, o julgamento feito sobre o discurso do *outro*, o que, até então, acontecia de modo velado pelo uso do “sic”, sem comentários. Talvez possamos atribuir o fato do uso do “sic” comentado ser menos freqüente na mídia impressa porque seu aparecimento está relacionado à imagem que cada meio impresso constrói a respeito do leitor de seus textos. No caso dos jornais *Folha de S. Paulo* e *A Gazeta*, acreditamos que o comentário sobre o uso do “sic” aparece quando o jornal julga que o leitor possa não entender tal uso.

Tomando como referência a formação discursiva midiática, entendemos que explicar o “sic” por meio de um comentário, veicula a idéia de que esse comentário é uma explicação do uso correto da língua. E essa postura da mídia, que evidencia e explica o erro no discurso do *outro*, apresenta-se como politicamente correta. Vejamos:

Texto 11

Lula mostra explosão de otimismo com sua gestão ²³

[...]

Lula listou os feitos do primeiro ano no governo com o objetivo de justificar as perspectivas positivas sobre o País, ressaltou que haverá "mais dinheiro" para o financiamento de obras de saneamento e de habitação e que, "se Deus ajudar e não houver uma crise maior", o Brasil deverá consolidar até 2007 o ponto-chave da política externa - a integração física da América do Sul. No improviso, Lula mencionou seis vezes a expressão "estou otimista". "Passado um ano de minha posse, estou mais otimista hoje do que estava em janeiro do ano passado".

Conforme ele, o otimismo se deve aos fatos de o País ter recuperado a credibilidade, aprovado as reformas da Previdência e tributária, "o que parecia impossível", e reduzido as "taxas de interesses" (**sic**) - uma pequena confusão com a palavra "interés" que significa juros em espanhol.

[...]

(*Gazeta Digital* - Política, 14 de janeiro de 2004)

²³ Cf. Anexo M

No texto acima, o próprio título já insinua o caráter derrisório que a mídia insiste, a todo custo, em denegar. A palavra “explosão” no sentido popular sugere a idéia de exagero, de excesso, de acontecimento com conseqüências marcantes, o que torna possível entendermos que o presidente Lula revela um otimismo exagerado, excessivo com relação à própria gestão. Segundo o jornal, o resultado desse excesso de otimismo é percebido quando o presidente arriscou improvisar um discurso que teve conseqüências relevantes, pelo menos o suficiente para serem publicadas pela mídia: Lula mostrou-se repetitivo em seu discurso, mencionando, segundo o jornal *A Gazeta*, seis vezes a expressão “estou otimista”, e ainda expôs sua falta de conhecimento sobre a língua espanhola.

Além do destaque dado ao fato do presidente ter sido repetitivo, a mídia publicou que Lula confundiu as palavras “interesses”, do português com “interés”, do espanhol. E para sinalizar esse deslize do presidente, foi inserido em seu discurso o “sic” e, em seguida, uma observação sobre o uso correto das palavras.

As não-coincidências entre o discurso da mídia e o discurso político, marcado pelo “sic” comentado, produzem um efeito derrisório à medida que trazemos em nossa memória discursiva que o presidente Lula foi um metalúrgico, que sempre teve dificuldades em empregar corretamente a Língua Portuguesa em seus discursos. Essa memória sugere a leitura de que se Lula fala corretamente é porque tem seus discursos preparados e revisados com antecedência. Quando necessita ou deseja improvisar, costuma cometer equívocos quanto ao uso da língua, torna-se redundante e compromete sua imagem política. É possível ainda a leitura de que se Lula tem dificuldades em fazer um pronunciamento utilizando a Língua Portuguesa, muito mais dificuldades terá ao utilizar, de improviso, uma língua estrangeira, como o espanhol, no caso.

Texto 12

O assombro e a sombra²⁴

Mônica Waldvogel

Ontem, num discurso na cidade de Jaguaré (ES), o presidente Lula contou um caso que se situa entre o assombro e a sombra - entre o assombro de constatar, perplexo, a gravidade despropositada do que disse o presidente, de um lado; e a sombra em que a declaração presidencial imediatamente o submergiu, a sombra imprecisa dos crimes tipificados no Código Penal Brasileiro. É até possível que o presidente não tivesse noção da gravidade do que disse. Se isso aconteceu, ele deve imediatas e compungidas desculpas às pessoas eventualmente atingidas e à Nação brasileira.

O que disse Lula de tão grave? Vamos reproduzir entre aspas. Ele contou que, no início do governo, foi procurado por "um alto companheiro numa função muito grande" (**sic**), que teria ido prestar contas de como encontrara a instituição em que estava trabalhando. Pelas palavras a seguir, fica claro que esse "companheiro" era o ex-presidente do BNDES, Carlos Lessa, recentemente demitido por Lula. Prosseguiu o relato:

"E ele me dizia simplesmente o seguinte: "Presidente, a nossa instituição está quebrada. Estamos falidos. O processo de corrupção que aconteceu antes de nós é muito grande. Algumas privatizações que foram feitas em tais lugares levaram a quebraadeira." Eu disse ao meu companheiro: "Olha, se tudo isso que você está me dizendo é verdade, você só tem o direito de dizer para mim (**sic**). Daí para fora você fecha a boca (**sic**) e diga que a nossa instituição está preparada para o desenvolvimento do País." Ele não entendeu e eu dizia para ele: "É isso mesmo (**sic**). Porque nós em três dias de posse, com três meses de posse, saímos pelo Brasil vendendo a idéia de que determinadas coisas importantes em que a sociedade brasileira acredita, que determinadas instituições de que a República tanto necessita, como uma espécie de alavanca para o desenvolvimento do país, e a gente sai dizendo que ele está quebrado. Eu lhe pergunto: que mensagem vamos passar para a sociedade, tanto a sociedade interna quanto a sociedade externa". Isso poderia ser bom se eu tivesse tomado a decisão de achincalhar o governo que substitui".

[...] A segunda avaliação das palavras do presidente é que a narrativa foi deselegante e vulgar. A terceira avaliação é que é lamentável a forma como o presidente toma decisões importantes.

Mas a primeira e mais importante avaliação é que o presidente cometeu, sem sombra de dúvida, um crime tipificado no Código Penal Brasileiro, artigo 319: "Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal". [...]

(*Gazeta Digital*- Opinião, de 25 de Fevereiro de 2005)

O texto 12 é um texto de opinião que avalia e comenta o discurso de Lula, realizado em fevereiro de 2005, referente às denúncias de corrupção feitas pelo ex-presidente do BNDES, Carlos Lessa, a respeito do governo Fernando Henrique Cardoso.

²⁴ Cf. Anexo N

Nesse texto, o enunciador citante avalia, explicitamente, o discurso de Lula sobre três aspectos:

- 1) Penal: avalia a postura do presidente como um crime tipificado no Código Penal, artigo 319, por retardar ou deixar de denunciar possíveis atos de corrupção para satisfazer a interesse ou sentimento pessoal;
- 2) Lingüístico: avalia as palavras usadas por Lula em seu discurso;
- 3) Moral: avalia a forma como o presidente toma decisões importantes.

Quanto ao aspecto lingüístico, o texto veicula o discurso de Lula marcado quatro vezes pelo "sic". A justificativa para o excessivo uso do "sic" pode ser percebida pelo comentário que o enunciador citante faz ao afirmar que a segunda avaliação que faz do discurso do presidente é referente às palavras que tornaram a narrativa deselegante e vulgar.

O enunciador ressalta, no segundo parágrafo do texto, que o que Lula disse é grave e informa que reproduzirá o discurso do presidente entre aspas. As quatro marcas do "sic", espalhadas pelo texto, não se limitam, portanto, a distanciar os discursos citante e citado, já que eles estão bem delimitados pelo uso das aspas, mas pontuam aquilo que o enunciador citante avalia como frases ou expressões deselegantes e vulgares. Aqui, o "sic" comentado pode ser entendido como um procedimento de controle do discurso do presidente. Por ser proferido numa variante não culta de língua, o discurso de Lula não é reconhecido como um discurso legítimo e por isso é sancionado negativamente pela redação do jornal que lhe acrescenta não apenas uma, mas várias vezes o "sic", como um meio de descaracterizá-lo.

Como podemos notar, além dos aspectos gramaticais, a mídia impressa vigia, também, os aspectos estilísticos da língua. A palavra "narrativa", empregada no comentário do enunciador citante, "a narrativa foi deselegante e vulgar", sugere a leitura de que não foi uma palavra ou outra do presidente que estava inadequada ao discurso, mas este, como um todo, apresentava-se inadequado ao ritual dos discursos políticos presidenciais.

Aquilo que o enunciador citante denomina, pretenciosamente, como “avaliação das palavras do presidente”, entendemos como um comentário que justifica e reforça o efeito derrisório atribuído às frases e expressões empregadas por Lula, evidenciadas, em um mesmo texto, diversas vezes pelo “sic”.

Texto 13

Lula quer flexibilização da CLT em 2005 ²⁵

Apesar de rejeitar o uso da palavra “flexibilização”, disse que poderia ser revisto o mecanismo que prevê multa de 40% sobre o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) nas demissões e citou o parcelamento do 13º salário.

Para Lula, a única coisa inegociável são as férias de 30 dias: “Direito que existe em todo o mundo (**sic**)”. Quando lembraram que nos EUA, não, reagiu: “Estou tentando marcar um encontro com empresários lá em julho e não está dando. Não vai ter ninguém lá”.

Apesar da defesa das férias, contou que, quando estava de folga, ficava angustiado após dez dias. “Perguntem à Marisa”, brincou. Ela acenou que sim com a cabeça. (*Folha Online*- Brasil, 13/02/2004 - 06h02)

É interessante notar que neste texto a mídia reconhece que o presidente conhece o regime de trabalho dos Estados Unidos, pois afirma que Lula e os outros membros do partido que o acompanhavam lembraram que nos EUA o regime de trabalho é diferente. Temos, portanto, segundo o enunciador citante do jornal um equívoco cometido, mas corrigido pelo próprio presidente.

O “sic” funciona, aqui, como uma espécie de congelamento de um lapso cometido pelo político, que tendo rapidamente sido corrigido, não poderia ser evidenciado e partilhado com os leitores se o erro não tivesse sido registrado. Tomando como exemplos fatos que acontecem cotidianamente com personalidades públicas, como um escorregão, um bocejo, que não poderiam ser notados pela maioria, caso não fossem registrados em uma foto, ou fita de vídeo, assim funciona o “sic” neste texto: como um marca “congelada” do erro que fora imediatamente corrigido.

²⁵ Cf. Anexo O

Este último texto vem exemplificar que a função principal do “sic”, pelo menos nos jornais que analisamos, não é demarcar que o erro é o erro do *outro*, mas evidenciar esse erro do *outro* à sociedade. É por isso que acreditamos que o “sic” possibilita a (re)configuração do discurso político como um espetáculo.

Para sintetizar as observações feitas até aqui, consideramos que:

1. Há “sic” que marca fatos comuns na oralidade e que não têm razão para serem sublinhados como errados ou estranhos. No entanto, o são.

2. Notamos que a ênfase nem sempre se dá ao fato ocorrido, mas ao discurso do político. Em todos os textos analisados, há uma exposição do discurso do outro que aparece freqüentemente pela citação direta, principalmente quando há a presença do “sic”.

3. Pela formação discursiva em que a mídia impressa está inscrita, verificamos que, ao empregar o “sic”, ela veicula, como feito de sentido: a) a valorização do saber lingüístico ou enciclopédico do enunciador citante, que reconhece e identifica os fatos estranhos ou errados presentes no discurso do *outro*; b) a desvalorização do discurso desse *outro* que é apresentado como falacioso por ser passível de erros.

4. O “sic”, comentado ou não, está associado a idéia de erro, de falta de conhecimento e, por isso, sugere como efeito de sentido a desqualificação do político, que tem seu discurso apresentado como algo insignificante, ridicularizado, que diverte, e que, por isso, não é digno de credibilidade. Temos, portanto, uma descaracterização do discurso político por meio da derrisão que, configurando-se como uma agressão politicamente correta, fica livre de sanções negativas, permitindo à mídia continuar veiculando os discursos políticos como espetáculos em que os leitores participam como espectadores passivos.

CAPÍTULO 3

BREVES REFLEXÕES SOBRE LINGUAGEM E PODER : MODESTAS CONTRIBUIÇÕES PARA A LEITURA NA ESCOLA

E se “a começar do nível mais elementar das relações de poder, a linguagem constitui o arame farpado mais poderoso para bloquear o acesso ao poder” (Gnerre, 1978), ela serve também para romper o bloqueio: dominar os mesmos instrumentos de poder dos dominantes é uma forma de acesso e rompimento deste poder.

João Wanderley Geraldi

No capítulo anterior, ao apresentarmos a análise do *corpus* de pesquisa, procuramos apontar o efeito derrisório produzido pelo uso “sic” no discurso político veiculado pela mídia impressa. Esse efeito derrisório do “sic” constitui um exemplo do modo como o discurso midiático faz uso da linguagem para estabelecer relações de poder com/e pelo discurso do *outro*, que passa, então, por um processo de *espetacularização* e *sloganização*.

No presente capítulo, propomos uma reflexão sobre o modo como a linguagem, sutilmente, constitui suas relações de poder e, em seguida, comentaremos, ainda que brevemente, como essa reflexão sobre linguagem e poder pode contribuir para o ensino de leitura e compreensão de textos no ensino fundamental e/ou médio. Para tanto, tomamos como referencial as proposições de Michel Foucault e Maurizio Gnerre referentes à relação entre linguagem e poder.

3.1 LINGUAGEM E PODER: UMA RELAÇÃO CONSTITUTIVA

Trazendo à memória nosso *corpus* e considerando que ele se compõe de notícias - gênero textual jornalístico - podemos notar que o “sic” desencadeia, além da derrisão, outros efeitos de sentidos como o da *sloganização* do discurso político como um discurso pejorativo.

Esse processo de *sloganização* do discurso - que consiste na cristalização da idéia de que os políticos brasileiros não sabem empregar a língua portuguesa, e por isso seus discursos apresentam-se como falaciosos - pode ser atribuído aos efeitos de sentidos produzidos pelo poder que lhe confere o gênero em questão.

Pensando o conceito de gênero de Bakhtin¹, com base nas propostas da Análise do Discurso, tomamos emprestado a reflexão que Maria do Rosário Gregolin faz a partir da relação que estabelece entre conceito de gênero em Bakhtin e as noções de formação discursiva e interdiscurso de Michel Foucault e Michel Pêcheux. Por esta reflexão, a autora propõe pensar o gênero como um dispositivo que pertence tanto à ordem do discurso (no sentido de que contribui para o controle dos sentidos) quanto à instância da intertextualidade (já que possibilita a interpretação por meio do acionamento de um cânone, de uma memória discursiva).²

Assim, podemos dizer que os textos que circulam socialmente como o texto jornalístico, por exemplo, obedecem a certas condições de organização e, por isso, são, necessariamente, formulados de acordo com os rituais discursivos que determinam sua enunciação, refletindo, desse modo, as condições sócio-históricas (valores, crenças, conflitos) da sociedade em que são produzidos e na qual circulam.

Ao enunciar, o sujeito insere-se em formulações precedentes e seu discurso passa a ser construído a partir de “cânone” que, em Análise do Discurso, chamamos de interdiscurso.

¹ Pelo conceito bakhtiniano, os gêneros são tipos relativamente estáveis de enunciados elaborados nas diferentes esferas sociais de utilização da língua. Cf.: BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

² “Nas malhas da mídia: agenciando os gêneros, produzindo sentidos”. In: BARONAS, Roberto Leiser (Org.). *Identidade Cultural e Linguagem*. Cáceres, MT: Unemat Editora; Campinas, SP: Pontes, 2005, p.23-34.

O gênero discursivo está sujeito à coerções estabelecidas pelas atividades humanas e pelo uso que essas atividades fazem da linguagem, ou seja, as práticas discursivas são determinadas por fatores sociais e ideológicos já instituídos em um *campo anônimo* cuja configuração, como comenta Foucault (1986:141-2), “define o lugar possível dos sujeitos falantes. Assim, ‘não importa quem fala’, mas o que ele diz não é dito de qualquer lugar - é considerado necessariamente, no jogo de uma exterioridade”.

Podemos dizer, então, que a notícia (gênero textual do nosso *corpus*), ao obedecer ao modelo de organização prescrita - que determina que a linguagem seja empregada em sua função referencial, de forma objetividade e imparcial, em consonância com o padrão culto da língua - constrói no imaginário social, a idéia de um tipo de texto “portador da verdade”, cujas informações merecem credibilidade. É por isso que o “sic” derrisório, empregado nesse gênero discursivo, contribui para que o discurso político, apresentado como pejorativo, seja, de fato, *sloganizado*.

O “sic” fala do lugar dos guardiões da língua e o discurso que veicula, a partir da formação discursiva do gênero em que está inserido, assim como todos os demais discursos que circulam socialmente, são controlados por relações de poder conforme afirma Michel Foucault:

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso - como a psicanálise nos mostrou - não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto de desejo; e que - isto a história não cessa de nos ensinar - o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. (2003:10)

É na rede das relações entre linguagem e poder que nos propomos a pensar alguns dos sentidos a respeito da língua e dos discursos políticos, construídos no

imaginário social. Para tanto, começamos retomando o conceito de *poder*³ de Foucault definido como "*relação entre parceiros*" que consiste em um modo de "ação de alguns sobre outros". É um modo de ação que não age direta e imediatamente sobre os outros, mas que age sobre sua própria ação. Em outras palavras, Foucault define o poder como "um conjunto de ações que se induzem e se respondem umas às outras".⁴

Assim como a "conduta" (termo empregado por Foucault para ilustrar as relações de poder) é o ato de conduzir os outros (segundo mecanismos de coerção mais ou menos estritos) e é a maneira de se comportar num campo de possibilidades, o exercício de poder consiste, nas palavras de Foucault, em " 'conduzir condutas' e em ordenar a probabilidade"⁵.

Notamos, portanto, que o poder não se exerce por meio da violência. Esta, ao agir sobre um corpo e sobre as coisas, força, submete, destrói e fecha todas as possibilidades. Ao encontrar resistência, tenta reduzi-la a qualquer custo e por isso, não tem, junto de si, outro pólo senão o da passividade. O poder, ao contrário, opera sobre o campo da possibilidade, "ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável"⁶. É, por isso, que as relações de poder, como afirma Foucault, só se exercem sobre "sujeitos livres", ou seja, sobre sujeitos que têm diante de si um campo de possibilidades em que diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer. A escravidão, por exemplo, não é, conforme se pode pensar, uma relação de poder. Na escravidão há a relação física de coação, o sujeito não está livre para agir no campo das possibilidades.

É nesse jogo complexo em que poder e liberdade se complementam que fica possível a compreensão do discurso como exercício do poder. Isso porque os discursos que circulam socialmente são produzidos e selecionados por princípios e procedimentos

³ Conceito presente no texto "O sujeito e o Poder", de M. Foucault, in: RAIBINOW, Raul & DREYFUS, Hubert. *Uma trajetória filosófica*. Ed. Forense Universitária, 1995, p. 231-244.

⁴ Op. cit.

⁵ FOUCAULT, M. O sujeito e o Poder. In: RAIBINOW, Raul & DREYFUS, Hubert. *Uma trajetória filosófica*. Ed. Forense Universitária, 1995, p. 231-244.

⁶ Op. Cit.

de rarefação e controle. Em todas as sociedades, a produção de discursos é regulada, conjugando relações de poderes. O sujeito, acreditando-se livre, acreditando ser a origem dos sentidos, aventura-se no perigoso jogo da "ordem do discurso".

Em seu texto *A ordem do discurso*⁷, Foucault cita, entre os vários procedimentos de controle externos e internos do discurso, dois que acreditamos que nos ajudam a compreender o emprego do "sic" pela mídia impressa como um exercício de poder em relação aos discursos marcados e aos efeitos de sentidos produzidos. São eles: o princípio da *interdição* e o da *vontade de verdade*.

Os dois princípios são procedimentos externos de exclusão dos discursos. Pelo primeiro, verificamos que não se pode falar de tudo a todo momento: "Sabe-se bem que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa". (FOUCAULT, 2003:9)

A interdição acontece por, pelo menos, três motivos: 1) porque o objeto do discurso é proibido; 2) porque é necessário que se cumpra o "ritual da circunstância" para que o discurso seja legitimado como pertinente; 3) porque o sujeito que fala deve ter o direito privilegiado ou exclusivo para que seu discurso se legitime como verdadeiro.

E sobre a vontade de verdade? Como podemos entendê-la como um procedimento de exclusão dos discursos? Superficialmente a vontade de verdade presente no nível da proposição de um discurso não nos parece ofensiva, à medida que nos é apresentada em consonância com a justiça, a honestidade, o bem estar social. No entanto, quando em um discurso temos a oposição entre aquilo que é verdadeiro e aquilo que é falso, a vontade de verdade se configura como um sistema de exclusão, na medida em que julga, segrega e/ou interdita determinados discursos como falsos.

Podemos entender essa vontade de verdade como a "vontade de saber", de legitimar um discurso como o "verdadeiro da época". Esse sistema de exercício de

⁷ FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 9ª ed. São Paulo: Loyola, 2003

poder vem atravessando séculos de nossa história e, por estar apoiado pelo aparato institucional, vem se mostrando como um dos mais fortes poderes de exclusão. Como bem ressalta Foucault:

Assim só aparece aos nossos olhos uma verdade que seria riqueza, fecundidade, força doce e insidiosamente universal. E ignoramos, em contrapartida, a vontade de verdade, como prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuram contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão contra a verdade, lá justamente onde a verdade assume a tarefa de justificar a interdição e definir a loucura. (2003:20)

Observamos em *corpus* que o “sic”, enquanto recurso lingüístico que descaracteriza o discurso político por meio da derrisão, contribuindo assim, para que ele seja *sloganizado*, exerce sobre tal discurso um procedimento de controle que o julga como inadequado e o interdita na medida em que o marca e o apresenta como um discurso suspeito, pelo menos no que diz respeito à obediência ao padrão culto da língua.

Aquilo que foge à gramática normativa não é permitido. Desse modo, o “sic” apresenta as variações lingüísticas como o “objeto proibido” do discurso. Além disso, sublinha que os agentes políticos não têm cumprido o “ritual da circunstância”, uma vez que não empregam a norma culta da língua, como seria o esperado de autoridades públicas em situações de uso público da língua. Sendo assim, em conformidade com Michel Foucault, entendemos que:

[...] não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma “polícia” discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos. [...] ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo. (2003: 35 e 37)

Isso porque para ser legitimado como verdadeiro, o sujeito do discurso precisa atender a determinados rituais que definem a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam. O ritual, como um procedimento de rarefação dos sujeitos, define

os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa-lhe, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras e os efeitos sobre aqueles aos quais se dirigem.

Os discursos religiosos, judiciários, terapêuticos e, em parte também, políticos não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos. (FOULCAULT, 2003:39)

Pela ordem do discurso, são os discursos que controlam os discursos. O discurso midiático, como todos os outros, está, a todo momento, lutando pelo direito de enunciar-se, pelo direito de estar no verdadeiro da época. Por meio da vontade de verdade e do ritual estabelecidos pelo gênero jornalístico, por exemplo, o discurso midiático controla os demais discursos, apresentando-se como o discurso da seriedade e da verdade, que identifica e desvela as falhas no discurso alheio.

3.2 A LÍNGUA SOB O JUGO DO PODER

Devemos trazer para a presente reflexão o fato de que se o discurso político vem sofrendo um processo de *espetacularização* e *sloganização* e se o uso do “sic”, como vimos anteriormente, evidencia esse processo, é porque o espetáculo do discurso político se dá como parte dois de um espetáculo anterior: o espetáculo da língua, ambos enredados nas malhas do poder.

Basta observarmos que a televisão, os jornais e as revistas veiculam diversas críticas e sugestões sobre o modo de empregar a língua culta. Para garantir a liderança brasileira em audiência, a Rede Globo de televisão, por exemplo, veicula em programas de gêneros diferentes, o espetáculo da língua ora promovendo o riso ora remetendo ao drama. Recentemente apresentou, na novela *Senhora do Destino*, o bicheiro Giovanni Improtta, personagem representada pelo ator José Wilker que, reconhecida pelo público

como uma das mais engraçadas da novela, apresentava um figurino e um modo de falar considerados excêntricos e de tão mal gosto que precisou de um *personal stylist*⁸ (o Barão de Bonsucesso, representado pelo ator Raul Cortez) para auxiliá-lo a tornar-se uma pessoa mais elegante e refinada. Expressões como “se escafedeu-se”, “me preocupe-me”, “baroa” em vez de “baronesa”, entre outras, eram algumas das marcas da personagem que *espetacularizou*, pelo riso, a língua portuguesa no horário nobre.

Na tentativa de agradar a “gregos e troianos”, nos intervalos comerciais, a mesma Rede Globo de Televisão apresentava o ator Serginho Groisman, no programa *Alô Brasil, aqui tem Educação*, dando dicas sobre como falar e escrever corretamente. Aqui, no entanto, temos o espetáculo da língua apresentado como um drama que evidencia o fracasso da educação brasileira.

A revista *Veja*, que freqüentemente apresenta matérias sobre o uso da língua portuguesa, publicou em 26 de janeiro de 2005 a matéria intitulada *O grande salto para trás*⁹ na qual espetaculariza o modo como o presidente Lula emprega a língua materna. Segundo a revista, felizmente os brasileiros não estão acostumados a tomar por modelo de vida grandes autoridades como os presidentes, senão Lula seria um mau exemplo para os usuários da nossa língua, isso porque “os tropeços gramaticais de Lula antes de ferir ouvidos cultos, geram identidade com a massa de brasileiros”¹⁰.

Esses são apenas alguns exemplos que ilustram a afirmação de que o uso que os falantes fazem da língua tem se apresentado pela mídia como cenas que divertem, mas também descaracterizam o cidadão brasileiro. Isso porque, de um modo ou de outro, estas cenas associam o uso da língua ao emprego da norma culta e, conseqüentemente, a um produto de consumo. Desse modo, a mídia veicula a idéia de que pessoas que se querem reconhecidas como elegantes, refinadas, portadoras de ouvidos cultos, devem fazer uso da norma culta da língua.

⁸ Trata-se de um estilista que presta serviços personalizados.

⁹ *Veja*, 26 de janeiro de 2005, p. 48 – 57.

¹⁰ Citação de Otávio Cabral, em *Veja*, 26 de janeiro de 2005, p. 54

Nas últimas décadas, a natureza e a existência de uma norma lingüística vêm sendo objetos de discussão e questionamento de lingüistas e educadores. Maurizio Gnerre (1998), em conformidade com a proposição de que a linguagem e poder mantêm entre si uma relação constitutiva, propõe um exame rigoroso das formas mais sutis pelas quais a linguagem se constitui como um instrumento de poder.

Para Gnerre, um dos motivos que levaram estudiosos da área a se voltarem para a pesquisa sobre a norma lingüística é a possível existência de uma contradição de base entre a ideologia democrática e a ideologia que está implícita na natureza da norma lingüística. Ou seja, entre os princípios democráticos, que primam pelo valor intrinsecamente igual dos seres humanos, no que diz respeito aos critérios de raça, religião, política, entre outros, e a realidade na qual é evidente que os indivíduos têm valor social diferente, podemos observar que o uso que os falantes fazem da língua é mais um elemento que problematiza a idéia fundamental da democracia de uma nação. Isso porque nem todos os integrantes de uma sociedade têm acesso a todas as variedades lingüísticas. Além disso, a variedade considerada “cultura” e instituída como a “língua padrão”, associada a um patrimônio cultural definido de valores e a conteúdos de prestígio, fixados na tradição escrita, é um sistema comunicativo que está ao alcance de uma parte reduzida dos integrantes de uma comunidade.

O poder da linguagem se exerce à medida que exclui do verdadeiro da época e, conseqüentemente, do prestígio social, as variantes não-padrão da língua bem como seus usuários.

De acordo com Gnerre (1998:6-7), “uma variedade lingüística ‘vale’ o que ‘vale’ na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais.” Acreditamos, porém, que o contrário também acontece: um falante da língua “vale” o que “vale” a variante lingüística por ele escolhida. Ou seja, ao fazer uso de uma variante não-padrão, o falante se configura como aquele que desconhece a norma culta e, por isso, deve ser sancionado

negativamente. Para os que não exercem poder ou autoridade nas relações sócio-econômicas, resta-lhes a interdição do discurso e do prestígio social; aos que se apresentam como autoridades, mas fazem uso da variante não-padrão da língua, resta-lhes a desqualificação de seu papel social, conforme vimos ao analisar a descaracterização derrisória do discurso político pelo uso do “sic”.

Isso acontece porque as produções lingüísticas, enquanto manifestações discursivas, são, conforme vimos em Foucault, reguladas por princípios de controle que levam em conta as relações sociais entre o falante e o ouvinte. Todo ser humano tem que agir verbalmente de acordo com tais regras, sabendo quando pode falar e quando não pode; sabendo que tipos de conteúdos referenciais lhe são consentidos; que tipo de variedade lingüística deve ser empregada.

A presença de tais regras é que regula as expectativas tanto do falante quanto do ouvinte. No *corpus* aqui estudado, o “sic” poder ser entendido como elemento de derrisão na medida em que o ouvinte espera do agente político que ele, enquanto autoridade pública, atenda às regras que governam a produção apropriada dos atos de linguagem. Isso não ocorrendo, já que em muitos casos os políticos adotam variações lingüísticas que não estão associadas à escrita, o “sic” aparece como uma espécie de punição pelo não uso da norma culta.

Gnerre (1998) apresenta duas perspectivas pelas quais a linguagem pode ser observada em sua relação com o poder: uma perspectiva histórica e uma perspectiva lingüística. De acordo com a perspectiva histórica, a associação de uma variedade lingüística ao poder da escrita foi, desde os últimos séculos da Idade Média, resposta às exigências políticas e culturais. As diferenças entre as variedades lingüísticas e o latim, modelo de língua e poder, eram grandes, porém, na segunda metade do século XV, houve adequações lexicais e sintáticas. Com a expansão colonial ibérica e com a estruturação definitiva dos poderes centrais dos estados europeus, os moldes da gramática greco-latina foram utilizados para valorizar as variedades lingüísticas escritas,

já associadas com os poderes centrais. Para Portugal e Espanha do fim do século XVI, a afirmação de uma variedade lingüística era um caso de afirmação dupla do poder: 1º) poder interno, em relação a outras variedades lingüísticas da época, praticamente reduzidas a dialetos; 2º) poder externo, em relação aos povos que ficavam na área de influência colonial.

O autor comenta que a legitimação é um processo que tem como componente essencial a criação de mitos de origem. A gramática das línguas românicas, por exemplo, ao ser instituída como um dos instrumentos de legitimação do poder de uma variedade lingüística sobre as outras, foi justificada por perspectivas ideológicas. Para citar apenas um exemplo entre os demais mencionados por Gnerre, o autor Fernão de Oliveira, tendo como contexto a corrida para as conquistas coloniais e a concorrência entre Espanha e Portugal, com o intuito de elevar e ordenar a língua portuguesa nos moldes da gramática, mencionava a expansão desta língua entre os povos das terras descobertas e conquistadas como uma justificativa ideológica para sua gramática de 1536.

Ainda hoje temos cristalizada a proposição de que se o Estado e o poder são apresentados como entidades superiores e neutras, o código lingüístico aceito oficialmente por este Estado também deve ser considerado superior, neutro e um meio pelo qual os cidadãos possam ter seus discursos inseridos no verdadeiro da época.

Quanto à perspectiva lingüística, Gnerre nos apresenta os dicionários e as gramáticas como instrumentos lingüísticos de *estandardização* do processo de legitimação de uma língua.

Os dicionários fornecem definições "ex-cathedra" do conteúdo referencial de inúmeras palavras altamente relevantes na sociedade. Gramáticas e dicionários podem ser, como no caso de várias línguas européias, produzidos por academias nacionais de letras ou da língua. Tais academias podem ter tido ou manter até o presente uma complexa função de intermediárias entre o poder político e econômico, de um lado, e o conjunto de valores e ideologias a serem associados ou já associados com a língua. As academias podem interferir ao chamar a atenção da nação para obras literárias e ao selecionar o léxico "aceitável" da língua e a gramática "oficial". (GNERRE,1998:19)

Ajustar a sintaxe, o quadro de referências e o léxico em situações de comunicação pode ser um meio de reduzir ou ampliar a faixa dos eventuais receptores das mensagens. Em mensagens de cunho político ou cultural, por exemplo, uma construção sintática mais complexa pode ser suficiente para dirigir a um grupo mais restrito uma mensagem encaixada de dentro de um discurso de nível geral muito mais acessível. Desse modo, podemos entender que ter acesso a todos os tipos de mensagens de circulação social ou produzi-las, está ligado, antes de tudo, ao domínio que se tem dos códigos lingüísticos de prestígio, representados pelos dicionários e gramáticas.

Associando aqui as proposições de Pêcheux (1982), de que a linguagem serve para comunicar e para não comunicar, e de Gnerre (1998), de que a linguagem usada é um verdadeiro filtro da comunicação de informações cuja compreensão e produção de discursos somente são possíveis àqueles que detém o conhecimento de uma norma lingüística padrão e dos conteúdos a ela associados, é que acreditamos que a linguagem é constitutivamente um instrumento de poder. Sua utilização pode se transformar em um poderoso remédio ou em um veneno letal.

Tendo em vista que o fundamental na afirmação de uma variante lingüística sobre as outras é sua associação à escrita e sua transformação em uma variante considerada adequada à transmissão de informações de ordem política e cultural, é que se pode notar que os integrantes de diferentes níveis da sociedade estão, a todo momento, buscando meios de alcançar a norma reconhecida.

Diante da possibilidade que as pessoas têm de serem discriminadas de forma explícita com base na competência lingüística, regulada pela língua padrão e pela gramática normativa, parece-nos absolutamente democrático o fato de o governo criar projetos e veicular propagandas de incentivo ao conhecimento da norma culta. Pode parecer que a difusão da educação, em geral, e do conhecimento da variedade lingüística de maior prestígio, em particular, seja um projeto que visa a reduzir a

distância entre grupos sociais, para uma sociedade de oportunidades iguais para todos. Porém, segundo Gnerre:

Processos que são considerados “democráticos” e libertadores, tais como as campanhas de alfabetização, de aumento das oportunidades e dos recursos educacionais, estão muitas vezes conjugados com processos de padronização da língua, que são menos obviamente democráticos e “libertadores”. A chave da unidade profunda destes processos é a função, que eles vão assumindo, de instrumentos para aumentar o controle do Estado sobre faixas menos controláveis da população. (1998:29)

Em conformidade com o autor, podemos compreender que a separação entre a variedade “cultua” ou “padrão” e as outras é resultado de um complexo processo histórico de associação da variedade culta à escrita e à tradição gramatical e que, inventariada nos dicionários, é legitimada como a portadora de uma tradição cultural e de uma identidade nacional.

3.3 O TEXTO E AS ESTRATÉGIAS DO DIZER: CONTRIBUIÇÕES PARA O TRABALHO COM TEXTOS EM SALA DE AULA

Procuramos, até aqui, refletir um pouco sobre a relação entre linguagem e poder. Tendo em vista que a vontade de verdade, assim como os demais sistemas de exclusão, apóiam-se sobre um suporte institucional e que são reforçados e reconduzidos por todo um conjunto de práticas pedagógicas, sistema de livros, de edição, entre outros, propomos agora uma reflexão sobre o modo como essa relação entre linguagem e poder vem sendo, ainda hoje, significada no ensino fundamental e médio.

Todas essas observações a respeito da linguagem precisam ser atentamente observadas quando se trabalha a leitura na sala de aula. Função que geralmente cabe ao professor desenvolver nas aulas de língua portuguesa. Pensando nisso, textos como

os selecionados para nosso *corpus* podem ser duplamente perigosos ao serem trabalhados em sala de aula, sobretudo em aulas de língua portuguesa. Primeiro porque, em muitas escolas, os textos, principalmente os científicos e jornalísticos, são, ainda, apenas o lugar das informações “completas”, com seus sentidos “determinados”. Em segundo lugar, porque o trabalho com textos jornalísticos, em que a presença do “sic” marca um discurso político, pode reduzir-se a críticas feitas ao modo como os políticos usam a língua. O que resultaria mais uma vez em reforçar que a norma culta é um elemento de identidade nacional, tradição cultural, e que todos os cidadãos que se queiram reconhecidos socialmente precisam dominá-la.

Embora os Parâmetros Curriculares Nacionais ¹¹ anunciem que as diversidades culturais, regionais, éticas, religiosas e políticas que atravessam a nossa sociedade devem ser respeitadas e que a educação deve atuar no processo de construção da cidadania, sabemos que, por razões diversas, a realidade do ensino em muitas escolas brasileiras nem sempre corresponde às propostas apresentadas pelos PCNs.

De acordo com eles, as evidências do fracasso escolar desvelam a necessidade da reestruturação do ensino de Língua Portuguesa, com o objetivo de encontrar formas que garantam, de fato, a aprendizagem da leitura e da escrita.

Enquanto professores e pesquisadores na área dos estudos lingüísticos, sabemos que os inegáveis avanços nas pesquisas das ciências da linguagem, que vêm acontecendo no Brasil, nos últimos 25 anos, muito têm contribuído para reflexões sobre o ensino da língua e para as mudanças nas práticas pedagógicas no sentido de apontarem para um ensino fundamentado em uma concepção de linguagem não apenas como um instrumento de comunicação ou informação, mas acima de tudo, de constituição de identidades. Concepção de linguagem esta, que tem na interação verbal, constituída pela materialidade lingüística, o espaço próprio da realidade da língua e que

¹¹ Também conhecidos como PCNs.

tem, no espaço discursivo, um instrumento de acesso aos múltiplos sentidos que nos rodeiam e nos constituem.

Com base nesses estudos realizados na área da lingüística, os PCNs apresentam os princípios gerais norteadores do ensino de língua portuguesa na escola. Pretendemos, aqui, tomar apenas dois aspectos por eles abordados, justamente pelo fato do nosso trabalho de pesquisa estar, de alguma forma, relacionado a esses dois aspectos. São eles: o processo de leitura e as variações lingüísticas.

Quanto à leitura na escola, os PCNs garantem que cabe à escola viabilizar o acesso do aluno ao universo dos textos que circulam socialmente, bem como ensinar a produzi-los e interpretá-los. Por meio da leitura o aluno deve ser capaz de compreender um conceito, ter acesso a novas informações, descrever um problema, comparar diferentes pontos de vista, argumentar a favor ou contra uma determinada hipótese ou teoria. Além disso, os PCNs apontam que a prática constante de leitura na escola deve admitir várias leituras, superando o mito da interpretação única, fruto do pressuposto de que o significado está dado no texto. Ou como propõe Geraldi (1997:112), a questão não é corrigir leituras com base numa leitura privilegiada e apresentada como única; mas também não é admitir qualquer leitura como legítima (legítima), mas sim reconstruir, em face da leitura de um texto, a caminhada interpretativa do leitor.

Quanto às variações lingüísticas, cabe à escola ensinar a fala e a escrita da língua, considerando as características do contexto de comunicação, ou seja, sabendo adequar o registro às diferentes situações comunicativas. A preocupação não deve ser a da correção da forma, mas a da adequação às suas circunstâncias de uso, em que o falar bem seja o falar adequadamente, produzindo o efeito pretendido. Os PCNs propõem um movimento metodológico de Ação – Reflexão – Ação de modo que a reflexão se incorpore às atividades lingüísticas do aluno de tal forma que seja possível monitorá-las com eficácia. Em outras palavras, que essa tarefa se organize de tal maneira que os alunos possam transitar de situações mais informais e coloquiais que já

dominam ao entrar na escola a outras mais estruturadas e formais, a fim de conhecer seus modos de funcionamento e aprender a utilizá-los.

Acreditamos que textos como os selecionados em nosso *corpus* podem ser trabalhados no ensino fundamental e médio, abordando os aspectos da leitura e do uso da língua conforme propõe os PCNs, na medida que buscamos refletir sobre tais aspectos e a discuti-los em sala de aula, tomando emprestado alguns conceitos da Análise do Discurso.

Uns dos resultados positivos alcançados, por esta disciplina, como aponta Eni Orlandi, é o fato de a leitura ser considerada um processo de produção de sentidos e não um produto a ser consumido:

Uma postura produtiva é a de considerar que a leitura é o momento crítico da constituição do texto, pois é o momento privilegiado do processo de interação verbal: aquele em que os interlocutores, ao se identificarem como interlocutores, desencadeiam o processo de significação. Em outras palavras: é na sua interação que os interlocutores instauram o espaço da discursividade. Autor e leitor confrontados, definem-se em suas condições de produção e os fatores que constituem essas condições é que vão *configurar* o processo da leitura. (ORLANDI, 1996: 193)

É necessário evidenciar aos nossos alunos que a leitura é produzida. Precisamos orientá-los quanto ao fato de que o sentido da seqüência verbal produzida se constitui na (e pela) relação entre os interlocutores e o contexto histórico-social no qual estão inseridos. É preciso mostrar ao aluno que quando se diz algo, alguém o diz de algum lugar da sociedade para um outro alguém que também se posiciona em algum lugar dessa sociedade. É preciso mostrar-lhes que o lugar que os indivíduos ocupam faz parte da significação.

Partindo desses pressupostos teóricos, podemos levar nossos alunos à reflexão de que os discursos midiáticos impressos não têm sentido neles mesmos, seus sentidos são determinados pelas formações discursivas em que estão inseridos o enunciador do

discurso midiático e o seu destinatário. Precisamos abordar na sala de aula questões referentes à ilusão de transparência e verdades inquestionáveis que jornais e revistas de grande circulação, enquanto veículos de informação, apresentam à sociedade. Levantar a questão, como bem ressalta Eni Orlandi (1996:32), de que “o jogo ideológico está na dissimulação dos efeitos de sentido sob a forma de informação, de um sentido único, e na ilusão discursiva dos sujeitos de serem a origem de seus próprios discursos.”

Ao utilizarmos, por exemplo, um texto em que o discurso político veiculado pela mídia impressa seja marcado com o “sic”, em uma atividade de leitura em sala de aula, se faz necessário desvelar que para veicular um discurso político, a mídia o toma e o julga a partir de princípios e procedimentos que visam ao controle dos discursos a serem veiculados. E se, de acordo com seu julgamento, considera que há algo estranho ou errado no discurso político e lhe acrescenta um “sic”, ela imprime sobre o discurso do *outro* alguns sentidos negativos. Esses sentidos, como vimos na análise do *corpus*, ao assumirem um caráter derrisório, interditam outros sentidos possíveis que talvez não sejam interessantes para a mídia veicular. Apresentando-se como imparcial, o que a mídia faz, na realidade, é (re)produzir discursos coniventes com a formação discursiva e as relações de poder na qual está inscrita.

O outro aspecto de nossa pesquisa que, de acordo com os PCNs, é um aspecto importante a ser trabalhado em sala de aula diz respeito ao uso da língua. O leitor de textos veiculados pela mídia, ao se deparar com um “sic” assinalando algo estranho ou errado em um discurso político, passa a ser interpelado pela ideologia e impelido pelo inconsciente a atribuir sentidos ao textos, (re)produzindo um discurso *já-dito* em seu domínio de memória, que o convence, por exemplo, de que se um político não sabe se expressar claramente ou não atende à norma padrão da língua portuguesa, não tem capacidade para representar os interesses do povo perante a nação.

Nesse interdiscurso, em outras palavras, nesse domínio de memória em que o “sic” aparece como marca derrisória de desqualificação do discurso político, uma voz

sem nome ressoa sugerindo que o mau uso da língua portuguesa deve ser evidenciado; que é preciso ter conhecimento do modo como nossos políticos empregam a língua materna para, então, julgá-los como bons ou maus representantes do povo; que o papel da mídia é fundamental à sociedade brasileira, já que tem por função desvelar a verdade sobre tudo e sobre todos, inclusive sobre o uso que os políticos fazem da língua portuguesa.

Compreendendo os mecanismos discursivos dos textos, é possível notar que as relações de poder entre o discurso da mídia e o discurso político, *sloganizado* como enunciação pejorativa, podem ser observadas do interior do campo dos enunciados que dialogam em uma sociedade, como um conjunto de lutas, de batalhas entre diferentes posições enunciativas:

o enunciado, ao mesmo tempo em que surge em sua materialidade, aparece com um status, entra em redes, se coloca em campos de utilização, se oferece a transferências e modificações possíveis, se integra em operações e em estratégias onde sua identidade se mantém ou se apaga. Assim, ele circula, serve, se esquia, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade. (Foucault, 1986:121)

Desse modo, entendemos que os estudos realizados na área da Análise do Discurso possibilitam que as propostas apresentadas pelos PCNs, referentes ao trabalho com a leitura e ensino da língua, possam ser concretizadas, na medida em que possibilitamos aos nossos alunos condições para eles conheçam como um texto funciona e os elementos que constituem o processo de produção da leitura. Assim, o trabalho com textos impressos como os de nosso *corpus*, por exemplo, que fazem uso do “sic” para descaracterizar o discurso do *outro*, podem funcionar como um instrumento de reflexão sobre a realidade sócio-histórica da língua, superando a idéia simplista de que o “sic” seja apenas a marca de um erro, e encarando o fato de que esse “sic”, enquanto um recurso de linguagem, é um modo derrisório de exercício do poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos no decorrer do trabalho, não é possível, pelo viés teórico da Análise do Discurso, pensar na transparência dos sentidos ou que o(s) sentido(s) do texto existe(m) nele(s) mesmo(s). Como afirma Pêcheux (1997d:160), “as palavras, expressões, proposições mudam de sentido segundo as formações ideológicas e discursivas daqueles que as empregam”.

A relação que a linguagem possui com a exterioridade, ou seja, com as condições de produção que irrompem na materialidade lingüística - como interdiscurso, como um *já-dito*, que condiciona o que ainda vai ser dito - é que nos possibilitam afirmar que o sujeito ao produzir seus discursos é constantemente atravessado pela ideologia e pelo inconsciente, embora acredite ser livre e estar o tempo todo consciente. Partindo desses postulados podemos pressupor que o discurso midiático impresso não tem sentido em si mesmo, seus sentidos são determinados pelas formações discursivas em que se inscrevem o enunciador e o enunciatário do discurso.

Apresentando-se como porta-voz da verdade, a mídia denega qualquer caráter derrisório atribuído às informações e notícias que veicula. A mídia impressa, sobretudo, se inscreve em uma formação discursiva que apresenta a língua como um elemento social imutável, supervalorizando a norma culta e (re)configurando as variações lingüísticas como erros. Na expectativa, porém, de que os “sentidos” possam/devam ser outros, é que buscamos discutir o “sic”, em diferentes situações lingüísticas, como

uma forma quase invisível, mas muito cruel de preconceito, como o lingüístico, entre outros.

O acima exposto demonstra que os enunciados dialogam a todo momento, constituindo um campo de batalhas discursivas, movendo a construção dos sentidos, e que esses sentidos são manipulados, já que a própria circulação dos enunciados é regulada por procedimentos de controle, interdição e segregação dos mesmos. Apesar disso, a preocupação com as questões discursivas não tem, ainda, a merecida relevância.

Esperamos que este trabalho, por meio da articulação dos conceitos modestamente apresentados, contribua, ainda que minimamente, para a uma melhor compreensão do papel e da natureza da mídia no processo de produção e manipulação dos sentidos, bem como para repensarmos as práticas de leitura realizadas dentro e fora da escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de estado*. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1985.

AUTHIER-REVUZ, J. *Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche dans le discours*. In. DRLAV, 26. Paris, 1982.

_____. Heterogeneidade(s) Enunciativa(s) . Trad. Celene M. Cruz e J. W. Geraldi, em ORLANDI, E. e GERALDI, J. W. (orgs). *Caderno de Estudos Lingüísticos*. Campinas, nº 19, 1990.

_____. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

BAGNO, Marcos (Org.). *Norma lingüística*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

_____. *Lingüística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

BAKHTIN, M. (Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 2. ed., São Paulo: Hucitec, 1981.

_____. *Estética da criação verbal*. 2. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1992.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do Discurso*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

BARONAS, Roberto Leiser .Da espetacularização à sloganrização do político. In: *ANPOLL*, Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Lingüística da USP, nº 14, 2003.

_____. Notas sobre o gênero discursivo fotografia, publicado na Revista *Polifonia* nº 8 da Universidade Federal de Mato Grosso em dezembro de 2004.

_____. (Org.). *Identidade Cultural e Linguagem*. Cáceres, MT: Unemat Editora; Campinas, SP: Pontes, 2005.

BERGSON, H. *O riso : ensaio sobre a significação da comicidade*. Trad. Ivone Castilho Beneditti. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BRAIT, Beth. *Ironia em perspectiva polifônica*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

BONNAFOUS, S. Sobre o bom uso da derrisão em J. M. Le Pen. In: GREGOLIN, M. R. (Org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. 2 ed. São Paulo, SP: Editora da USP, 1998.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. Trad. Fabiana Komesu (Coord.). São Paulo: Contexto, 2004.

COURTINE, J.J. O chapéu de Clementis: observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M.C. (Org.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1999.

_____. Os deslizamentos do espetáculo político. Trad. Roberto Leiser Baronas e Fábio César Montanheiro. In: GREGOLIN, M.R. (Org.). *Discurso e mídia: a Cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.

COX, Maria Inês Pagliarini; ASSIS-PETERSON, Ana Antônia (Orgs.). *Cenas de sala de aula*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

DICIONÁRIO Houaiss Da Língua Portuguesa. Disponível em <<http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm>> Acesso em maio de 2005.

DICTIONNAIRE De La Langue Française: Le petit Robert. 1986

DUBOIS, Jean. Lexicologia e análise de enunciado. In: Orlandi, Eni. (Org.). *Gestos de Leitura*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

_____. (org.). *Dicionário de Lingüística*. São Paulo: Cultrix, 2003.

FONTANA, Mônica G. Zoppy-. *Cidadãos modernos: discurso e representação política*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

FERNADES, C. A.; SANTOS, J. B. C. *Teorias Lingüísticas: problemáticas contemporâneas*. Uberlândia-MG: Edufu, 2003.

FEURHAHN, Nelly. La dérision, une violence politiquement correcte. In: *Hermès*, Paris, n. 29, p. 187- 197, 2001.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. São Paulo, SP: Martins Fontes, sd.

_____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

_____. O sujeito e o Poder. In: RAIBINOW, Raul & DREYFUS, Hubert. *Uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-244.

_____. *Microfísica do poder*. 13 ed. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1998.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro, RJ: Nau Editora, 1999.

_____. *A ordem do discurso*. 9ª ed. São Paulo: Loyola, 2003.

GADET, F. e KAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do Discurso*: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 3ª ed., 1997.

GERALDI, João Wanderley. *O texto na sala de aula*. (Org.). 5. ed. Cascavel, PR: ASSOESTE, 1990.

GERALDI, João Wanderley. *Portos de Passagem*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

GREGOLIN, Maria do Rosário. *Análise do discurso*: conceitos e aplicações. In: ALFA, Revista de Lingüística da UNESP, nº 39, 1995.

_____. *Filigranas do discurso*: as vozes da história. Araraquara: FCL/ Laboratório Editoria UNESP; São Paulo, SP: Cultura Acadêmica Editora, 2000.

_____. *Análise do discurso*: (en)tornos do sentido. Araraquara, SP: Laboratório Editorial FCL/UNESP (2001).

_____. *Análise do Discurso*: Lugar de enfrentamentos teóricos . In: FERNADES, C. A. e SANTOS, J. B. C. *Teorias Lingüísticas: problemáticas contemporâneas*. Uberlândia-MG: Edufu, 2003a.

GREGOLIN, Maria do Rosário. (Org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003b.

_____. Nas malhas da mídia: agenciando os gêneros, produzindo sentidos. In: BARONAS, Roberto Leiser (Org.). *Identidade Cultural e Linguagem*. Cáceres, MT: Unemat Editora; Campinas, SP: Pontes, 2005, p.23-34.

HAROCHE, C., HENRY, P. & PÊCHEUX, M. La semantique et la courpure saussurienne: langue, langage, discours. *Langages*, n.º 24. Paris, Didier-Larousse, 1971.

HARRIS, Zellig. Analyse du Discours. In : *Langages*, 13, 1969, p. 8-44.

HERMÈS – Revue. *Dérision – contestation*, n° 29, CNRS, Éditions, 2001.

JORNAL *A gazeta*. Disponível em: < <http://www.gazetadigital.com.br> > Acesso em: jan. 2003 – abr. 2005.

JORNAL *Folha de S. Paulo*. Disponível em: < <http://www.folha.uol.com.br/> > Acesso em: jan. 2003 – abr. 2005.

KRIEG, Alice. Vacance argumentative: l'usage de "sic" dans la presse d'extrême-droite contemporaine". In: BONNAFOUS, S. : FIALA, P. (Dir). *Argumentations d'extrême-droite. Les langages du politique*. *Mots*, p. 11-34, mars 1999.

LANGAGES. n. 13, abr. 1969.

_____. n. 24, dez. 1971.

_____. n. 37, mar. 1975.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1989.

_____. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2004.

MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso: (Re) Ler Michel Pêcheux hoje*. Trad. Eni P.Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro, RJ: Revan; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

MERCIER, Arnaud. Pouvoirs de la dérision, dérision des pouvoirs. *Hermès*, Paris, n. 29, p. 9-21, 2001.

MESQUITA, Roberto Melo. *Gramática da língua portuguesa*. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

MOLICA, Maria Cecília & BRAGA, Maria Luiza (orgs). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003.

ORLANDI, Eni P. Análise do discurso: algumas observações. Em: *Delta*, vol. 2, nº 1, 1986.

_____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4 ed. Campinas, SP: Pontes, 1996.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 5ª edição, 2003.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS EM AÇÃO de 1a a 4a, 5a a 8a séries e Ensino Médio. Disponível em < <http://www.mec.gov.br/sef/sef/pcn.shtm> >. Acesso junho 2005.

PASQUALE, Cipro Neto & INFANTE, Ulisses. *Gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Scipione, 1998.

PÊCHEUX, Michel. *Analyse automatique du discours*. Paris: Dunod, 1969.

_____. Delimitações, inversões e deslocamentos. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 19, 1982.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 2 ed. Campinas, SP: Pontes, 1987.

_____. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F. e HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do Discurso*. Campinas: Unicamp, 1997a.

_____ & FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas (1975). In: GADET, F. e HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Unicamp, 1997b.

_____. Apresentação da Análise Automática do Discurso (1982). In: GADET, F. e KAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Unicamp, 3ª ed., 1997c.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni P.Orlandi, 3 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997d.

POSSENTI, Sírio. *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1988.

_____. *Os humores da língua: análises lingüísticas de piadas*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.

SACCONI, Luiz Antonio. *Gramática essencial ilustrada*. São Paulo: Atual, 1994.

SAUVY, Alfred. *Humour e politique*. Paris: Calmann-Levy, 1979.

VEJA. São Paulo: Abril, n. 1889, 26 jan. 2005.

ANEXO A

FOLHA ONLINE
DINHEIRO
01/06/2004 -11h50

Metade do crescimento será puxado pelo mercado interno, diz Furlan

ELAINE COTTA

São Paulo, SP (FolhaNews) - O crescimento da economia brasileira neste ano não será puxado somente pelas exportações, mas também terá uma forte participação do mercado interno, segundo o ministro Luiz Fernando Furlan (Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior).

Furlan reafirmou sua projeção de que expansão será de 4% neste ano, acima da estimativa traçada pelo Banco Central (3,5%). "Vamos crescer 4%. Me cobrem **(sic)**¹ se isso não acontecer. Tem gente que não acredita", disse Furlan durante palestra em São Paulo.

O ministro estimou ainda que 50% desse crescimento será impulsionado pelas exportações e que a outra metade virá do mercado interno. Segundo ele, os números da balança comercial continuam sendo "melhores do que o imaginado".

Hoje, o governo divulga os dados do primeiro semestre da balança comercial. A estimativa para o ano é de que as exportações subirão para no mínimo US\$ 83 bilhões.

Especial

☐ [Arquivo: veja o que o ministro Luiz Fernando Furlan já disse sobre a balança comercial](#)



¹ Grifo nosso.

ANEXO B

Gazeta Digital – política
Edição 4928, de 24 de Março de 2005
NA ASSEMBLÉIA

Fabris afirma que as sessões são perda de tempo

Lígia Tiemi Saito

Da Redação

O deputado Gilmar Fabris (PFL) disse ontem, em discurso, que a participação nas sessões da Casa é a "maior perda de tempo" para os parlamentares. "Os que ficam aqui não se reelegem".

De acordo com o pefelista, muitos parlamentares freqüentam as sessões para "conversar fiado" e os pronunciamentos feitos da tribuna não têm importância para a sociedade. "Prefiro visitar municípios. Pra **(sic)**² ficar aqui escutando conversa fiada, porque aqui tem conversa fiada... Se pegar todos os pronunciamentos dos deputados, tem coisa aqui que não leva a lugar nenhum". Fabris disse ainda que poderia até listar quem fica à toa no Legislativo. "Se me apertar, eu falo até quem fica o dia inteiro de conversa fiada".

O parlamentar garantiu que a reclamação é da própria população. "Quem tá falando é a sociedade. "A gente assiste lá na televisão, é o dia inteiro um bate-boca danado e não se tem nada". Acho que acima da presença aqui, tem que ter incentivo para o deputado, mostrar que sua presença tem validade, que seus projetos vão ser aprovados". O deputado observou ainda que muitos projetos que não são aprovados em Mato Grosso já são leis em outros Estados. "Tem projetos aprovados na Câmara Federal e que não são aprovados aqui. Se não for para o deputado ter valor no plenário, com certeza vai dar sempre essas cadeiras vazias". O presidente da AL, deputado Silval Barbosa, aconselhou Fabris a colocar essas dificuldades na reunião de líderes, marcada para o próxima terça-feira. Já o deputado Carlos Brito (sem partido) reagiu: "Faço uso da tribuna e espero que não seja pronunciamento irrelevante ou de conversa fiada. Desconsiderar o plenário é atestar contra a própria Casa".

² Grifo nosso.

ANEXO C

www.gazetadigital.com.br

Edição 4678, 10 de julho de 2004

Opinião - Aparte

Fora do núcleo 2

João Pedro Marques, proprietário da Revista RDM e diretor de Relações com o Mercado do Diário de Cuiabá, também assegura que não vai ajudar na coordenação da campanha de Sérgio e nem aceitaria convite neste sentido. Ele tem afirmado a amigos que apoiará Wilson Santos (PSDB).

No início dos anos 90, Cáceres (a 210 km a Oeste da Capital), vivia o arroubo da Zona de Processamento de Exportação (ZPE), que seria implantada no município, por meio de um sistema fabril e de transporte intermodal (rodovia, ferrovia e hidrovia) para escoamento da produção. Naquela época, se discutia a navegabilidade do Rio Paraguai, balizamento noturno para embarcações de grande porte e uma série de investimentos para que a soja de MT seguisse para Aricá (Chile) por hidrovia. Numa reunião, sob a liderança do então prefeito Antônio Fontes, vários políticos, como prefeitos, deputados federais e senadores, discutiam investimentos na bacia hidrográfica do Paraguai. Foi quando, de repente, o então deputado estadual e hoje federal Amador Tut (PL), pediu a palavra. Semi-alfabetizado e tido com político folclórico, Tut falou de tudo um pouco, de forma desconexa e, no fervor do discurso, tascou:

- Autoridades presente **(sic)**³, precisamos investir nessa rodovia líquida, que é o Rio Paraguai".

A reunião foi interrompida por vários minutos por causa das gargalhadas.

³ Grifo nosso.

ANEXO D

FOLHA ONLINE
BRASIL
21/05/2003 - 02h30

Radicais divulgam vídeo de Lula contra reforma e Sarney

FERNANDO RODRIGUES
da **Folha de S.Paulo**, em Brasília

Sob a ameaça de expulsão de alguns de seus congressistas, a ala mais radical do PT parte para o ataque e adota uma estratégia de impacto para demonstrar a metamorfose no discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A partir de hoje, serão divulgadas uma fita de vídeo, um CD de áudio e um livro.

O vídeo e o CD contêm um discurso de Lula em 6 de setembro de 1987, em Aracaju, quando ele defendia as propostas do PT para a reforma da Constituição. Em 16 minutos e 8 segundos, Lula diz que a TV Globo "não faz outra coisa a não ser mentir" e que o então presidente da República, José Sarney, era o "grande ladrão" do país -esse ataque a Sarney é feito de maneira indireta, mas muito clara.

A íntegra da fala do hoje presidente está transcrita no livro "PT Saudações" (edição do autor, o ex-deputado estadual petista sergipano Marcelo Ribeiro), que será lançado hoje em Aracaju, capital de Sergipe.

Sobre a Previdência, as idéias de Lula eram quase o oposto das de hoje. Com barba mais longa que a atual, o então deputado federal pelo PT de São Paulo dizia que o limite mínimo de idade proposto para aposentadoria (48 anos para mulheres e 53 anos para homens) era ruim: "Eles querem criar o limite de idade para que a classe trabalhadora morra antes de se aposentar".

A **Folha** recebeu o material ontem por meio do deputado João Fontes (PT-SE), que está sendo ameaçado de ser retirado da Comissão de Constituição e Justiça por ser contrário à reforma da Previdência. "Divulgo esse material para esclarecer que defendo hoje as mesmas posições que Lula também defendeu", diz ele. Junto com Fontes estava a deputada Luciana Genro (PT-RS), que apoiou a divulgação.

Hoje, a TV Globo é elogiada pela cúpula petista. Depois de eleito, Lula deu suas duas primeiras entrevistas exclusivas para o "Jornal Nacional" e para o "Fantástico", dois programas da emissora.

José Sarney (PMDB-AP) transformou-se num dos maiores aliados do petista no Congresso. Lula ajudou Sarney a ser eleito presidente do Senado neste ano. O maranhense, que se elege pelo Amapá, é o grande avalista da entrada do PMDB, seu partido, na base de apoio lulista.

E a proposta de reforma da Previdência enviada por Lula ao Congresso é mais rigorosa do que a combatida por ele em 1987. Propõe limites mínimos de idade muito superiores: 60 para os homens e 55 anos para as mulheres que estão no serviço público.

Assistir ao vídeo de Lula em 87 é impactante. A transcrição de suas declarações dá uma

idéia desse impacto. A seguir, alguns trechos:

Sobre a TV Globo: "Nós somos um país aonde **[sic]**⁴ a história é contada pela Rede Globo de televisão porque o senhor Roberto Marinho não faz outra coisa a não ser mentir para o povo".

Sobre José Sarney: "A Nova República é pior do que a velha, porque antigamente na Velha República era o militar que vinha na televisão e falava, e hoje o militar não precisa mais falar porque o Sarney fala pelos militares ou os militares falam pelo Sarney. Nós sabemos que antigamente -antigamente, os mais jovens não conhecem-, mas antigamente se dizia que o Adhemar de Barros era ladrão, que o Maluf era ladrão. Pois bem: Adhemar de Barros e Maluf poderiam ser ladrão **[sic]**, mas eles são trombadinhas perto do grande ladrão que é o governante da Nova República, perto dos assaltos que se faz".

A Nova República é o período iniciado com a posse de José Sarney como presidente da República, em 1985, depois da morte de Tancredo Neves (que morreu antes de assumir a Presidência).

Os políticos citados por Lula são o ex-governador de São Paulo Adhemar de Barros (1901-1969) e o ex-prefeito paulistano e ex-governador paulista Paulo Maluf. Hoje, o PP, partido de Maluf, conhecido adversário de Lula e dos petistas, ensaia a adesão oficial à base governista no Congresso.

⁴ O destaque em negrito dado às palavras "sic", que aparecem duas vezes no texto, é grifo nosso.

ANEXO E

FOLHA ONLINE
BRASIL
21/05/2003 - 02h31

Ouçã trechos do discurso feito por Lula em 87

FERNANDO RODRIGUES
da **Folha de S.Paulo**, em Brasília

Ouçã trechos do discurso feito pelo então deputado federal Luiz Inácio Lula da Silva em 6 de setembro de 1987, em Aracaju. Nesse dia, ele defendeu as propostas do PT para a reforma da Constituição de 1988.

Em 16 minutos e 8 segundos, Lula disse, entre outras coisas, que a TV Globo "não faz outra coisa a não ser mentir", e que o então presidente da República, José Sarney, era o "grande ladrão" do país _esse ataque a Sarney é feito de maneira indireta, mas muito clara.

Confira os trechos:

[Clique aqui para ouvir o áudio](#)

"Hoje, no projeto de Constituição feito pelo Bernardo Cabral, ele está colocando a aposentadoria da mulher aos 30 anos de trabalho, e ela só pode se aposentar quando tiver 48 anos de idade; a aposentadoria do homem, que hoje é de 30 anos [de trabalho] com 80%, aos 35 [de trabalho] com 100%, sem limite de idade, eles estão querendo impor um limite de idade. O trabalhador só vai se aposentar com 35 anos [de trabalho] se tiver 53 anos de idade. Ora, por que eles querem fazer isso? Eles querem fazer isso porque sabem que a média de idade do povo brasileiro é uma média de idade muito baixa. Possivelmente no Sul do país chega a 62 anos, e, no Nordeste, possivelmente não chega a 55 anos; e eles querem criar o limite de idade para que a classe trabalhadora morra antes de se aposentar, e nós não podemos permitir isso."

[Clique aqui](#)

"A Nova República é pior do que a velha, porque antigamente na Velha República era o militar que vinha na televisão e falava, e hoje o militar não precisa mais falar porque o Sarney fala pelos militares ou os militares falam pelo Sarney. Nós sabemos que antigamente --antigamente, os mais jovens não conhecem--, mas antigamente se dizia que o Ademar de Barros era ladrão, que o Maluf era ladrão. Pois bem: Ademar de Barros e Maluf poderiam ser ladrão **[sic]**⁵, mas eles são trombadinhas perto do grande ladrão que é o governante da Nova República, perto dos assaltos que se faz."

[Clique aqui](#)

"Nós hoje somos um país com praticamente 20 milhões de crianças abandonadas; nós somos um país com 16 milhões de analfabetos; nós somos um país aonde **[sic]** a história é contada pela Rede Globo de Televisão porque o senhor Roberto Marinho não faz outra coisa a não ser mentir para o povo."

⁵ O destaque em negrito dado às palavras "sic", que aparecem duas vezes no texto, é grifo nosso.

ANEXO F

FOLHA ONLINE
BRASIL
04/01/2004 - 11h05

Festa dos 50 custou R\$ 54 milhões à Petrobras

JOSIAS DE SOUZA

Diretor da Sucursal de Brasília

A Petrobras celebrou o seu cinquentenário à grande. Patrocinou uma festa publicitária de arromba. Incinerou R\$ 54 milhões na divulgação de anúncios. As peças trazem a digital do Planalto.

Lula acendeu as velinhas do bolo. Deu-se em 3 de outubro, data do aniversário da Petrobras. Discursando na sede da empresa, no Rio, disse: "[...] O petróleo, que era um sonho, agora é nosso".

Prosseguiu em outro trecho: "Um sonho nem sempre é uma miragem, especialmente quando é sonhado por milhões de pessoas, onde **[sic]**⁶ une a vontade nacional, constrói um projeto, define um rumo".

Chancelados pela Secom de Luiz Gushiken, os anúncios milionários da Petrobras martelam a tecla do sonho. Um deles menciona o mote oito vezes. Termina assim: "Se os brasileiros foram capazes de fazer uma empresa como essa, a gente é capaz de construir todos os sonhos".

Em 19 de dezembro, Lula foi a Angra dos Reis (RJ). Fez novo discurso. Falou da P-52. É aquela plataforma petrolífera que FHC planejava encomendar no exterior e que Lula, ainda em campanha, disse que faria no Brasil.

Em Angra, o timbre de Lula foi de acerto de contas: "Houve quem colocasse matéria paga nos jornais, dizendo que era impossível fazer a obra aqui. E hoje foi assinado o compromisso de fazer essa obra".

Na semana do Natal, as revistas de grande circulação trouxeram um belo encarte da Petrobras. Nele, lê-se um texto que trombeteia o "sonho" da P-52: "Uma das maiores plataformas de petróleo do mundo vai ser montada no Brasil".

Eis o fecho da peça: "No momento em que a Petrobras completa 50 anos de história, nada nos dá mais orgulho do que fazer parte da construção de um novo Brasil".

As obras da P-52 darão emprego direto a 2.500 trabalhadores. Não chegam a compensar os 2,5 milhões de desempregados produzidos em 2003 pela ruína petista. Mas publicidade é a arte de pôr de pé até ovo sem casca.

A incorporação de estatais à engrenagem de propaganda do Planalto é mandinga antiga. Sob FHC, a mesma Petrobras ajudou a bancar três campanhas palacianas. Exaltavam o Real e o programa "Brasil em ação".

A esperteza rendeu à estatal reprimendas do TCU. Os gestores da época amargaram multas de até R\$ 20 mil. Recorreram. Perderam. O último julgamento aconteceu em 1º de outubro de 2003, dois dias antes do aniversário da Petrobras.

⁶ Grifo nosso.

De olho no azedume do TCU, o petismo cerca-se de cuidados. Na nova campanha, a Petrobras ocupa o primeiro plano. A associação com Brasília é, digamos, mais sutil. O gancho do cinquentenário caiu do céu.

O bolo publicitário foi rateado entre 156 jornais, 61 emissoras de rádio, 14 canais de TV e sete revistas. Até o final de outubro, a Petrobras havia desembolsado R\$ 47 milhões do total de R\$ 54 milhões.

Coube às Organizações Globo o maior bocado. Somando-se o que foi pago às TVs, rádios, jornais e à sua principal revista, o grupo dos Marinho contabilizava em outubro o ingresso de R\$ 30,8 milhões.

O grosso foi ao caixa da TV Globo: R\$ 28,2 milhões. O SBT de Silvio Santos amealhou R\$ 3,9 milhões. A Record do bispo Macedo, R\$ 1,4 milhão. Até a estrangeira CNN foi aquinhoadada com modestos R\$ 141,8 mil.

Entre as revistas, "Veja" foi a que mais recebeu: R\$ 1,2 milhão. Na sequência, vieram "Carta Capital" (R\$ 468 mil), "Época" (R\$ 445 mil) e "Isto É" (R\$ 411 mil);

O bloco dos jornais ficou com R\$ 6,5 milhões. Aí incluídas publicações minúsculas como o baiano "Costa de Dendê" (R\$ 1.800) e medianas como o paraense "O Liberal" (R\$ 40,7 mil).

Entre os grandes, pagou-se mais à **Folha de S.Paulo**: R\$ 1,5 milhão. Seguiram-se "O Estado de S.Paulo" (R\$ 1,3 milhão) e "O Globo" (R\$ 1,2 milhão). Na rabeira, vieram "Jornal do Brasil" (R\$ 86 mil), "Gazeta Mercantil" (R\$ 83 mil) e "Valor Econômico", sociedade entre Folha e Globo (R\$ 57 mil).

No mundo privado, só a Schincariol ombreou com a Petrobras em ousadia publicitária. O mercado estima que, excluídos os custos de produção de seus anúncios, a cervejaria teria gasto algo em torno de R\$ 60 milhões.

A diferença é que a Schincariol vendeu a sua Nova Schin. Saltou da terceira para a segunda posição no ranking das cervejarias nacionais. A Petrobras vendeu "sonho". Está onde sempre esteve. Talvez tenha lustrado o logotipo.

Lula e a estatal teriam obtido melhor publicidade se houvessem despejado mais dinheiro num balaio chamado "Petrobras Fome Zero". Trata-se de um rótulo novo, sobre o qual foram acomodadas velhas iniciativas sociais patrocinadas pela empresa. Coisa séria. Que recebeu, em 2003, algo como R\$ 50 milhões. Menos do que a grana que bancou a farra marqueteira.

ANEXO G

São Paulo, segunda-feira, 19 de abril de 2004

FOLHAbrasil

PT tentará evitar que campanha atrapalhe Lula

DA REPORTAGEM LOCAL

O presidente nacional do PT, José Genoino, afirmou ontem que o partido pretende conduzir as discussões sobre alianças com legendas aliadas de modo a "não atrapalhar a governabilidade no plano nacional".

Genoino disse que "onde houver disputa [entre o PT e os aliados], vamos pactuar para que essa disputa não reflita no governo federal e **[sic]**⁷ no governo Lula".

De acordo com o presidente nacional do PT, já há entendimentos com o PMDB para coligações em Natal (RN), João Pessoa (PB) e Palmas (TO). A aliança com os peemedebistas é difícil, por exemplo, em Campo Grande (MS) e Porto Alegre (RS), onde as duas siglas são rivais históricos.

A intenção do PT, ainda segundo Genoino, é lançar candidatos, pelo menos a vereador, em mais de 5.000 municípios onde o partido está estruturado. O PT também lançará candidatos próprios em 24 capitais -só não estão definidos os processos em Manaus (AM) e Boa Vista (RR).

Nos 91 municípios com mais de 150 mil eleitores, o partido pretende concorrer em 78 cidades (85,7%). Genoino não quis falar em metas. "A política não se dá bem nem com a matemática nem com a aritmética." O PT tem hoje mais de 600 mil filiados.

Texto Anterior: [Marta admite que não terá o apoio do PMDB em SP](#)

Próximo Texto: [Agenda negativa: Operação antigreve já consome R\\$ 1,5 bi](#)

[Índice](#)

⁷ Grifo nosso.

ANEXO H

Gazeta Digital – Política
Edição 4272, de 16 de maio de 2003

AÇÃO POLÍTICA**Governo troca interlocutor**

A interlocução política entre o Executivo e o Legislativo vai ser atribuição do secretário especial de Ação Política, Louremberg Nunes Rocha, e não mais do chefe da Casa Civil, Carlos Brito

Elaine Resende

Da Redação

A interlocução política entre o Executivo e o Legislativo vai ser atribuição do secretário especial de Ação Política, Louremberg Nunes Rocha, e não mais do chefe da Casa Civil, o estadual afastado Carlos Brito. O anúncio, feito ontem pelo governador Blairo Maggi, segundo ele, tem relação direta com o volume de serviço destinado ao parlamentar.

"Não estamos tendo tempo de uma conversa mais política com os deputados, isso porque o Brito está muito assoberbado administrativamente. Está faltando algum elo de ligação **(sic)**⁸, mais conversa para eles saberem o que está acontecendo no Executivo", disse o governador.

A troca de Brito por Louremberg, segundo Blairo, não implica em desprestígio do primeiro. "Ele continua fortíssimo. Muito mais do que você pensa", assegurou o socialista.

Para Brito, o entendimento se tornou inevitável com a licença do adjunto da Casa Civil, Guaraci José de Almeida. "O serviço acumulou e tive de assumir tanto as funções burocráticas quanto as políticas".

A convocação de Louremberg deu-se, conforme Brito, em virtude dele estar com mais tempo vago. "Passada a composição do governo e a eleição da Mesa Diretora da Assembléia, ele ficou desafogado. Pedi autorização do governo para redistribuir o trabalho com as secretarias especiais de Governo e de Ação Política. A demanda aqui é muito maior que nossa capacidade de resolutividade".

Tanto o governador quanto o secretário descartam a ocorrência de reformulação do secretariado.

⁸ Grifo nosso.

ANEXO I

FOLHA ONLINE
DINHEIRO
27/11/2003 - 18h27

"Só é pessimista quem quer ser", diz Palocci sobre crescimento

PATRICIA ZIMMERMANN
da **Folha Online**, em Brasília

O ministro da Fazenda, Antônio Palocci, disse hoje que "só é pessimista quem quer ser" ao comentar o resultado do PIB (Produto Interno Bruto) divulgado ontem pelo IBGE, que aponta para um crescimento de apenas 0,4% no trimestre e uma queda de 0,3% no ano.

"Nós temos uma combinação de fatores que nós não tivemos no passado recente e que começam a se consolidar nesse momento", disse o ministro ao afirmar que é preciso olhar um ano à frente.

"Eu acho que a mudança é significativa e nós vamos ter uma nova oportunidade, que eu considero uma oportunidade histórica de crescimento de longa prazo", afirmou ao comentar que o cenário que se projeta agora é muito melhor do que o previsto no final do ano passado.

Segundo o ministro, já era previsto que os ajustes que foram necessários este ano levariam a uma "dificuldade de crescimento do PIB".

Palocci considerou, no entanto, que o PIB trimestral não é uma medida, mas resultado de avaliações, o que acaba distorcendo situações como a da agricultura. "A construção civil tem de fato dificuldades, mas a agricultura não está em queda", afirmou ao comentar o resultado divulgado pelo IBGE.

"O mais importante é ver que o investimento está crescendo, a atividade industrial está crescendo e a renda começa a se recuperar", completou.

Questionado sobre a previsão da Secretaria de Política Econômica de um crescimento de 0,4% para o PIB este ano, Palocci destacou que é importante avaliar os indicadores que formam o PIB e não simplesmente os números.

"Mais dificultoso **(sic)**⁹ seria se nós tivéssemos um número melhor e indicadores negativos de investimento, por exemplo. Essa é a questão fundamental. Se nós nos prendemos a números nós deixamos de considerar o fundamental", disse.

Para ele, os dados preliminares do quarto trimestre relacionados à atividade industrial e à agricultura "dão segurança de que nós entramos num processo de crescimento".

Palocci participou hoje de reunião do Fórum Nacional da Indústria, na CNI (Confederação Nacional da Indústria).

⁹ Grifo nosso.

ANEXO J

São Paulo, sexta-feira, 03 de setembro de 2004

FOLHAbrasil

Marta diz que os hospitais do PSDB são ruins

DA REPORTAGEM LOCAL

A prefeita de São Paulo, Marta Suplicy (PT), voltou a atacar o PSDB e o governo do Estado, sem citar o nome do governador, ontem à noite: "Eles [PSDB] vão à TV falar mentiras. Desde quando os hospitais do Estado são melhores que os nossos? Não são. Nós temos o que explicar: recebemos os hospitais arrebatados, eles não. Estão há 12 anos na saúde do Estado, não fizeram nada e vêm para a TV se bacanar **[sic]**¹⁰." Segundo Marta, o Estado não investiu nos postos de saúde porque sabia que eles seriam municipalizados e entregou tudo em péssimo estado de conservação. Ela acusou ainda os vereadores do PSDB de terem votado contra medidas como os CEUs, o Bilhete Único e os uniformes escolares: "Votaram contra o Bilhete Único, está lá registrado. Agora vão se bacanar na TV. É muito feio porque ficam criticando. Falam mentiras e não fazem propostas". Ela afirmou ainda que os tucanos, que estão há tanto tempo no poder, somente agora prometem implantar o Bilhete Único: "O PSDB, que está no poder há 12 anos, já poderia ter feito o Bilhete Único nos trens, metrô e ônibus intermunicipais, e não fez". José Serra, que fez campanha em estações de metrô, disse que a estratégia de ataques do PT serve para "distrair a atenção das questões fundamentais da cidade": "Se a prefeita está com tanta disposição para falar, ela podia explicar como cobra taxa de iluminação em ruas que não têm luz". No final da noite, Marta Suplicy e Luiz Favre participaram de um jantar oferecido pela comunidade judaica. O candidato a vice Rui Falcão, o senador Aloizio Mercadante e o presidente do PT, José Genoino, também foram ao evento, fechado à imprensa.

Texto Anterior: [Eleições 2004/Campanha: PT está tenso e nervoso, afirma Alckmin](#)

Próximo Texto: [Eleições 2004: TSE nega recurso e confirma cassação do casal Capiberibe](#)
[Índice](#)

¹⁰ Grifo nosso.

ANEXO L

São Paulo, terça-feira, 20 de julho de 2004

FOLHAbrasil
AUTO-AJUDA

Presidente participa de campanha para melhorar auto-estima do brasileiro

Lula afirma que Estado não resolve tudo e cobra família

Antônio Gaudério/Folha Imagem



*Lula e Marta
Suplicy
conversam,
observados pela
primeira-dama,
Marisa (centro),
em evento em
SP*

CHICO DE GOIS

DA REPORTAGEM LOCAL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que o Estado pode resolver apenas uma parte dos problemas do país. A outra parte, segundo ele, cabe à sociedade, "sobretudo à família".

Lula discursou no lançamento da campanha publicitária "Eu sou brasileiro e não desisto nunca", em São Paulo, para uma platéia de empresários e publicitários.

"No Brasil, criou-se o hábito de achar que o Estado pode resolver tudo", afirmou Lula.

"Eu acho que uma campanha como essa pode mexer com valores que, na minha opinião, são tão importantes como o econômico. Pode mexer com a questão da estrutura da família", disse ele.

O presidente acredita que "o Estado pode resolver uma parte dos problemas". Para ele, "no Brasil, historicamente o Estado criou muitos problemas".

A campanha lançada ontem pela Associação Brasileira de Anunciantes (ABA) pretende resgatar a auto-estima do brasileiro.

"Agenda positiva"

A criação dos comerciais foi feita pela agência Lew, Lara, que atende a ABA e a Secretaria de Comunicação e Gestão Estratégia e o Ministério da Educação. "Uma coincidência", disse Orlando Lopes, presidente da ABA.

Luiz Lara, presidente da agência, disse que o ministro Luiz Gushiken apoiou a iniciativa. Em abril, em uma audiência com a Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas), o ministro cobrou "agenda positiva" da imprensa.

"No estágio brasileiro, acho que um critério importante é o da agenda positiva. Acho que o povo brasileiro tem necessidade de saber de empreendimentos positivos que a sociedade está oferecendo, seja por conta de décadas e décadas de dificuldade que o país vem atravessando, seja porque o cidadão precisa ver o lado positivo das coisas",

disse Gushiken em abril. O ministro acompanhou Lula na cerimônia de ontem.

Valores

"Eu acho que têm valores que temos de resgatar: valores religiosos, familiares, do círculo de amizade", afirmou o presidente, que declarou que tem discutido "uma perspectiva para encontrar uma solução [para a auto-estima do brasileiro], que não é econômica, porque no Brasil muitas vezes as pessoas tentam simplificar tudo na questão econômica".

Lula destacou várias vezes em seu discurso a importância da estrutura familiar na formação do cidadão. "Ontem eu estava assistindo ao filme do Cazuza e estava pensando que não é apenas a questão financeira que leva o jovem a fazer isso ou fazer aquilo", afirmou o presidente. "Eu acho que as coisas estão muito mais ligadas à família, ao meio ambiente **(sic)** ¹¹onde a pessoa vive. A família é a célula principal."

O presidente afirmou que "tanta gente de fora acredita tanto no brasileiro e nós, às vezes, não acreditamos". E diagnosticou que "tem muita gente que trabalha com o discurso de não acreditar na auto-estima".

Lula lembrou de uma assembléia realizada na década de 70 no estádio de Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, quando era presidente do Sindicato dos Metalúrgicos daquela cidade. Na ocasião, helicópteros do Exército sobrevoavam o estádio "ameaçando os trabalhadores".

"Eu, então, falei: 'Ninguém nunca mais ouse duvidar da capacidade de luta dos trabalhadores brasileiros'", afirmou o presidente.

Texto Anterior: [Painel](#)

Próximo Texto: [Campanha quer resgatar auto-estima brasileira](#)

[Índice](#)

¹¹ Grifo nosso.

ANEXO M

DE IMPROVISO**Gazeta Digital - Política****Edição 4505, de 14 de janeiro de 2004****Lula mostra explosão de otimismo com sua gestão****Denise Chrispim Marin**

Monterrey/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva arriscou ontem, em Monterrey, no México, um breve improviso ao fim do discurso na reunião da Cúpula Extraordinária das Américas para apresentar uma espécie de explosão de otimismo em relação aos próximos três anos de mandato.

Lula listou os feitos do primeiro ano no governo com o objetivo de justificar as perspectivas positivas sobre o País, ressaltou que haverá "mais dinheiro" para o financiamento de obras de saneamento e de habitação e que, "se Deus ajudar e não houver uma crise maior", o Brasil deverá consolidar até 2007 o ponto-chave da política externa - a integração física da América do Sul. No improviso, Lula mencionou seis vezes a expressão "estou otimista". "Passado um ano de minha posse, estou mais otimista hoje do que estava em janeiro do ano passado".

Conforme ele, o otimismo se deve aos fatos de o País ter recuperado a credibilidade, aprovado as reformas da Previdência e tributária, "o que parecia impossível", e reduzido as "taxas de interesses" (**sic**)¹² - uma pequena confusão com a palavra "interés" que significa juros em espanhol. Lula mencionou ainda o otimismo com o aumento das exportações, que alcançaram US\$ 73 084 bilhões em 2004, e com a previsão de um novo recorde da produção de grãos neste ano, que deverá saltar de 122 milhões de toneladas para 130 milhões.

"Estou mais otimista porque temos mais dinheiro para investir em saneamento básico", diz Lula.

¹² Grifo nosso.

ANEXO N

Gazeta Digital- Opinião
Edição 4901, de 25 de Fevereiro de 2005

O assombro e a sombra

Mônica Waldvogel

Ontem, num discurso na cidade de Jaguaré (ES), o presidente Lula contou um caso que se situa entre o assombro e a sombra - entre o assombro de constatar, perplexo, a gravidade despropositada do que disse o presidente, de um lado; e a sombra em que a declaração presidencial imediatamente o submergiu, a sombra imprecisa dos crimes tipificados no Código Penal Brasileiro. É até possível que o presidente não tivesse noção da gravidade do que disse. Se isso aconteceu, ele deve imediatas e compungidas desculpas às pessoas eventualmente atingidas e à Nação brasileira.

O que disse Lula de tão grave? Vamos reproduzir entre aspas. Ele contou que, no início do governo, foi procurado por "um alto companheiro numa função muito grande" (**sic**)¹³, que teria ido prestar contas de como encontrara a instituição em que estava trabalhando. Pelas palavras a seguir, fica claro que esse "companheiro" era o ex-presidente do BNDES, Carlos Lessa, recentemente demitido por Lula. Prosseguiu o relato:

"E ele me dizia simplesmente o seguinte: "Presidente, a nossa instituição está quebrada. Estamos falidos. O processo de corrupção que aconteceu antes de nós é muito grande. Algumas privatizações que foram feitas em tais lugares levaram a instituição a uma quebradeira." Eu disse ao meu companheiro: "Olha, se tudo isso que você está me dizendo é verdade, você só tem o direito de dizer para mim (**sic**). Daí para fora você fecha a boca (**sic**) e diga que a nossa instituição está preparada para o desenvolvimento do País." Ele não entendeu e eu dizia para ele: "É isso mesmo (**sic**). Porque nós em três dias de posse, com três meses de posse, saímos pelo Brasil vendendo a idéia de que determinadas coisas importantes em que a sociedade brasileira acredita, que determinadas instituições de que a República tanto necessita, como uma espécie de alavanca para o desenvolvimento do país, e a gente sai dizendo que ele está quebrado. Eu lhe pergunto: que mensagem vamos passar para a sociedade, tanto a sociedade interna quanto a sociedade externa". Isso poderia ser bom se eu tivesse tomado a decisão de achincalhar o governo que substitui".

Inacreditável. Mas o presidente foi adiante e piorou ainda mais: disse que tomou a decisão "muito pessoal" de que o governo "assumisse a posição de que se alguma coisa não estava funcionando não era mais responsabilidade de quem deixara a administração, mas de quem a assumira". "Quando a gente casa com uma viúva, a gente não recusa a família", arrematou, em mais uma frase de gosto duvidoso. A segunda avaliação das palavras do presidente é que a narrativa foi deselegante e vulgar. A terceira avaliação é que é lamentável a forma como o presidente toma decisões importantes.

Mas a primeira e mais importante avaliação é que o presidente cometeu, sem sombra de dúvida, um crime tipificado no Código Penal Brasileiro, artigo 319: "Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal". A pena prevista é detenção, de 3

¹³ O destaque em negrito dado às palavras "sic", que aparecem quatro vezes no texto, é grifo nosso.

meses a 1 ano, e multa. O nome deste crime é "prevaricação". Ele cometeu o crime de prevaricação quando, na condição de presidente da República, de possíveis atos de corrupção e mandou que esses atos fossem "esquecidos". O presidente da República não tem o direito de determinar, por decisão pessoal, o que é crime e o que não é. Ao tomar conhecimento de qualquer suspeita, tem a obrigação de mandar apurar.

Sabe-se que Lula executou um tipo de raciocínio que lhe é muito comum e traz embutido um grave equívoco - o de achar que o país, o governo, as instituições e as leis pertencem ao presidente (e não que o presidente é um mero gestor do país, condutor do governo, protetor das instituições e executor das leis). Mais de uma vez Lula confunde o público com o privado, achando que o cidadão que chega a presidente assume, como dono, as instituições públicas.

Mas esse tipo de confusão tem limites. E o limite, no caso, foi duplamente extrapolado. De um lado, do ponto-de-vista da Nação, que teria sido lesada por atos corruptos (não comprovados, diga-se de passagem) e o presidente, por decisão pessoal (irresponsável e impensada, diga-se de passagem) resolveu "perdoar" os possíveis corruptos. De outro, pelas pessoas que ocupavam cargos no governo passado e que estão sendo expostas à execração pública como corruptos, e são acusadas de uma irregularidade que o presidente, com sua suprema benevolência (já que é dono de tudo) "perdoou".

É um ato raro de profunda irresponsabilidade de um homem que, pela estatura do cargo que ocupa, tem a obrigação do comedimento e da serenidade. Que deve medir dez vezes cada palavra que fala, porque elas terão uma repercussão extraordinária e afetarão profundamente políticas, homens e honorabilidades. E que não pode, de forma alguma, confessar de público que praticou um crime tipificado no Código Penal. O presidente Lula ultrapassou - melhor diria, atropelou - todos os limites e deixa a Nação perplexa.

ANEXO O

FOLHA ONLINE**BRASIL****13/02/2004 - 06h02****Lula quer flexibilização da CLT em 2005****ELIANE CANTANHÊDE****KENNEDY ALENCAR**da **Folha de S.Paulo**, em Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu, durante jantar anteontem com jornalistas, a flexibilização das leis trabalhistas, inclusive da multa de 40% sobre o FGTS, e descartou incisivamente mudar a política econômica: "Plano B é invenção, não existe".

"Falam em mudar a política econômica, mas o que é mudar? É mudar o superávit primário? Pois nisso eu não vou mexer", disse Lula, negando a possibilidade de um "plano B" --alternativa acalentada até por setores do PT e do governo insatisfeitos com a política econômica do ministro Antonio Palocci Filho (Fazenda).

Lula justificou os superávits primários altos (economia para pagamento de juros da dívida pública) como fator fundamental para garantir "a credibilidade" e "a manutenção do clima de confiança" no país. "Eu preciso de credibilidade para falar lá fora, falar de igual para igual", disse o presidente no encontro, que foi organizado pelo secretário de Imprensa e Divulgação de Lula, Ricardo Kotscho, e pela colunista Tereza Cruvinel, do jornal "O Globo".

O jantar ocorreu na casa de Cruvinel em Brasília. Participaram, além de Lula e da primeira-dama, Marisa Letícia da Silva, 17 jornalistas de sete jornais (Folha, "O Globo", "O Estado de S.Paulo", "Jornal do Brasil", "Valor Econômico", "Correio Braziliense" e "Estado de Minas") e da TV Globo. Além de Kotscho, outros dois assessores do presidente --Malu Baldoni e Fábio Kerche-- acompanharam Lula no jantar.

Os organizadores disseram que seria uma conversa informal, sem gravadores nem blocos de anotação, e que cada um usaria as declarações livremente. Houve sorteio para acomodar os jornalistas nos lugares da mesa com Lula.

Cruvinel abriu o encontro com uma piada que já circulava antes mesmo da chegada do presidente: Lula foi levado a um centro espírita com um problema, e o pai-de-santo logo percebeu do que se tratava. Aproximou-se e disse: "Sai desse corpo, Fernando Henrique, que ele não te pertence!".

Lula, Marisa e os jornalistas riram da piada, que ironiza as semelhanças entre os governos Lula e FHC, principalmente na política econômica. O presidente diz que se diverte com as charges da imprensa. "Os chargistas têm uma imaginação!", disse Lula.

O jantar, um churrasco com carne de boi, frango e carneiro, transcorreu em clima descontraído, com Lula respondendo a perguntas. Ele bebeu dois copos de uísque, tomou sorvete de sobremesa e fumou um charuto cubano na hora do cafezinho e do licor de

limão. Junto de Marisa, que trajava terninho azul esverdeado, chegou por volta das 21h e se retirou pouco antes da meia-noite.

Reformas

Lula disse que enviará ao Congresso em 2004 as reformas sindical e do Judiciário. "A reforma trabalhista só em 2005, porque este ano é um ano atípico", numa alusão às eleições municipais.

Foi nesse momento que defendeu, sem detalhes, uma reforma trabalhista que "incentive a geração de empregos". Disse que as partes, trabalhadores, empresários e governo, devem "ter liberdade" e se dispor a fazer uma negociação. "Mas, se cada um pensar só em ganhar, paralisa."

Apesar de rejeitar o uso da palavra "flexibilização", disse que poderia ser revisto o mecanismo que prevê multa de 40% sobre o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) nas demissões e citou o parcelamento do 13º salário.

Para Lula, a única coisa inegociável são as férias de 30 dias: "Direito que existe em todo o mundo **(sic)**¹⁴". Quando lembraram que nos EUA, não, reagiu: "Estou tentando marcar um encontro com empresários lá em julho e não está dando. Não vai ter ninguém lá".

Apesar da defesa das férias, contou que, quando estava de folga, ficava angustiado após dez dias. "Perguntem à Marisa", brincou. Ela acenou que sim com a cabeça.

Aproveitou o tema reformas para criticar o antecessor FHC, que incentivou a criação de uma central trabalhista, a SDS (Social Democracia Sindical). "Um erro."

¹⁴ Grifo nosso.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)